Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VI Legislatura **Número: 61**

III Sessão Legislativa **Horta, Quinta-feira, 17 de Dezembro de 1998**

Presidente: *Deputado Humberto Melo*

Secretários: *Deputados José Ramos Aguiar e Natividade Luz*

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se pelas 10, 25 horas.

Entrou-se de imediato no **Período da Ordem do Dia** com a continuação dos debates dobre as Propostas do PMP 1997/2000, Plano e Orçamento para o ano de 1999.

Na discussão destas Propostas usaram da palavra, sobre variados temas, os Srs. Deputados José Manuel Nunes *(PSD),* Alvarino Pinheiro *(PP),* Manuel Brasil *(PSD),* João Greves *(PP),* Berta Cabral *(PSD),* Eugénio Leal *(PSD),* Paulo Valadão *(PCP),* Mark Marques *(PSD),* José Humberto Chaves *(PS),* Mário Moura *(PP),* António Almeida *(PSD),* Élio Valadão *(PS),* Francisco Xavier *(PSD),* Rui Pedro Ávila *(PS),* José Maria Bairos *(PSD),* Carlos Fraga *(PS),* Luís Resendes *(PS),* Manuel Azevedo *(PSD),* José Manuel Bolieiro *(PSD),* Duarte Freitas *(PSD),* António Meneses *(PSD),* José Nascimento Ávila *(PS),* Vasco Cordeiro *(PS),* João Cunha *(PSD),* António Gomes *(PS),* Aires Reis *(PSD),* Jorge Valadão *(PSD),* Guilherme Pinto *(PS),* Madruga da Costa *(PSD),* bem como os Srs. Secretários Regionais da Economia,

Duarte Ponte; Adjunto da Presidência, *Francisco Coelho;* da Habitação e Equipamentos, *José Contente;* da Agricultura, Pescas e Ambiente, *Fernando Lopes;* das Finanças e Planeamento, *Roberto Amaral* e da Educação e Assuntos Sociais, *Álamo de Meneses.*

Os trabalhos terminam às 23,40 horas

Presidente: Muito bom dia, Srs. Deputados.

Vamos dar início à chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

António das Neves Lopes **Gomes**

António José Tavares de **Loura**

António Manuel da **Silva Melo**

Augusto António Rua **Elavai**

Carlos Alberto da Costa **Fraga**

Dionísio Mendes de **Sousa**

Fernando Manuel Machado **Menezes**

Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**

Francisco Couto de **Sousa**

Guilherme Marinho **Pinto** de Sousa

João Carlos do Couto **Macedo**

João Manuel Pereira **Forjaz de Sampaio**

José **Élio Valadão** Ventura

José Humberto de Medeiros **Chaves**

José do **Nascimento Ávila**

João Luís Sanchez dos **Santos**

Luís Machado **Resendes**

Manuel Goulart **Serpa**

Manuel **Herberto** da **Rosa**

Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**

Maria da **Natividade** da **Luz**

Rui Pedro Lopes Machado **Ávila**

Vasco Ilidio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes **Reis**

Alberto Romão **Madruga da Costa**

António Manuel Silva **Almeida**

António Manuel Goulart Lemos de **Meneses**

Aurélio Henrique Silva Franco **da Fonseca**

Berta Maria Correia de Almeida Melo **Cabral**

Duarte Nuno de Ávila Martins de **Freitas**

Francisco Xavier Araújo Rodrigues

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Manuel Bettencourt **Cunha**

Joaquim Carlos Vasconcelos da **Ponte**

José Ramos Aguiar

José Francisco Salvador **Fernandes**

José Manuel Cabral Bolieiro **Dias**

José Manuel Avelar **Nunes**

José Maria Bairos

Manuel Teixeira **Brasil**

Manuel da Silva **Azevedo**

Mark Silveira **Marques**

Sidónio Manuel Moniz **Bettencourt**

Victor do Couto **Cruz**

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses **Pinheiro**

João Maria Fraga **Greves**

Mário Jorge da Câmara Simões **Moura**

Partido Comunista Português (PCP)

Paulo António de Freitas **Valadão**

Presidente: Estão presentes 48 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos dar início à nossa ordem de trabalhos, com a continuação da discussão do Plano a Médio Prazo 1997/2000, Plano e Orçamento para o ano de 1999.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Sr. Presidente da Assembleia Regional, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

O Plano de 99 e o Plano a Médio Prazo propostos são documentos fundamentais para compreender a acção governativa nos próximos dois anos e perceber os principais instrumentos que este Governo disporá para levar a cabo as reformas contidas no Programa de Governo aprovado nesta Assembleia.

Antes de abordarmos o Plano a Médio a Prazo proposto para os anos de 1999 e 2000, conviria fazer uma breve reflexão sobre as principais medidas tomadas em 97 e 98 que têm reflexos económicos e financeiros fundamentais nos próximos dois anos.

Mercê de uma estabilidade social, económica e financeira resultante do novo enquadramento que o Tratado de Maastricht veio impor aos diversos Estados membros da União Europeia, tem-se assistido a um significativo crescimento económico e têm sido lançadas medidas importantes de modernização no nosso Pais.

A partir dos finais de 96 os Açores têm vindo também a acompanhar este movimento de progresso, procurando reencontrar um novo fôlego para o regime autonómico instituído há mais de 20 anos. Reformas estruturantes da nossa economia foram a pouco e pouco sendo negociadas por este Governo com o Governo da República. Foi o caso da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, foi o caso do tarifário eléctrico e

do tarifário dos transportes aéreos e a consagração do Estatuto de Ultra-periferia no Tratado da União Europeia.

O aumento do crescimento económico, associado a um esforço significativo de construção de infra-estruturas físicas por parte do Governo veio dar um novo dinamismo à nossa sociedade e aumentar o grau de confiança do nosso tecido empresarial.

Para que este desenvolvimento não seja subitamente estancado é necessário manter um clima de expectativas favorável ao investimento e à inovação. Efectivamente, durante estes últimos dois anos tem se assistido a uma melhoria continua de todos os indicadores macroeconómicos que era já bem visível em finais de 97 e que se foi progressivamente consolidando em 98. As descidas das taxas de juro, o pagamento atempado aos fornecedores, o aumento do volume de investimento dos Planos de 97 e de 98 em relação aos anos anteriores, a diminuição dos custos com a energia e com os transportes e os limitados aumentos de bens e serviços vieram criar as condições objectivas para o relançamento da nossa economia. Porém, deve ser assinalado que no horizonte surgem algumas duvidas sobre a continuidade do ciclo de desenvolvimento económico que se tem registado nos Países da União Europeia e da América do Norte. Torna-se, pois, decisivo manter na segunda metade deste mandato um clima de estabilidade que permita o aprofundamento das reformas anteriormente iniciadas e criar as condições para que o Governo e a iniciativa privada formem uma parceria concertada para o progresso dos Açores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

Se na primeira metade deste mandato foi importante manter os sistemas de incentivos de base regional postos a funcionar em Julho de 95, caberá agora no próximo ano e após quatro anos de funcionamento fazer as restruturações consideradas necessárias de forma a respeitar os novos enquadramentos provenientes do III Quadro Comunitário de Apoio. Esta política de l estabilidade é essencial para ganhar a confiança dos empresários e criar o ambiente propicio ao investimento. De facto, durante os dois anos de vigência deste Governo o investimento privado sofreu um enorme incremento. Assim, se de Julho de 95 a Novembro de 96, ou seja, em 16

meses o Governo anterior concedeu 300 mil contos no âmbito do SIRALA e 313 mil contos no âmbito do SIRAPA, este Governo em cerca de dois anos concedeu 1 milhão e 600 mil contos no âmbito do SIRALA e 943 mil contos no âmbito do SIRAPA. Se a tudo isto juntarmos os cerca de 1 milhão de contos concedidos no âmbito do SITRAA, podemos afirmar que o investimento global dos privados, nestes últimos dois anos, devera ter ultrapassado os 7 milhões de contos. **Nunca na História dos Açores a iniciativa privada investiu tanto e em tão pouco espaço de tempo.** Tornam-se, pois, espantosos os malabarismos algébricos de certos deputados. Estes números até podem ser confirmados por outras fontes, como sejam as Câmaras Municipais e a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores.

No que diz respeito aos transportes marítimos conseguimos que o tráfego local pudesse estender a sua acção a todas as ilhas dos Açores desde que sejam respeitadas as normas de segurança. Conseguimos também baixar significativamente as taxas de restruturação portuária, e manter uma relativa paz social neste sector. A partir de Janeiro próximo assistir-se-à a uma liberalização do tráfego de cabotagem insular, mas com regras bem claras que garantirão sempre as trocas com o exterior pelo mesmo preço a todas as ilhas dos Açores.

O alargamento da acção do tráfego local, embora que condicionado, originou já um forte relançamento deste sector. Assim têm surgido nevas empresas e tem-se assistido à expansão e restruturação das existentes. Por outro lado o tráfego de carga de cabotagem insular tem vindo a prestar um serviço cada vez melhor a todas ilhas dos Açores quer seja pelo aumento da frequência, quer seja pela diminuição do tempo de viajem.

Na sequência da experiência realizada no Verão passado este Governo abriu já um concurso público para o tráfego de passageiros e viaturas que tear inicio em Maio do próximo ano. Espera-se assim oferecer a todos os açorianos e a todos os que nos visitam um serviço de transporte regular, acessível entre as diversas ilhas dos Açores, gerador de uma mais valia importante principalmente para as ilhas mais pequenas.

É evidente que dada a dimensão do Corvo terá de haver um tratamento diferenciado para esta ilha. Efectivamente, após a conclusão do Porto da Casa espera-se encontrar com os privados interessados uma forma de os compensar por um serviço público

que terão de praticar para que esta ilha tenha um transporte de passageiros e carga regular e eficiente durante todo o ano.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

Outro aspecto extremamente importante que tem de ser abordado de frente é o custo que a Região esta a ter com a aquisição, transporte e distribuição dos combustíveis. Para além de haver na Região tanques de armazenagem de combustíveis que não cumprem com os requisitos de segurança, existem ineficiências no sistema de transporte e de distribuição que necessitam de ser eliminadas. Para além disto, os vários estudos realizados, alguns deles datados do Governo anterior, demonstram que 0 preço que a Região esta a pagar pela aquisição de fuel é demasiado elevado. Este custo que esta a ser imputado à Região e também aos industriais, nomeadamente da área dos lacticínios e das conservas de peixe, tem de ser eliminado, estando o Governo a tentar encontrar as soluções julgadas mais convenientes para esse efeito. **Enquanto que o fuel adquirido pela EDA custa 12$50 kg, pagando o Fundo Regional de Abastecimento a parte remanescente, os industriais pagam o fuel a 30$00 kg. Trata-se de um preço demasiado elevado que não pode continuar uma vez que a Região e os industriais estão a perder largas centenas de milhares de contos por ano. O Protocolo de convergência do tarifário eléctrico assim o exige bem como a competitividade das nossas principais exportações.**

No ano de 97 em parceria com o sector privado o Fundo Regional de Abastecimento subsidiou a construção do Parque de combustíveis da ilha das Flores e durante o próximo ano também em parceria com os privados o Fundo Regional Abastecimento irá definir o Projecto do Parque de combustíveis da Praia da Vitória que terá um efeito estruturante no sistema de abastecimento de combustíveis aos Açores. Situações como as que existiam na ilha das Flores têm de ser banidas da nossa Região e nada justifica que nada se faça para as combater.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

No que diz respeito aos transportes aéreos torna-se hoje bem clara a capacidade negocial deste Governo. Não só conseguimos quase que duplicar as indemnizações

compensatórias, que passaram de 2 milhões de contos em 97 para 3.8 milhões em 99, como também aumentamos o numero de voos e a capacidade de carga de e para os Açores nos próximos três anos. Conseguimos encurtar o período de funcionamento das ligações com os Açores que deixarão de operar após as O horas e 30 minutos, hora de chegada, e negociar com o Governo da Republica um concurso público que permitiu que outras operadoras para além da TAP pudessem vir a participar. O resultado deste concurso é do conhecimento de todos. É com muito orgulho e satisfaço que daqui dirijo uma palavra de parabéns e de felicitações a todos os que naquele grupo de empresas SATA contribuíram para esta vitória.

A partir do dia 1 de Janeiro de 1999, a SATA ganha novas asas, começa uma nova etapa no seu desenvolvimento, inicia um novo projecto de expansão que tem como objectivo unir as principais comunidades açorianas, quer estas estejam na América do Norte, no Canada, no Continente português ou nas diferentes ilhas dos Açores. A partir do dia 1 de Janeiro o Grupo SATA será provavelmente a empresa com o maior volume de negócios a nível Regional. A situação de monopólio termina definitivamente dando lugar a uma postura de concorrência limitada, mas rigorosamente vigiada. **Assim que tenho hoje a satisfação de anunciar que as passagens dos residentes para o continente português serro de apenas 31 mil escudos, em vez dos 32 mil escudos anunciados, as passagens dos não residentes serão de 37 mil escudos, em vez dos 38 mil escudos anunciados, e as dos estudantes de 24 mil escudos em vez dos 25 mil escudos anunciados. Foram estes os valores que a SATA apresentou a concurso e tenho hoje informações seguras que a TAP também poderá acompanhar a SATA nestes preços das passagens nas rotas da Terceira e do Faial.**

Durante os três próximos anos a SATA e a TAP irão estar permanentemente em disputa para captar os cerca de 180 mil turistas que nos visitam anualmente. É esta concorrência e este estado de permanente alerta que beneficiara os Açores. Uma concorrência com regras, uma concorrência que tem exigências bastante estritas e que não permite o abandono ou a degradação da qualidade nas rotas menos lucrativas.

O Programa do Governo aprovado por esta Assembleia determina "a diversificação e a gradual redução das tarifas da SATA nas ligações inter-ilhas". **Hoje mais uma vez tenho o grato prazer de informar a esta Assembleia que mais esta promessa eleitoral do partido socialista foi cumprida. Nunca na historia do transporte aéreo regular e comercial de passageiros se fez qualquer redução nas passagens aéreas. Este Governo não só promete como cumpre com aquilo que promete.**

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS): Muito bem!*

O Orador: Há quem afirme que reduções da ordem dos 21% para as ilhas do Grupo Ocidental e de 17% para as ilhas do Grupo Central e Oriental que não são "gate ways" sabe a pouco. Nos também gostaríamos que fossem mais. Não podemos é querer tirar receitas ao orçamento e estar continuamente a aumentar despesas. **Ao Governo compete governar, à oposição responsável fazer as propostas coerentes e consistentes com o nosso estado de desenvolvimento. não temos o monopólio da razão, estamos prontos a corrigir e a emendar a mão sempre que se prove que estamos errados, mas infelizmente a oposição tem nos habituado apenas a multiplicar por dois os benefícios por nos propostos.**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

O Plano de 99 adstrito à Secretaria Regional de Economia tem uma verba bastante mais elevada em relação ao ano anterior, muito principalmente devido aos aumentos substanciais verificados nos Programas 8, 11, 15 e 33. Com efeito estes aumentos visam reforçar os sistemas de incentivos de base regional, Programas 8 e 11, reforçar o Programa 15, desenvolvimento dos transportes aéreos, devido essencialmente ao aumento considerável das indemnizações compensatórias à SATA, e reforçar o Programa 33 correlacionado com as Calamidades, principalmente devido às obras marítimas em curso nos portos de Ponta Delgada, em São Miguel, e Praia, na Graciosa, e com a necessidade de se auxiliar as vitimas do sismo de 9 de Julho de 98. As verbas adstritas aos outros Programas indiciam uma relativa estabilidade e continuidade de objectivos.

Nas áreas ligadas ao Turismo os Programas 7 e 8 no seu conjunto apresentam uma variação positiva em relação aos anos de 98 e de 97. De facto) no ano de 99

privilegiasse os Sistemas de Incentivos ao Turismo que sobem de 97 para 99 em 300% e de 98 para 99 em cerca de 20%. No ano 2 000 ha também uma evolução positiva em relação a 99.

As verbas ligadas às áreas da Promoção, Oferta e Animação Turística e Investimentos Estratégicos têm sido mantidas, ao longo dos anos, em níveis semelhantes e considerados adequados para as diversas acções a que estão correlacionadas. Destacam-se nestas acções as verbas ligadas à "Promoção em mercados externos", as "Estruturas Físicas de Apoio" e os "Investimentos Estratégicos" que assumem especial realce nos anos de 1999 e 2 000.

No âmbito do Programa 8, Sistemas de Incentivos ao Turismo, importa referir a possibilidade de candidaturas ao SIRAPE, Programa que visa premiar os investimentos privados superiores a 1 milhão de contos que tenham sido aprovados previamente no SIFIT III. **Trata-se de um Programa instituído em Julho de 95 e que só agora será aplicado nos Açores por este Governo.**

Apesar do sismo de 9 de Julho de 1998 que afectou os fluxos turísticos para os Açores, especialmente do continente português, nos meses de Julho, Agosto e Setembro, é com satisfação que verifiquei através dos dados do Serviço Regional de Estatística que o mês de Outubro de 98 já foi novamente superior a 97 e a 96. Segundo esta Instituição de Janeiro a Outubro de 98 os Açores receberam 156 mil hospedes o que representa um aumento significativo em relação ao período homólogo anterior. O mesmo se passou em relação ao número de dormidas que atingiu até Outubro de 98 o valor de 416 718 dormidas. Trata-se também de um aumento significativo em relação aos anos anteriores.

É este o estado das coisas no sector do Turismo. Apesar do que aconteceu no Verão passado que originou quedas substanciais nos meses de Julho, Agosto e Setembro, o ano de 98 já é o melhor ano de sempre. É por isto que estão a surgir por todas as ilhas um numero muito elevado de projectos, apresentados à Direcção Regional do Turismo, que comprometem, já, uma boa parte das verbas adstritas aos Sistemas de Incentivos de 1999 e 2 000.

No que diz respeito aos Programas 9, 10 e 16 relativos às áreas da Indústria, Comércio e Exportação e Consolidação e Modernização do Sector Energético

apresentam valores semelhantes aos anos de 97 e 98. No programa 14, Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos dar- se-ao inicio às obras do Núcleo de Pescas de Ponta Delgada, em São Miguel, da Marina da Horta, no Faial, do Porto da Calheta, em São Jorge, e do Porto de São Roque, no Pico e finalizar-se-ao as obras relativas à reabilitação do Molho do Porto de Vila do Porto, do Núcleo de Pescas da Praia da Vitoria, do Porto das Lajes, nas Flores, de ampliação do Porto da Casa, no Corvo, e do Porto da Horta, no Faial. **São obras de betão, senhores deputados, mas são obras imprescindíveis para o desenvolvimento dos Açores.**

No que concerne o Programa 15, Desenvolvimento dos Transportes aéreos, merecem referência as verbas atribuídas à SATA, que permitem realizar o abaixamento do tarifário inter- ilhas que entra em vigor em Janeiro do

próximo ano, e ao aeródromo do Pico que iniciará as suas obras de ampliação, no final do próximo ano.

O programa 33 apresenta uma forte subida em relação a 1998. As calamidades provocadas pelo sismo e a fase em que se encontram determinadas obras justificam tal facto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

O Plano de 99 e o Plano a Médio Prazo representam uma combinação harmoniosa entre a necessidade de implementação de infra-estruturas fundamentais ao nosso desenvolvimento e o aumento significativo dos incentivos à iniciativa privada. Nunca nesta Região os privados e o Governo investiram tanto. **Nunca nesta Região se fez tantas reformas estruturantes que afectassem de uma forma transversal tantos açorianos. Nunca nesta Região um Governo conseguiu aliar à defesa intransigente dos interesses dos Açores o bom relacionamento com o Governo da República.**

Os anos que se seguem são anos fundamentais para o nosso crescimento económico. Este Governo está pronto a enfrentar os desafios do futuro.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

Deputado José Manuel Nunes *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Tenho conhecimento de que o Governo vai apoiar uma empresa de navegação para aquisição de um barco que fará ligações entre a ilha das Flores e a ilha do Corvo.

Uma vez que há uma nova superfície comercial no Faial, que é o Hiper, gostaria de saber se o Sr. Secretário está disponível para tomar as providências necessárias para que um barco, por exemplo aquele que ontem falei aqui, que é o Ponta da Barca da empresa graciosense, possa fazer uma ligação mensal entre a Horta e o Corvo, porque, neste caso, iria reduzir em muito o custo de vida na ilha do Corvo?

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro *(PP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

O Partido Popular sempre entendeu que uma das condições básicas para o desenvolvimento regional e para a promoção do bem-estar das nossas populações era ultrapassar o estrangulamento dos transportes, nomeadamente e, desde logo, ao nível dos tarifários praticados. E, nessa medida, fomos dos primeiros a congratularmo-nos com o facto da Região Autónoma dos Açores ter conseguido que o Governo da República promovesse uma efectiva e ajustada diminuição do tarifário aéreo nas ligações com o Continente. Estamos todos de parabéns e, em nosso opinião, o Governo Regional, desde logo, por ter sensibilizado o Governo da República para esta importante medida.

Simultaneamente e coerentemente exigíamos que ao nível regional, naquilo que é da competência directa do Governo Regional, que é da sua tutela, que promovêssemos, no mínimo, numa proporção idêntica àquela que ocorreu nas reduções do tarifário com Lisboa, a redução do tarifário inter-ilhas, a praticar pela SATA.

E, quando o Partido Popular publicamente estranhou a insuficiência da redução praticada pelo Governo Regional, relativamente à transportadora regional, fê-lo, espero que o admita, de forma coerente com tudo aquilo que sempre referiu e interpretando que a situação que agora resulta do anúncio feito por V. Exa.,

relativamente às reduções nos Açores, ainda vem agravar a disparidade já existente entre os preços que se praticava nos Açores e o preço na ligação com o exterior.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário:

De acordo com o tarifário da SATA a partir de 1 de Janeiro, a ligação S. Miguel/Flores fica a custar 27 contos, e há mais um outro itinerário dessa grandeza, quando o Sr. Secretário acaba aqui de confirmar, para bem de todos nós açorianos, que a ligação Açores/Lisboa, felizmente já não é 32, mas sim 31 mil escudos.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário, não podemos considerar como ajustada essa situação que vamos ter a partir de 1 de Janeiro.

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo está a esgotar-se.

O Orador: Portanto, não se pode pagar 27 contos para fazer um percurso dentro da Região de uma hora de voo, quando se vai pagar 31 mil escudos para ligar a Região ao Continente.

Sr. Secretário, como é que se pode falar em turismo interno? Será que alguém nos Açores opta por fazer um trajecto interno de 27 contos se não for por razão imperiosa ou por grande negócio?

Portanto, o que nós sempre solicitamos ao Governo e o que esta Casa resolveu oportunamente foi de que tivesse em conta que a responsabilidade do Governo Regional não podia ser aligeirada nessa matéria, porque estamos aumentando distorções.

E, como eu acabei o meu tempo, gostaria de fazer uma pergunta concreta ao Sr. Secretário:

Esse serviço público adicional que foi pedido à SATA, ou seja, essa redução do novo tarifário quanto é que custa como serviço público?

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. secretário Regional Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Em relação ao Sr. Deputado José Manuel Nunes, do Corvo, devo dizer o seguinte:

Eu penso que o Corvo fica a ganhar com ligações semanais, porque as Flores tem actualmente uma ligação semanal. Portanto, as Flores em relação ao Corvo poderão

ter um barco que faça transbordo, sempre que chegue um barco às Flores, para no outro dia a seguir essa mercadoria estar no Corvo. Se tiver uma ligação da Horta, vai ser uma ligação mensal. Temos que escolher o serviço público que queremos.

Deputado José Manuel Nunes *(PSD):* Queremos duas!

O Orador: Pode até ter todas directas de São Miguel ou até de Lisboa, mas isso custa algum dinheiro. Todas as ligações implicam dinheiro e quantas mais ligações tivermos mais dinheiro custa.

Eu penso que as Flores estão a ser bem servidas actualmente e se nós tivermos um barco que faça a ligação duas vezes por semana com o Corvo, então estamos numa situação ideal como o Corvo nunca teve.

Em relação ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, eu devo dizer o seguinte.

De facto, a redução das tarifas aéreas é uma promessa eleitoral do Partido Socialista, tanto nas ligações com o Continente português como nas ligações entre as ilhas dos Açores.

Isso foi uma bandeira eleitoral. Foi colocado no Programa do Governo e este Governo teve a capacidade e o bom senso de saber negociar as indemnizações compensatórias, de saber negociar um concurso público que privilegiou, de facto, a Região, ao contrário do passado em que o Governo anterior tinha feito acordos com o Governo da República que permitiam que a Região fosse, em relação à Madeira, discriminada.

Isto resultou, de facto, num abaixamento de tarifário nas ligações aéreas entre os Açores e o Continente, mas mais do que isso: resultou que houvesse a possibilidade de contínua concorrência aos longo destes três anos.

Se a SATA concorrer com 31 mil escudos, a TAP ficou na situação de, ou acompanha a SATA ou os turistas que estão no Continente podem escolher entre ir por S. Miguel, Terceira ou Faial.

É evidente, que um açoriano não vai do Faial para S. Miguel para ir para Lisboa, mas quem está em Lisboa pode preferir ir por S. Miguel, ir à Terceira e ao Faial e voltar a S. Miguel para regressar a Lisboa e utilizar a tarifa de 31 mil escudos. Pode também ir à Terceira, ao Faial ou às Flores e volta à Terceira e ir embora. São os três cupões

que nos dá este concurso. Portanto, há, de facto, uma concorrência constante durante todo o ano.

Em relação às tarifas internas é um compromisso que nós temos.

As nossas receitas são estas. Se nós reduzirmos as receitas, não podemos aumentar as despesas.

Quanto custa? Custa 1 milhão 609 mil contos setecentos e tal escudos. É isto quanto custa esta redução que nós estamos a praticar. Nós pensamos que 1,5 milhões de contos é um bom valor dado à SATA, mas, de facto, os cálculos da fórmula de determinação das indemnizações compensatórias ultrapassa um milhão e meio de contos.

Mais do que isto eu não posso dizer, porque eu não posso estar aqui a dizer, exactamente, quanto é que custa 1% na descidas das tarifas ou quanto é que custa em indemnizações compensatórias, mas, dando um número assim por alto, 5% de indemnizações compensatórias, correspondem a 250 mil contos de redução. Portanto, se nós já tínhamos 700 mil, nós tivemos à volta dos 16%, que dará mais 700 ou 880 mil contos, o que dará um milhão e meio.

Presidente: Para esclarecimento tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de colocar duas questões muito simples e rápidas ao Sr. Secretário da Economia.

Uma delas prende-se com o aeroporto de S. Jorge e gostaria que V. Exa. me informasse se está previsto, durante o mandato deste Governo, fazer algum estudo ou alguma intervenção no aeroporto de S. Jorge, uma vez que não está nada previsto no Plano para 99?

A outra questão que lhe queria colocar é sobre o Porto da Calheta e gostaria que V. Exa. nos informasse qual a situação em que se encontra o projecto base do Porto da Calheta. Se há projecto ou não, - eu ontem na minha intervenção pus estas questões, mas como não me respondeu, tenho de as colocar novamente - e quando é que vão ser feitos os ensaios em modelo reduzido? Quando é que o Porto da Calheta vai ser posto a concurso e para quando se prevê o seu acabamento?

Era só isto.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

Deputado João Greves *(PP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Quando nos corre alguma coisa mal em casa, às vezes, nós, infelizmente, somos os últimos a saber.

(Risos da bancada do PSD)

O que consta na comunicação social, apesar do senhor ter dito, há pouco, que a SATA tem uma nova dinâmica e, aí, estou completamente de acordo consigo.

Mas, segundo a comunicação social, essa dinâmica para o Corvo parece que não é bem isso. Parece que o que consta lá é que a SATA vai abandonar a carreira para o Corvo e os militares é que vão fazer essa carreira.

Isso está escrito na comunicação social. Não sou eu que estou a inventar isto aqui e, já há pouco, alguém do Corvo me telefonava e dizia: "Ó João como é que é? Os militares vão começar a fazer carreira para Corvo e a SATA deixa de vir ao Corvo e continua com 9 estrelas nos seus lemes e a gente fica de fora?"

Bom, eu até não me admira nada, porque o que se está a passar com respeito a transportes para o Corvo, mas espero bem que, realmente, isso não vá acontecer e a SATA continue a seguir aquele grande slogan que tem e que é: "Unir o que o mar separa". Portanto, espero bem que o Corvo não fique também separado relativamente aos transportes aéreos, porque se isso acontecer, sinceramente, Sr. Secretário, está-se deveras a brincar com o Corvo. E, acho que não se deve brinca com o Corvo, porque é uma ilha que o Sr. muitas vezes diz que, geralmente, os custos só chegam quando se fala no Corvo.

O Sr. tem tantas ilhas e naturalmente começa a contabilizar, se calhar, em S. Miguel e quando chega ao Corvo é que o Sr. Secretário, realmente, encontra sempre o buraco maior naquela triste ilha. Se o Sr. começasse a contabilizar do Corvo para S. Miguel, talvez as coisas corressem melhor, mas, infelizmente, o Sr. tem muitas contas para fazer e eu compreendo isso perfeitamente.

Quando chega ao Corvo diz: "É pá, o buraco desta Região está mesmo ali". Mas, não está, Sr. Secretário.

Se a gente pegasse nestas ilhas todas e as colocasse no Terreiro do Paço, isto era muito mais barato a este País. Nem sequer era a esta Região.

Não fugindo à questão da SATA, espero bem que ela continue a voar sempre para o Corvo. Espero bem que sim. Já que os barcos não navegam, pelo menos a SATA. Mas estou convencido que os barcos também vão navegar.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

Deputado José Manuel Nunes *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo, Sr. Secretário da Economia:

Vou regressar novamente às ligações marítimas.

O que nós queremos, Sr. Secretário, é que haja ligações marítimas das Flores para o Corvo e da Horta para o Corvo. Sei que isso tem custos, - e o Sr. disse que tinha custos - mas eu pergunto: quem é que pode pagar melhor, são os corvinos ou é o Governo Regional?

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Corvo é, de facto, uma ilha importante neste debate e vamos tratar dele.

De facto, é a ilha que este Governo mais investiu e nenhum outro governo anterior investiu tanto.

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS): Muito bem!*

O Orador: Senão vejamos: escola, porto, aeroporto. Nunca na história do Corvo se investiu tanto em dois anos.

Deputada Berta Cabral *(PSD):* Quem que fez o aeroporto?!

Deputado António Meneses *(PSD):* E o Centro de Saúde e a Escola?!

O Orador: Os Srs. podem estar descansados que em 20 anos de passado nunca se investiu tanto como este Governo investiu e em tão pouco tempo.

Acredite, Sr. Deputado, que se o seu partido tivesse aqui no Governo não tinha feito esse investimento.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Sr. Deputado João Greves, isso que o Sr. está dizer não é verdade.
O avião que faz as ligações para o Corvo terminou o seu "lising" em Novembro e já foi renovado. O avião existe e vamos ter esse avião durante mais 3 ou 4 anos e vai continuar a fazer ligações para as Flores e para o Corvo como nós fazíamos. Portanto, não tem qualquer fundamento essa notícia.
Quanto ao Porto da Calheta, S. Jorge, Sr. Deputado Manuel Brasil, nós estamos a fazer um projecto e posso-lhe dizer que é muito melhor do que qualquer das hipóteses que nós tínhamos considerado no passado e vai permitir que os barcos com calado de 4 metros possam escalar o Porto da Calheta. Vai permitir que, para além dos barcos de pescas, para além dos Cruzeiros da Ilha e do Canal, possa, provavelmente, alguns barcos da TMG também escalar aquele porto.
É preciso ter paciência.
Fazer mal, os Srs. já o fizeram. Fazer bem feito, leva algum tempo,...
Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*
O Orador: ... mas vai ser bem feito e é uma obra em que o projecto vai ser, de facto, terminado em 99, vai fazer-se o concurso em 99 e será no final de 99 candidatado ao III Quando Comunitário de Apoio. Nunca esqueci isso.
A obra está a ser feita em termos de execução do projecto, está a ter um desenvolvimento óptimo e já foram consultadas diversos técnicos ligados à TRANSMAÇOR, aos TMGs e todas as pessoas concordam que aquele projecto é muito melhor que os anteriores. Portanto, estamos a fazer e bem feito.
Quanto ao aeroporto de S. Jorge é evidente que é um aeroporto difícil, Sr. Deputado. É um aeroporto que é muito mais difícil do que o aeroporto do Pico. Tem dificuldades de expansão. Nós temos que fazer algum estudo sobre a sua melhoria, mas devo-lhe dizer, com toda a certeza, que não é até final deste mandato que nós vamos fazer qualquer plano ou trabalho nesse aeroporto.

Há que fazer alguma selecção nas nossas prioridades. Não podemos fazer tudo. Reconhecemos que o aeroporto de S. Jorge não é um bom aeroporto, que tem dificuldades em termos de aproximidade, mas o dinheiro não chega para tudo. Já disse isso várias vezes e o Sr. continua a insistir. A resposta é sempre a mesma.

O Sr. teve aqui durante 20 anos o seu partido que nunca fez nada no aeroporto de S. Jorge, nem o Sr. falava nisso.

No segundo mandato nós estamos prontos analisar esse processo.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro *(PP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A primeira observação relativamente à resposta satisfatória que o Sr. Secretário da Economia deu ao meu companheiro João Greves sobre a apreensão dos corvinos relativamente ao futuro da SATA naquela ilha, a minha primeira observação é que, Sr. Secretário, acho bem que este Governo se gabe de estar fazendo o maior investimento da vida do Corvo e a infraestrutura mais importante para os corvinos, mas o Sr. Secretário tem que ser rigoroso e dizer aqui nesta Assembleia que foi o Partido Popular que pôs como condição,...

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* Mas já se arrependeu!

O Orador: ...e foi aceite pelo Governo Regional, para viabilizar o Programa do Governo e posteriormente o Orçamento para 97, entre várias condições, uma foi a realização da ampliação do Porto da Casa.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Independentemente das reacções - isto é como o relógio que se acerta duas vezes no dia - ...

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* O Sr. é que disse que tinha sido um erro!

O Orador: ... do Deputado Rui Pedro Ávila, é importante que se diga que se está inscrito no Plano de 97 e nos Planos seguintes a concretização do Porto do Corvo, foi pela condição que o Partido Popular colocou. Isso está resolvido.

(Vozes inaudíveis das várias bancadas)

O Orador: Sr. Presidente, desconte-me no meu tempo este "ping-pong".

Presidente: Srs. Deputados, deixem o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro continuar a sua intervenção.

O Orador: Depois deste "ping-pong" entre PSD/Governo, o que é sempre muito saudável, eu retomaria a minha intervenção.

Clarificada a situação do porto do Corvo, vamos aos transportes e à SATA, Sr. Secretário.

Julgo e percebi V. Exa. reconhecer que as observações que nós temos feito sobre a insuficiência da redução dos transportes são pertinentes.

V. Exa. alega que não pôde ir mais longe, - segundo percebo é esse o raciocínio do Governo - porque não se pode diminuir receitas e aumentar despesas. Esta tem sido ultimamente a vossa argumentação. Os Srs. agora não sabem dizer outra coisa senão isso. Parece uma cassete.

Deputado Fernanda Mendes *(PS):* Não é cassete, é CD!

O Orador: Sr. Secretário, eu gostava de lhe dizer o seguinte:

Se essa medida do Governo custa 800 mil contos - as minhas contas davam para isso - tal como vem no Orçamento, isto quer dizer que com 400 mil contos a mais, isto é, 0,8% do investimento previsto para 99, permitia uma diminuição num intervalo entre 18 e 27%.

Portanto, quero com isto dizer que o que está aqui em causa, Sr. Secretário, são opções...

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se.

O Orador: Obrigado, Sr. Presidente.

... e V. Exa. sabe, como pessoa da área da economia, que o que está em causa são opções e o Partido Popular o quer dizer é que, para o interesse imediato da economia

açoriana, para satisfazer o bem-estar imediato das populações dos Açores, na nossa óptica, se fossemos nós a tomar decisões, entendíamos que era mais importante dividir por 2 alguns dos subsídios...

Presidente do Governo Regional *(Carlos César):* A gente sabe disso!

O Orador: ...que o Governo Regional dá à ciência e à tecnologia e que ninguém percebe para quê, e graduar um pouco, por exemplo, os investimentos em campos de golf.

O Partido Popular quer dizer aqui que, na nossa óptica, é mais importante para os Açores tornar as tarifas acessíveis e demorar mais um ano nos investimentos de 2 milhões de contos em relação ao golfe.

Presidente do Governo Regional *(Carlos César):* A enumeração tem muita lógica!

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, isto é muito simples:

O seu partido propôs 50% de desconto nas tarifas da SATA que correspondem a 2,5 milhões de contos a mais. Com um desconto mínimo de 30%, 1,5 milhões de contos a mais. Aonde é que vamos parar?!

Temos que ter, de facto, quando estamos no Governo, mas também temos que ter responsabilidade quando estamos na oposição.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Querer tudo já: portos, aeroportos, passagens mais baratas, 50% de desconto aqui, 20% de desconto acolá, não há dinheiro nenhum que chegue; não há orçamento que aguente e descredibiliza a própria Região em relação ao próprio Continente.

Nós iniciámos neste mandato uma etape diferente, de bom relacionamento com o Continente, de convencimento das nossas razões, da justeza das nossas propostas. Fizemos um esforço muito grande para explicar ao Continente a razão de pretendermos energia mais barata, porque as Canárias tinha e porque as outras ilhas europeias também tinham.

Não foi qualquer imposição da Comunidade Europeia que fez baixar as tarifas dos transportes aéreos para o Continente ou as tarifas da energia eléctrica. Foi o convencimento das nossas razões.

Se ao mesmo tempo que estamos a expor as nossas razões, estamos a facilitar para outro lado, nós entramos numa certa descredibilização.

Temos que dar passos seguros, mas certos e responsáveis. É isto que este Governo está a fazer.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para mais esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro *(PP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário da Economia:

Eu julguei que nessa matéria, e pela postura que nos orienta aqui, estivéssemos esclarecidos.

O Partido Popular veio a público reconhecer o mérito...

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Ainda bem!

O Orador: ...da redução das tarifas com Lisboa.

O Partido Popular disse e tem o direito e o dever de o dizer, porque é isso que nós ouvimos na rua, e peço imensa desculpa, Sr. Secretário, mas daquilo que acaba de dizer, há um ponto que eu não concordo, é onde é que está o crédito perante o País e perante o resto, repito, quando se paga 31 contos para ir dos Açores a Lisboa e se vai pagar 27 contos para ir de S. Miguel às Flores ou vice-versa. Qual é o crédito disto?! O que é que eles vão dizer? Vão dizer que nós sabemos exigir para o exterior, mas não sabemos arrumar a nossa casa.

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Eu já lhe explico!

O Orador: Portanto, temos obrigação de fazer isso. O Sr. pensava que, pelo facto de fazer essa redução, que estrategicamente anuncia na Segunda-Feira, um dia antes do funcionamento da Assembleia, não tínhamos o dever de o dizer, quando o Sr. teve

semanas e meses para o fazer. Essa parte nós também compreendemos. Mas, seja como for, dá-se o benefício da dúvida ao Governo.

Portanto, isto não põe em causa a nossa postura nesta matéria e eu queria referir o seguinte:

O Sr. fala nas Canárias, mas as Canárias pratica um tarifário - e o Sr. sabe melhor do que eu - nos voos internos que é cerca de 50% mais reduzido do que o que se pratica nos Açores e quando se fala em 50% até tem essa lógica comparada com as Canárias.

Agora, o que é preciso dizer aqui é que, para se manter, pelo menos, a proporcionalidade entre os dois sistemas de tarifas, que a ligação com o exterior quer a ligação interna na Região, no mínimo era desejável que as tarifas nos Açores tivessem reduzido numa percentagem semelhante àquela que se obteve nas reduções com o Continente Português. E, só assim é que se mantinha a paridade dos dois tarifários.

Portanto, Sr. Secretário, nós estamos satisfeitos por se ter reduzido com o continente, estamos satisfeitos por ter alguma redução nos Açores, mas a redução nos Açores é insuficiente e agrava o desfasamento que existia com Lisboa. Isso o Sr. tem que assumir com alguma humildade. Não vale a pena por rótulos a ninguém. Assuma com alguma humildade que não teve capacidade de obter disponibilidade orçamental para fazer a redução que se impunha. É só isso. Se formos humildes as coisas são muito mais fáceis.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência *(Francisco Coelho):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

Não posso deixar em claro, porque acho que é necessário esclarecer de uma vez por todas a incoerência do discurso do Partido Popular.

Deputado Manuel Brasil *(PSD):* Ó Sr. Secretário, onde é que está a cultura democrática?!

O Orador: O Partido Popular é liberal quando resolve falar no "chavão" de redução de despesas correntes que não quer dizer nada e tem a facilidade de se poder dizer em todos os orçamentos: sai economicamente mais barato, porque não dá trabalho.

O PP não pode ser liberal às segundas, para ser estatista às terças e defender reduções administrativas de 50%. Temos que nos entender.

O Partido Popular também não pode, nomeadamente, em relação à ilha do Corvo, embora tenha o problemazinho que nós sabemos Sr. Deputado, quando entende, dizer que teve uma enormíssima influência, uma influência decisiva sobre este Governo e que se não fosse o Partido Popular este Governo não teria feito o Porto do Corvo.

Então podemos perguntar, Sr. Deputado, se tem essa influência porque é que quando lhe dá jeito e quer cair nos braços do Dr. Costa Neves, diz que este Governo é arrogante e não ligou nada do que disse o PP? Das duas uma, Sr. Deputado,...

Deputado Vasco Cordeiro *(PS): Muito bem!*

(Aplausos da bancadas do PS e do Governo)

O Orador: ...o Sr. que escolha, ou fomos dialogantes ou sempre demos muita importância ao PP e assim sucede que este casamento não foi uma questão de necessidade, foi mesmo uma questão de vício, ou então somos arrogantes...

Deputado João Cunha *(PSD):* É verdade. O Sr. está a assumir que é arrogante!

o Orador: ...- admitimos essa arrogância - e V. Exa. terá de admitir que os corvinos não devem nada ao Partido Popular, porque o voto do Partido Popular no Plano de 98 foi o de chumbo, onde estavam incluídas as verbas que permitiram a feitura do Porto do Corvo.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para participar no debate tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, porque o tempo, de facto, urge e eu não estava a pensar sequer entrar nesta discussão.

Mas não há dúvida que a discussão sobre a redução das tarifas é uma discussão que nos leva ao essencial deste Plano e, por isso, no início dissemos que estávamos estruturalmente contra o Plano.

O Plano por si é que não dá margem para o Sr. Secretário ter uma redução maior nas tarifas da TAP.

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Da TAP não!

A Oradora: Não é um problema de argumentos nem de credibilidade de argumentos.

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Fizemos o que vocês nunca fizeram!

A Oradora: A credibilidade de argumentos é total, porque se teve argumentos para Lisboa compreender a descida dos transportes entre o Continente e os Açores, são os mesmos argumentos que vai ter para explicar as descidas, em percentagem idêntica, dentro do arquipélago.

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Nós temos outras prioridades!

A Oradora: Portanto, não é um problema de argumentos, é um problema de verbas, é um problema de prioridades, é um problema de opções, é um problema estrutural do Plano. O Plano está estruturalmente feito para dar prioridade aos investimentos em betão e o Secretário da Economia teve aqui um discurso e com alguma dificuldade explicou que era o possível para os sectores económicos,...

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Fizemos aquilo que a Sra. nunca fez!

A Oradora: ...era o possível para os sectores produtivos, porque há, de facto, uma opção pelo betão, indiscutivelmente. Essa opção tem-se vindo a verificar de ano para ano e cada vez mais tem vindo a dificultar este tipo de intervenções que são essenciais para o desenvolvimento económico.

Esta é que é a grande verdade. Esta é que é a essência da questão...

Presidente do Governo Regional *(Carlos César):* Exactamente!

A Oradora: ...e este é que é o grande problema do Plano que os Srs. apresentaram,...

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Agora é que a Sra. deu por isso?!

A Oradora: ...dificuldade essa comprovada por todos os sectores e por todos os parceiros sociais que estão na área económica e que vêem que este Plano não lhes responde à suas necessidades.

Esta é que é verdade.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancada do PSD)

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar vou-lhe responder à história do betão:

A Sra. não quer que se faça os portos que nós temos aqui no Plano? Não quer que se façam as reparações devidas ao sismo?

Deputado João Cunha *(PSD):* Os Srs. é que acusavam, há alguns tempos atrás, o Governo do PSD de fazer betão!

O Orador: Estas são obras fundamentais e imprescindíveis. Será que o Porto de Ponta Delgada não precisa de ser reabilitado? Sra. Deputada, o Porto de Ponta Delgada que sofreu um estrago no dia 25 de Dezembro de 96 e que é uma peça fundamental para a nossa economia, não necessita de ser reparado?

Deputado Berta Cabral *(PSD):* O Sr. é permanentemente conservador!

O Orador: Isto é assim e os números estão aqui. Não há verba atribuída a nenhum porto que não seja fundamental e imprescindível para o nosso desenvolvimento.

Vamos às tarifas.

Sra. Deputada, o que eu vi no seu governo foi sempre as tarifas da SATA e da TAP a aumentar todos os anos. Sempre. Este Governo é o primeiro Governo que faz a baixa efectiva das tarifas da SATA nos Açores...

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* É verdade!

Deputada Berta Cabral *(PSD):* Mas não foi o suficiente!

O Orador: ...e os Srs. criticam. Os Srs. criticam, mas tiveram lá 20 anos e nunca fizeram nada.

Em relação ao Continente, eu devo-lhe dizer duma forma muito franca, a Sra. há uns meses atrás disse que eu ia engolir aquilo que estava a dizer, agora a Sra. faça o seu juízo sobre o que eu estou a dizer.

De facto, as passagens aéreas Lisboa/Açores estão a 31 mil escudos, muito próximo dos valores que a Sra. tinha aqui dito...

Deputada Berta Cabral *(PSD):* Mesmo assim não chegou ao valor aqui anunciado!

O Orador: O que é que aconteceu no seu tempo? Subidas constantes e até teve responsabilidades na SATA e sabe que aí também aumentou.

Deputada Berta Cabral *(PSD):* Sei e tenho responsabilidades nessa negociação que estão a fazer agora e com as suas críticas!

O Orador: Portanto, a situação de inverter não é pela sua boa gestão que fez na SATA. A situação inverteu-se, porque nós soubemos agir em relação ao Continente.

Não foi por acaso que fomos buscar o "Boeing".

Não foi por acaso que o ano passado, que a Sra. tanto criticou, aliámo-nos a um privado e baixámos as tarifas de "charters" Lisboa/Açores, que a TAP teve que acompanhar.

No foi por acaso que isto foi fundamental na discussão dos valores a serem atribuídos no concurso.

Foi uma estratégia bem feita...

Deputada Berta Cabral *(PSD):* E que vinha de trás, com muitas críticas!

O Orador: ...bem urdida por este Governo que teve total sucesso e só este Governo merece créditos e mais ninguém.

Em relação ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro eu queria-lhe dizer o seguinte:

De facto, não são coisas comparáveis. Os transportes áreos Lisboa/Açores não se medem pelos quilómetros.

Se, por exemplo, o Sr. comparar as ligações entre Lisboa e o Porto, vai ver que elas andam à volta dos 27, 28, 29 ou 30 contos, com uma distância muito mais curta, que

são 300 quilómetros, que em relação aos Açores que são 1.500 quilómetros e temos passagens de 31 contos.

Portanto, Sr. Deputado, as viagens curtas são sempre mais caras. É assim em toda a Europa. Todas as empresas regionais com voos que têm média de 300 ou 400 quilómetros, têm, por quilómetro, um voo muito mais caro.

Nos Açores nós temos especificidades próprias. Nós temos ilhas como Flores, Corvo, Santa Maria, Graciosa, S. Jorge e Pico que recebem um avião por dia. Nós temos que ter nestes aeroportos funcionários da SATA o dia inteiro e a receber o ordenado o dia inteiro. Isto custa muito dinheiro à Região, mas não podemos comparar as ligações entre Lisboa e Ponta Delgada, porque lá os funcionários trabalham para a SATA, trabalham para a TAP. Estão permanentemente a trabalhar para as diversas companhias e são utilizados quase a 100%, mas temos outras ilhas em que isto não é assim. Nós temos ligações com o Corvo 3 vezes por semana e custa dinheiro à Região. É um acto de solidariedade que este Governo fez. É importante dizer-se isso.

Portanto, não é rentável e nós temos, de facto, que diluir este custo por todos, mas este foi um acto importante que nós cumprimos, mais uma vez, em relação à Ilha do Corvo. Relativamente às Flores é a mesma coisa.

Há, de facto, ilhas em que devíamos, economicamente, baixar o número de voos, mas nós não o fazemos. Todos nós açorianos temos que pagar essa solidariedade interna e este Governo tem verdadeiro respeito e espírito pela solidariedade interna.

Muito obrigado.

Deputado Rui Pedro *(PS): Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro *(PP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Felizmente que estamos a tratar, em geral, essa matéria com a seriedade e o rigor possível que caracteriza a nossa forma de trabalho aqui na Assembleia, mas para que isso corra bem é preciso sempre haver alguém, como o Sr. Secretário Francisco

Coelho que também nos anima. Foi para isso que o Sr. Presidente do Governo o escolheu. Quando ele veio para cá o nosso processo já ia em franco andamento, mas o Sr. Presidente sentiu a falta dele para haver alguém capaz de mandar algumas bocas e para isso nós também estamos aqui.

Presidente do Governo Regional *(Carlos César):* Com eficiência!

O Orador: Sr. Secretário queria-lhe dizer o seguinte:

Fique descansado que o Partido Popular ou eu próprio nunca ficará nos braços do Dr. Costa Neves, pela mesma razão que nunca teve nos braços do Sr. Carlos César.

Secretário Regional Adjunto da Presidência *(Francisco Coelho):* Eu não disse isso!

O Orador: Então se o Sr. Secretário admite que é verdade que nós nunca tivemos nos braços do Carlos César, não vamos estar nos braços de ninguém. Agora, temos é a nossa liberdade de actuarmos em consonância com a nossa consciência e com a agenda que aqui nos colocou. Quanto a isso não tenhamos complexos. Cada um assuma as suas responsabilidades que nós assumimos as nossas.

Voltando às questões sérias e uma delas levantada pelo Sr. Secretário.

Tem que reconhecer que o Partido Popular mantém a sua postura liberal no que toca à economia, se assim o entender, e temos a prova disso.

Este Governo ao conseguir que houvesse concorrência entre Portugal Continental e os Açores, ao conseguir que no concurso público, que agora teve lugar, aparecessem duas empresas, uma delas, por sinal e para agrado de todos, açoriana, daí resultou benefícios para a economia, para os utentes.

Estes são os princípios que, por coerência, o PP subscreve, porque, que eu saiba, os Srs. são socialistas, mas também já acreditam na economia de mercado. Portanto, uma evolução ao longo das décadas.

Presidente do Governo Regional *(Carlos César):* Há que tempos!

O Orador: Nós, por maioria de razão, estamos entendidos.

Quanto à SATA, no dia que for possível termos um concurso regional em que além da SATA concorresse a TAP, a Portugália e outras "satinhas" regionais, se calhar, era útil para nós todos.

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* O Sr. tem razão!

O Orador: Nós acreditamos nisso. Alguns é que dizem que somos utópicos, mas nós acreditamos nisso.

Agora, enquanto não houver competição interna, o que nós sempre defendemos nesta Casa e fora dela são os segmentos - e o Sr. Secretário da Economia acabou por pôr os exemplos aqui - eminentemente sociais, as frequências que são eminentemente sociais e algumas delas por nós aqui exigidas.

Portanto, essa componente, Sr. Secretário, tem que ser paga pelo erário público, custe o que custar. O que nós admitimos é que o peso social podia e devia ser maior, porque continuamos a pensar - e com isso terminamos a nossa participação - que não há ninguém, coerentemente, apesar dos segmentos mais curtos serem mais caros do que os segmentos maiores, que possa admitir que para sair da Região se pague 31 contos e para fazer um circuito dentro da Região se pague 27.

Temos que fazer todos um esforço, e o Governo em primeiro lugar, para conseguir a forma de adequar as descidas àquilo que se conseguiu no Continente. É só isso.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

Penso que, depois da sua intervenção, merece aqui um ligeiro reparo.

Não se deve falar só do passado para acusar ou para intimidar as bancadas da oposição. Quando falar do passado, fale também das coisas que lhe permitiram estar a concretizar neste momento toda esta operação. Fale do saneamento financeiro da SATA feito em 1996; fale dos voos Charters que se iniciaram em 95 e 96; fale de toda a preparação da companhia para este efeito; fale de todo o trabalho que foi feito para que agora fosse possível a SATA concorrer a este concurso.

É justo que se diga bem quando é para dizer bem, é justo que se diga mal quando é para dizer mal, mas tem que se assumir o passado na sua plenitude e eu assumo-o em toda a plenitude, naquilo em que eu não tive responsabilidade e naquilo que eu tive responsabilidade. Assumo o passado do PSD, mesmo naquilo em que eu não concordei. Estas coisas são assim e tem que se dizer toda a verdade em todo o momento.

Portanto, foi preciso muito trabalho e muito dele por estar no início e ainda não se ver os frutos desse trabalho, mereceram duras críticas de pessoas que estão aqui dentro.

Deputado António Meneses *(PSD):* É verdade. Isso é que é o mais difícil!

A Oradora: Há testemunhas lá fora, há comunicação social e até há jornalistas da vossa área que me deram razão desde o princípio e posso citá-los.

Presidente do Governo Regional *(Carlos César):* Jornalistas da nossa área? Essa classificação não existe aqui!

A Oradora: Sim Senhor, e se eles me estão a ouvir sabem muito bem quem são.

As críticas que foram feitas no aeroporto do Faial quando a SATA, pela primeira vez, fez a viagem entre Lisboa e Horta.

Portanto, vamos dizer as coisas da forma que elas são. Foram os primeiros passos para essas ligações Lisboa/Açores, porque primeiro se engatinha, depois se dão os primeiros passos...

Presidente do Governo Regional *(Carlos César):* Nós estávamos arruinados!

A Oradora: ... para depois se andar convenientemente. Os Srs. estão a andar agora, porque alguém teve que dar os primeiros passos.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente do Governo Regional *(Carlos César):* Por isso é que o povo percebeu a tempo!

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de colocar uma questão ao Sr. Secretário Regional da Economia, uma vez que também já anunciou o abaixamento do preço entre Ponta Delgada e Lisboa.

É verdade - e é uma situação que vem do passado - que o preço entre os Açores e Lisboa é um preço único, independentemente de qualquer ilha como vai continuar agora a ser. Contudo, gostaria de colocar a seguinte questão:

Para o Porto, onde existe já uma comunidade significativa e um movimento significativo de passageiros e, nomeadamente o caso concreto dos estudantes. Há muitos estudantes dos Açores que estudam, quer no Porto quer em universidades da Região Norte do Continente e o que se verifica é que não há um preço único para os

estudantes que estudam no Porto, ou seja, se um estudante vai de Ponta Delgada para o Porto tem o preço da viagem Ponta Delgada/Porto, mas, por exemplo, se for do Faial tem que pagar o preço da SATA até Ponta Delgada.

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* O Sr. está enganado!

O Orador: Portanto, eu gostaria de saber se, neste novo sistema, e uma vez que há um abaixamento também de preços no percurso Ponta Delgada/Lisboa, concretamente e para o caso dos estudantes em específico, também haverá um preço único para os estudantes que pretendam fazer a viagem Açores/ Porto?

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Sr. Presidente, Srs. Deputados: Também tenho que ser breve, dado que a discussão, nesta área da SATA, já está quase no fim. Todavia, gostaria de repetir o que disse no meu discurso e que foi o seguinte: "É com muito orgulho e satisfação que daqui dirijo uma palavra de parabéns e de felicitações a todos os que naquele grupo de empresas contribuíram para esta vitória".

Deputada Berta Cabral *(PSD):* Esses parabéns também são para mim?! Muito obrigado!

O Orador: Não estou a incluí-la a si, porque a Sra. teve lá, pensou, pensou e pouco fez. Vocês durante os 20 anos que tiveram lá, pensaram, pensaram e pouco se viu.

Deputado Eugénio Leal *(PSD):* Fizemos muita coisa!

O Orador: Nós num ano e meio preparámos a SATA para este concurso e ela ganhou a rota mais lucrativa. Isto é claro como água. Não vale a pena discutir mais, porque isto é assim mesmo.

Deputada Berta Cabral *(PSD):* Foi para isso que se penalizou a SATA em 95 e 96!

O Orador: Relativamente ao Sr. Deputado Eugénio Leal, eu realmente não tenho, tecnicamente, a certeza desse pormenor. Eu sei que Porto/Lisboa, a partir de Ponta Delgada, é igual. A partir do Faial não sei se há essa diferença ou não. Eu não sei se esta ligação foi considerado um serviço público. Eu tenho a impressão que só há Ponta Delgada/Lisboa, nem sei se o Porto é considerado serviço público.

Portanto, neste momento não sei, mas a SATA e a TAP saberão informá-lo. Quando eu souber informá-lo-ei.

Muito obrigado.

Presidente: Para mais esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio leal.

Deputado Eugénio Leal *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

Eu posso-lhe garantir que, de facto, a passagem para o Porto não é preço único e, portanto, o Sr. Secretário diz que não é considerado serviço público, mas, uma vez que a SATA presta um serviço público inter-ilhas, e por isso tem também os seus apoios e no Plano está, inclusivamente, previsto 1,6 milhões de contos, eu gostaria de deixar aqui à consideração do Sr. Secretário que, conjuntamente com o Conselho de Administração da SATA, estudasse essa possibilidade para que também para o Porto, especificamente para os estudantes, fosse considerado um preço único Açores/Porto.

Deputado José Maria Bairos *(PSD):* E para os outros?!

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Não se pode ter tudo!

Presidente: Vamos entrar nas intervenções. Para o efeito tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão *(PCP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Discutir propostas de Plano é discutir problemas relacionados com a questão central da política que é o desenvolvimento.

O Estatuto da Região Autónoma dos Açores estabelece que o desenvolvimento regional deve ser harmónico e equilibrado.

Este conceito exclui e anula desde logo qualquer teoria que concebesse o processo e o ritmo de desenvolvimento conforme a localização ou a dimensão de cada uma das ilhas.

A natureza de certos investimentos revestem a categoria de determinantes e estruturantes quando permitem passos qualitativos irreversíveis em relação ao futuro.

Está nesta categoria a ligação por via de cabo de fibra óptica de 7 das 9 ilhas dos Açores.

Este investimento estratégico, estruturante e determinante deixou, no entanto, de fora, o Grupo Ocidental, o que constitui, objectivamente uma descriminação inaceitável, descriminação essa que, no plano das comunicações, introduz de facto o conceito de desenvolvimento a duas velocidades.

A Representação Parlamentar do PCP sempre lutou pelos interesses de todas as ilhas mais isoladas e sempre procurou contribuir para que o desenvolvimento harmónico e equilibrado de todas as ilhas fosse mais do que uma figura de retórica.

Os açorianos das Flores e do Corvo não se podem conformar com o facto do progresso das comunicações não ter chegado àquelas duas ilhas dos Açores.

Muito embora esta questão não tenha directamente a ver com o Plano para 99, tem tudo a ver com o desenvolvimento.

Nesta óptica, no entender do PCP/Açores, este é o momento adequado para, formalmente e no seio do principal orgão autonómico dos Açores, deixar sobre a forma de apelo às autoridades regionais, a justa reivindicação dos açorianos das Flores e do Corvo de que a extensão do cabo de fibra óptica a estas Ilhas seja concretizada na vigência do 3º Quadro Comunitário de Apoio.

É urgente e justo que esse compromisso seja assumido.

É indispensável que se garanta, neste domínio, um desenvolvimento regional totalmente harmónico.

Pela nossa parte, tal como colocámos este problema desde a primeira hora, continuaremos a lutar pela sua resolução com toda a determinação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Ao analisarem-se os Planos e Orçamento tenho a preocupação de ter uma visão regional relativamente à execução dos documentos em apreciação, mas também não quero deixar de estudar e analisar as implicações da sua execução no círculo eleitoral que me elegeu; assim vou procurar fazer algumas considerações relativamente à execução da actual proposta de Plano no ano de 1999 na Ilha das Flores.

No próximo ano estão contempladas verbas para a continuação de execução de diversas obras em curso. Quero começar por salientar a obra do Matadouro, cuja execução em 1998 tem sido implementada de forma exemplar, estando a obra em adiantado estado de execução; para o ano de 1999 propõe-se a consignação de 127

mil contos para a referida obra, para sermos mais exactos 127.040.000$00, pelo que estamos convencidos que no próximo ano aquela obra pode terminar e seria desejável que se iniciasse o seu funcionamento, a bem do desenvolvimento pecuário da Ilha; estamos convencidos que aquela infraestrutura poderá ser devidamente aproveitada no sentido não só de satisfazer o abastecimento local, mas também de contribuir para que no futuro se possa fazer a exportação de carne de bovino, com abate efectuado na própria Ilha das Flores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

No Programa Calamidades, no projecto 3 estão consignadas verbas para a reconstrução das pontes e para repavimentação na Estrada Regional Santa Cruz - Lajes, num total de 230 mil contos; dado que duas das pontes estão praticamente concluídas e a ponte da Ribeira da Cruz já está em execução, seria desejável e de fundamental importância que aquelas obras também fossem concluídas no próximo ano.

Neste mesmo Programa e no Projecto 1 - agricultura, estão consignados 45.000 contos para caminhos rurais danificados pelos temporais, aos quais há a acrescentar 20.000 contos do Programa 1 para caminhos agrícolas, o que perfaz 65.000 contos para os caminhos agro-silvo-pecuários, que consideramos suficiente, embora entendemos que essa verba tem que ser necessariamente executada na sua totalidade; e, fazemos esta afirmação porque no corrente ano também existiam verbas importantes nestas rubricas e as intervenções nestas vias, tão importantes para a agricultura da ilha, têm sido deficientes e foram intervenções de carácter provisório. Isso porém, não nos causa admiração se atendermos que no relatório de execução financeira relativo ao 3º trimestre de 1998, o projecto 4.2 - Desenvolvimento Florestal - infraestruturas e equipamentos florestais, tem uma execução regional de 34,9%, o que manifestamente consideramos pouco.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

No Programa 14 estão consignados 20 mil contos destinados ao porto das Flores, verba essa insuficiente para aquilo que ainda falta fazer naquele porto. Refere a proposta de plano a execução de um armazém polivalente para garagens, oficinas, escritórios, terminal de passageiros, bilheteira, instalações sanitárias, etc. Em nosso

entender, além daquilo que é proposto fazer no próximo ano, é necessário não se esquecer que a iluminação eléctrica do porto das Flores ainda não está instalada em termos definitivos, na rampa de varagem dos barcos de pesca a iluminação é muito deficiente e também provisória, e essa rampa de varagem necessita de reparações urgentes, o porto não tem água em condições de satisfazer as necessidades imprescindíveis àquela infraestrutura, assim como não existe qualquer bomba de combustíveis. No entanto, consideramos fundamental que no mínimo se execute o programado.

No Programa 16 volta-se a referir a iluminação do aeroporto da Ilha das Flores; quero lembrar que o Senhor Secretário da Economia já por diversas vezes anunciou que se faria essa iluminação. Acontece que a obra não foi iniciada e é urgente implementá-la, porque ela é fundamental à operacionalidade do aeroporto das Flores. Não se pode esquecer que aquele aeroporto já foi utilizado, mesmo sem iluminação, durante a noite, para evacuação de doentes.

Outra obra já contemplada em Plano anterior e não iniciada é a adaptação da Escola Padre Maurício de Freitas ao Ensino Secundário; Na actual proposta menciona-se "a conclusão e aprovação do Projecto e início da empreitada". A esta obra foi consignada uma verba de 25.000 contos para o ano de 1998, o qual julgamos não foi utilizado na íntegra. Será importante que os 50 mil contos propostos para 1999 sejam executados na totalidade.

Apraz-nos registar a atribuição de 15 mil contos destinados ao apoio à recuperação e restauro da Igreja Matriz de Santa Cruz das Flores. É um contributo que reputamos importante, embora não satisfaça as necessidades daquele imóvel, cujo valor arquitectónico já foi reconhecido e que necessita de profunda recuperação, dado o estado de degradação por que passa neste momento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

No Programa 25 - Qualidade ambiental, no Projecto 1 estão consignados 34,5 mil contos para as Flores, o que nos parece verba suficiente para se actuar no sentido dum eficaz controlo da eutrofização das lagoas e na desobstrução de ribeiras; necessário se torna que a utilização daquela verba seja integralmente executada e bem executada. Neste capítulo queremos manifestar a preocupação que reputamos

importante, de se ter em atenção a necessidade de ser continuada a limpeza da Rocha dos Bordões, iniciada no anterior governo e infelizmente não continuada com este Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Já aqui e neste debate, após a intervenção do Senhor Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais, referimos a necessidade de ser implementada a construção duma Casa de Repouso para a Terceira Idade no Concelho das Lajes das Flores; na altura a matéria foi suficientemente debatida, mas não quero deixar de reafirmar que consideramos imprescindível a necessidade de se continuar o esforço no sentido de se conseguirem as verbas necessárias para executar o projecto já mandado elaborar pela Câmara Municipal das Lajes das Flores, e que por si só não tem condições de executá-lo; não temos qualquer dúvida da necessidade daquela infraestrutura.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Outra área da maior importância para a Ilha das Flores diz respeito ao iatismo internacional e ao recreio náutico; as Flores têm sido a 3ª ilha mais visitada por barcos de recreio, depois do Faial e de São Miguel, e não possui qualquer infraestrutura com as mínimas condições de receber aqueles barcos.

Não existem condições - naturais e financeiras - de se exigirem hoje marinas, mas as Flores necessitam urgentemente de condições mínimas para poder receber os iates que nos visitam e possibilitar o recreio náutico dos já muitos utilizadores locais dos portos das Lajes e das Poças, em Santa Cruz. Por isso mesmo é fundamental estudarem-se soluções por forma a **criarem-se condições de tanto num local como no outro**, existirem as possibilidades duma navegação de recreio em condições de segurança.

No caso das Poças em Santa Cruz, seria possível implementar, por fases, o estudo mandado elaborar em 1989 pela Câmara Municipal e que foi executado pela Consulmar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Apesar daquilo que se está a levar a cabo na Ilha das Flores, muito há que fazer. O desenvolvimento harmónico de toda a Região obriga que se continui a dar uma

atenção muito especial às Ilhas que sofrem duma dupla insularidade e afastamento, dentro dos condicionalismos existentes na Região, e que sofrem porque são pequenas, têm uma população diminuta, ficam muito distantes das restantes ilhas, mas aspiram ao progresso e ao desenvolvimento que todos desejamos para as nove Ilhas desta Região.

Disse.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Estamos hoje como ontem, aqui para que no centro nevrálgico do debate político que é nesta Assembleia Legislativa Regional, sejam apreciados e discutidos o Plano e Orçamento para o ano de 1999.

Estamos perante documentos que indicam as linhas de orientação das políticas deste Governo para a Região Autónoma dos Açores durante o próximo ano.

Estes documentos não estão estruturados de forma a que haja um desenvolvimento harmónico e gradual pelas nove parcelas que compõem esta Região.

Quanto ao círculo eleitoral que me elegeu estes documentos não correspondem de forma alguma, às aspirações justas e pretendidas dos Jorgenses.

Continuamos com este Governo "VOTADOS AO ABANDONO", no progresso que se pretende para a Ilha de São Jorge.

Continuamos a não fazer parte do desenvolvimento harmónico e solidário que este Governo tanto tem vindo a afirmar existir .

Somos para este Governo **"Apenas"** 2,8% do total do Plano e Orçamento para 1999.

Para provar o que acabo de afirmar vejamos alguns exemplos:

EDUCAÇÃO - Programa 18, Projecto 18.1 - Construções Escolares.

Este plano apenas tem inscrito para a Escola Básica e Integrada das Velas uma verba de 100.000 contos.

Se atendermos que esta escola necessita de uma grande reparação e ampliação, não será apenas com 100.000 contos que se fará estas obras, que garantam dignidade e segurança aos alunos, professores e funcionários desta escola.

Continuamos a entender que este Governo apenas e só por "TEIMOSIA" não constrói uma **"NOVA ESCOLA"**, e prefere ir "**REMENDANDO"**, uma situação que se irá arrastar por muito mais tempo.

Neste mesmo programa estranhamos que não conste verba inscrita para a construção da nova Escola Básica da Boa Hora, freguesia de Santo Amaro.

Existe nesta data um pré-fabricado que em condições muito precárias e exíguas lá vai resolvendo a situação.

TRANSPORTES - Programa 14. - Projecto 14.3 - Infraestruturais Portuárias.

Este plano tem a verba **"Ridícula",** repito **"Ridícula",** de 1000 contos para o Porto das Velas.

Como é do conhecimento geral dos Jorgenses o que é necessário fazer-se no Porto das Velas é o arranjo do varadouro.

Entendemos que esta verba é insuficiente mostrando assim mais uma vez que este Governo não quer resolver esta situação.

No programa 5 - Estruturas de Apoio à actividade da Pesca - Projecto 5.2 - Estruturas Portuárias, para vários portos de pesca em São Jorge (Norte Grande, Topo e Fajã dos Vimes) estão inscritos apenas 2.500 contos.

É "ofensivo" a atitude deste Governo para com os Jorgenses, sabendo que nestes três portos de pesca, várias são as beneficiações que necessitam ser feitas, quer nos próprios portos e no desassoreamento das baías.

Outra infra-estrutura importantíssima para o desenvolvimento económico e turístico da ilha de São Jorge, seria o início da construção do Porto de Recreio das Velas que, continua a ser uma " Miragem".

Mais uma promessa adiada!!!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

No programa 2 - Apoio à transformação e comercialização dos Produtos - Projecto 2.1 - Transformação e Comercialização - Acção - Matadouro das Velas (rescisão de contrato) beneficiação do matadouro da Calheta.

Apenas uma verba inscrita de 40.000 contos para a rescisão do contrato e melhoria do matadouro existente.

Se tivermos em conta que este Governo, através da Resolução n.º 9/98, cancelou um investimento no valor cerca de 300 mil contos que seria a construção do matadouro novo.

E optou para beneficiar o existente.

O lógico seria a transferência dos restantes 260.000 contos para a beneficiação do matadouro na Calheta.

Este matadouro está ultrapassado e sem condições dignas para a actividade a que está destinado.

Perguntamos para onde foram os 260.000 contos? Provavelmente para o saco rosa.

Quanto mais tempo iremos esperar para ver este problema resolvido?

No Programa 12 - Sistema Rodoviário Regional - Projecto 12.2 - Reabilitação de Estradas Regionais.

Encontramos uma verba inscrita de 140.000 contos o que é por demais insuficiente para concluir as obras.

Mas consideramos ainda mais grave a interrupção na asfaltagem no lugar de Santo António, freguesia do Norte Grande, de apenas 1.300 metros que por **"incapacidade"** e **"arrogância"** deste Governo, continuando as populações daquela zona a sofrer as consequências desta atitude.

Não é demagogia, Sr. Deputado, porque se tivermos em conta que nesta data o investimento deste Governo em obras públicas em São Jorge é **"nulo"**, não será demais exigir que pequenos acabamentos em obras como a que referi sejam concluídas.

No programa 15 - Desenvolvimento dos Transportes Aéreos - Projecto 15.1 - Infraestruturas e equipamentos aeroportuários - Acção Remodelação e beneficiação da Aerogare de São Jorge, existe apenas uma verba inscrita de 1.000 contos.

RIDÍCULO!!! Senhores Deputados!!!

Tanto mais porque em 1998, ou seja este ano estão inscritos 10.000 contos para esta remodelação e beneficiação e tanto quanto me é dado a saber nada este ano foi feito na Aerogare.

Perguntamos mais uma vez para onde foram os 10.000 contos?

O lógico seria que no Plano para 1999 estivessem inscritos 11.000 contos para as referidas obras.

Esta obra é considerada importante, porque a aerogare é uma sala de visitas para quem chega e parte da nossa ilha.

Mais uma vez fica aqui demonstrado, apenas com alguns exemplos, que o comportamento deste Governo para com os Jorgenses tem sido **"Descriminatório"** e de **"Perseguição".**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Termino citando Alexandre Herculano: "Querer é quase sempre poder". O que é excessivamente raro neste Governo **é o querer!!**

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Muita coisa mudou, para melhor, nos transportes marítimos e aéreos desde a entrada do VII Governo Regional.

A Região pela primeira vez após mais de 20 anos em 1998, uniu oito das nove ilhas por via marítima. Esta experiência demonstra que o transporte marítimo de passageiros poderá ter futuro assegurado se for encontrada a formula certa para uma operação deste género, que tem a ver com as condições atmosféricas, com distancias entre portos e outras condicionantes diversas.

Antes testaram-se catamarans, hidrofoils, monocascos, barcos de velocidade na ordem dos 20 a 30 nós e testaram-se também embarcações mais ou menos confortáveis, mas se a velocidade, o conforto e o serviço são importantes, sem dúvida que a possibilidade de transportar viaturas ainda torna mais atractivo viajar num

barco com as características do "Lady of Mann". Foi sem dúvida um salto qualificativo na operação marítima de passageiros.

O Governo Regional apostou e venceu na criação de um mercado interno que nunca tinha sido verdadeiramente explorado. A "teimosia" do Secretário Regional da Economia foi imprescindível nesta resolução.

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS): Muito bem!*

O Orador: Para os próximos dois anos, e muito bem, o Governo Regional propõe-se apoiar uma operação com 2 ferry's de passageiros e viaturas por um período de seis meses, de 01 de Maio a 31 de Outubro e para tal já tem o Concurso Público Internacional pronto a ser publicado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Se o transporte de passageiros inter-ilhas por via marítima foi um êxito, se o desagravamento das tarifas no transporte de mercadorias foi benéfico para as populações o que dizer da transformação operada nos transportes aéreos? Há anos e anos que os diversos sectores económicos da Região reivindicavam passagens aéreas mais baixas, transportes aéreos consentâneos com a realidade açoriana em ordem a que fosse aumentado o fluxo turístico da Região.

As pretensões do tecido económico começam a dar os primeiros passos quer no transporte marítimo, como referi anteriormente, quer no transporte aéreo e neste último com uma importância vital para o Turismo.

Mas a verdadeira revolução foi o êxito conseguido pelo Governo Regional e pela SATA no concurso efectuado para a atribuição de algumas rotas domésticas e na redução do custo das tarifas de carga e passageiros entre os Açores/Continente. Estou certo que se não houvesse esse bom relacionamento com o Governo da República, que se não tivéssemos pessoas dinâmicas e corajosas neste Governo e no Conselho de Administração da SATA este objectivo não seria alcançado.

Não há dúvida que este Governo conseguiu aquilo que os açoreanos queriam, fez com que a companhia voasse mais longe com carácter regular trazendo para a Região directamente dos locais de origem os turistas e os nossos irmãos da diáspora. Sem

dúvida que se conseguiu desta forma dar um passo em frente no desenvolvimento da Região.

No âmbito das infraestruturas portuárias e aeroportuárias é de salientar também que durante estes 2 anos o Governo Regional dos Açores efectuou diversos melhoramentos e tomou medidas em Aerogares e pistas da Região solicitou pareceres e efectuou estudos tendentes à remodelação de diversos aeródromos regionais e à operacionalidade da pista do Pico em ordem a ser utilizado em operações com o Boeing 737.

De salientar ainda que foram adquiridos três aeronaves que serão utilizadas nas linhas com destino a Lisboa; Porto e Europa e que no próximo ano chegará à SATA o quarto Boeing, que foi feito o reforço do número de voos para diversas ilhas em especial para as Flores, que a partir de Janeiro haverá um decréscimo de 16%, valor médio nas tarifas da transportadora aérea regional e que foram efectuadas obras na iluminação da pista das Flores e melhoramentos no pavimento da pista do Corvo.

Nas infraestruturas marítimas queremos relevar a construção da Gare Marítima de passageiros de São Roque do Pico, a construção e apetrechamento de 2 edifícios polivalentes desse Porto e no Porto das Velas e a aquisição de um rebocador para o Porto de Ponta Delgada.

Está a ser feito também o Reforço do Molhe do Porto de Vila do Porto, a construção do Núcleo de Pescas da Praia da Vitória, a reabilitação do Parque de Contentores do Molhe do Cais do Porto da Horta, e a remodelação da sua Marina, além da ampliação do Porto da Casa do Corvo.

Estes são alguns exemplos do que já muito foi feito ou está em execução

Para o futuro aguardamos com serenidade a resolução dos objectivos propostos no Programa do Governo nomeadamente:

O aumento da pista do Pico, o melhoramento de diversas pistas e aerogares nalgumas ilhas, a construção de gares de passageiros em portos que delas necessitem, a vedação da pista do aeródromo do Corvo, a ampliação do porto da Calheta, a reabilitação do porto de São Roque a construção do Parque de Retém de gado neste porto, a reparação do Porto da Madalena a reabilitação do Porto das Lajes das Flores e a resolução do transporte marítimo de e para o Corvo.

Os transportes aéreos ou marítimos estão ligados de maneira indelével ao turismo e a Santa Maria.

A Ilha tem as condições técnicas necessárias e indispensáveis para receber no seu porto ou no seu aeroporto quem a queira visitar. Está dotada de dois hotéis, uma residencial e diversos apartamentos que apesar de não serem os suficientes no Verão, ofereciam quartos que serviam minimamente na época de maior afluência.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Santa Maria perdeu mais uma infraestrutura importante para o seu desenvolvimento económico, perdeu o Hotel do Aeroporto o antigo Hotel Terra Nostra.

Esta unidade hoteleira foi construída há 53 anos pelos norte americanos e era actualmente gerida pela BENSITUR.

Em 1 de Maio de 1981, a ex-Secretaria Regional dos Transportes e Turismo celebrou um protocolo com a Proturotel tendo acordado, entre outras cláusulas, que a região suportaria os défices de exploração. As razões que levaram a ANA, EP e a supracitada Secretaria Regional a tomar tal atitude prendiam-se com o facto de qualquer uma dessas entidades não estarem vocacionadas para a gestão directa das infraestruturas, pelo que, decidiu o Governo de então, entregá-las ao já referido grupo económico.

Nesse protocolo estava previsto que a Secretaria Regional faria a conservação e melhoramento das instalações, o seguro das instalações e respectivo equipamento (que não sabemos se se concretizou), além de pôr à disposição do concessionário um fundo de maneio de cinco mil contos que seria objecto de reposição em espécies ou em numerário, no final da concessão. Sem dúvida um bom acordo para a empresa. Assinaram este contrato Alberto Madruga da Costa pelo Governo Regional e Eng.º Victor Macedo pela Proturotel.

De realçar que estava previsto a análise mensal, que não sei se foi feita, de todas as contas referente à exploração do Hotel e do Bar do Aeroporto e que no fim do prazo estipulado, para a concessão da exploração, seria atribuída a percentagem de 3% sobre a receita bruta que se destinava a fazer face aos encargos gerados em São Miguel e que estivessem afectos à exploração. No caso de haver saldo negativo, a

tutela compensaria o défice encontrado. Até à data (Agosto de 1998) já foram atribuídos subsídios para pagamento do referido défice no valor de 300 mil contos aproximadamente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Em 1994 a ex-Secretaria Regional de Transporte e Ambiente comunica a ex-Secretaria Regional da Juventude Emprego Comércio Industria e Energia a intenção de ser denunciado o referido protocolo e o interesse em transformar a unidade numa Pousada de Juventude a partir do dia primeiro de Maio daquele ano.

Tendo conhecimento de que havia a hipótese do Hotel do Aeroporto ser encerrado os deputados do PS dirigiram requerimentos ao titular responsável pelo turismo na região e intervieram nesta Câmara a alertar para o facto de poder ser desastroso o despedimento de 42 trabalhadores, que na altura constavam do quadro da empresa, e que tinham a seu cargo cerca de 100 pessoas. É de relevar também a acção dos trabalhadores do Hotel que ao manifestarem a sua preocupação sobre o alegado encerramento da unidade hoteleira concorreram também para que as intenções governamentais sofressem um recuo. O Governo Regional manteve, no entanto, o intuito de rescindir alguns contratos de trabalho o que veio a acontecer em número de 7 tendo as indemnizações ascendido aos 18 mil contos. Não tendo conhecimento das demarches feitas pelo Senhor Deputado José Maria Bairos, não as poderei mencionar, mas certamente que, depois de levantada a questão nesta casa e na opinião pública, deve ter tomado alguma acção no sentido de que o proposto pelo Governo Regional de então não fosse em frente. Assim pelo menos quero acreditar.

Tanto defender, tanto lutar pelos postos de trabalho e agora a infraestrutura em questão desaparece num ápice. É, de facto, difícil falar do Hotel do Aeroporto porque as recordações são muitas, porque a infraestrutura citada era única no seu género, porque tinha muito a ver com Santa Maria, com o seu desenvolvimento económico, com as pessoas e com o progresso.

Lembrar, que nos anos 60, quando se entrava no Hotel Terra Nostra era como estar num outro mundo. Viam-se e ouviam-se pessoas de diversas nacionalidades que conversavam entre si, jogavam cartas ou simplesmente se divertiam na boite do hotel

ao som da música de Viula, Palhinha, Mário Avelar, e tantos outros que actuavam naquele sítio. Era um ambiente diferente do habitual na ilha e na Região.

Quantas personalidades não dormiram lá, quantas não almoçaram no seu restaurante! Enumerá-las todas é impossível, mas permitam-me nesta breve homenagem, a este já saudoso hotel, que tão bem servia Santa Maria e a Região, mencionar os nomes de Mário Soares, António Guterres, Almeida Santos, Jaime Gama, Fernando Nogueira, Andrea Papandreu, Miguel de La Madrid, Frank Sinatra, Mota Amaral, Carlos César e tantos senhores deputados e governantes que nesta Câmara estão presentes.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Agora que o hotel desapareceu e que os funcionários estão sem saber o que lhes vai acontecer, o que fazer? Além da preocupação natural da perca dos seus postos de trabalho outra que os apoquenta é a que se prende com o facto de morarem em casa da Região e sob jurisdição da Bensitur. No nosso entender a habitação deve estar assegurada e mesmo no futuro deve ser mantido este cuidado de modo que, mesmo construindo um hotel nesse espaço se proceda com dignidade ao realojamento dessas mesmas pessoas noutro local. Sabemos e estamos conscientes de que o Governo está alerta e deveras interessado no assunto, tanto que logo de imediato enviou a Santa Maria o Director Regional do Turismo e o Director de Serviços do Emprego, que mantiveram reuniões com os funcionários, com o Director do Aeroporto, com o Director do Hotel Avenida e com a unidade hoteleira existente em Vila do Porto em ordem a assegurar o serviço de Catering, assunto que nos preocupava e que foi resolvido. Mais, o Senhor Presidente do Governo Regional logo que tomou conhecimento de interesse dos trabalhadores do Hotel em, apesar de tudo, realizar o habitual jantar de Natal, **talvez o último em que estejam todos juntos nesta qualidade,** e para o qual foi convidado, enviou como seu representante, o Director Regional do Turismo, que esteve presente e levou um abraço de solidariedade de Sua Exª e do elenco Governativo, gesto que foi muito apreciado por todos os presentes. **Nós nunca duvidamos que para este Governo as pessoas estavam primeiro, a prova está à vista.**

Mas o que vai acontecer a seguir? Sabemos que o governo se prepara para em meados de Janeiro ter uma nova reunião com os trabalhadores para lhes dar novas informações e soluções, mas como vamos na realidade resolver o grave problema da falta de camas na ilha? Os marienses sabem que devem e querem participar e há mesmo pessoas interessadas, mas teremos nós a capacidade financeira para nos lançarmos sozinhos nesta aventura, que é construir um novo hotel e que não pode ser uma residencial, pois unidades deste género não servem Santa Maria? Haverá já contactos do Governo com entidades privadas? Já foi demonstrado algum interesse de algum empresário? Qual o passo a seguir? E urgente reconstruir ou construir uma nova unidade hoteleira. Estamos de acordo e queremos participar, mas como? Perguntas muitas perguntas fervilham na cabeça dos marienses sem resposta por enquanto.

Santa Maria estava no bom caminho e perfilhava-se um bom ano turístico para a ilha e de um momento para o outro sofremos esta grande contrariedade. Estamos certos que o Governo não está de braços cruzados e vai ajudar os marienses a superar este contratempo e resolver da melhor forma a situação em que se encontram os funcionários que ficaram, sem culpa, sem os seus empregos.

Estamos convencidos que tanto nas obras que proliferam por toda a Região como na resolução do grave problema de Santa Maria atrás referido, vamos alcançar os objectivos propostos e por isso não temos qualquer dificuldade em votar favoravelmente este Plano.

Nós confiamos neste Governo.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Mário Moura.

Deputado Mário Moura *(PP):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No início da minha intervenção sobre a discussão do Plano e Orçamento para 1999 gostaria de introduzir um problema que se reveste de grande importância quer pela

urgência na actuação, quer pela angústia que esta gerando nas populações que estado vivendo este drama.

É uma situação que, infelizmente, está sendo muito frequente na nossa Região.

Refiro-me concretamente ao desabamento da falésia que fica junto à foz da Ribeira na freguesia da Ponta Garça, na Ilha de S. Miguel, onde os últimos temporais de Outubro fizeram desabar uma quantidade significativa de terra.

Segundo os seus proprietários, foram arrastados cerca de 12 metros de quintal que algumas daquelas casas possuíam, casas estas que desapareceram parcialmente, correndo mesmo o risco de desaparecerem na sua totalidade devido ao forte e iminente perigo que a dita falésia apresenta.

Neste momento, nenhuma das habitações apresenta condições de restauro ou de habitabilidade havendo até sinais exteriores de uma grande inclinação em direcção ao precipício, prevendo-se, a todo o momento, que aconteça o pior.

Os moradores que se socorreram de familiares e vizinhos para se poderem provisoriamente alojar, mostram-se bastante apreensivos pelo estado em que se encontram as suas habitações.

A própria estrada que já aparenta algumas fissuras tem alarmado os habitantes que residem no outro lado da rua que se manifestam altamente preocupados com o avanço dos desabamentos em direcção às suas habitações.

É com muita apreensão e indignação que as populações atingidas estado a viver esta situação deveras preocupante dado que apesar das promessas, tanto da parte da Autarquia, como do Governo, ainda nada lhes foi resolvido.

A principal reivindicação das populações passa principalmente pelo realojamento dos habitantes das casas vitimadas e isto ainda não foi feito.

Esperamos bem que, rapidamente, se dê andamento às obras que se impõem, quer no sentido da consolidação da falésia, quer no do realojamento das famílias em perigo, quer ainda no da construção de uma estrada alternativa por onde se possa escuar, pelo menos, todo o trânsito pesado.

Agora, que se discute o Plano e o Orçamento, é o momento mais oportuno para lembrar ao Governo a necessidade de canalizar verbas suficientes para fazer face às

obras que se impõem, a fim de minorar o sofrimento, a angústia e os prejuízos das famílias atingidas por mais este cataclismo.

Sr Presidente, Sras e Srs Deputados, Srs Membros do Governo:

Este Plano, quanto à ilha de S. Miguel, não responde às reais necessidades económicas e sociais desta Ilha. Enumerarei apenas alguns exemplos que demonstrarão a infeliz justeza desta afirmação:

Efectivamente, no sector agro-pecuário, a verba de 50.000 contos para subsidiar as calamidades agrícolas parece-nos manifestamente insuficiente dada a dimensão geográfica da ilha.

Os caminhos de penetração são a base de uma rede de melhoramentos de que os Agricultores necessitam para viabilizar o acesso às suas unidades de trabalho, potenciando melhorias consideráveis de produção nas suas explorações.

Em 1997 o Partido Popular fez incluir no Orçamento e no Plano um adicional de 260 mil contos para a agricultura Micaelense, nomeadamente destinados a caminhos de acesso, electricidade e água.

Infelizmente, a lavoura de S. Miguel não se apercebeu de que este Governo Regional se tivesse empenhado no cumprimento de tais objectivos e na concretização da verba atribuída.

Este Governo, no ano 1998, executou 1/3 das verbas atribuídas a esta rubrica e para o ano de 1999 reduz a verba em 40.000 contos. Ora não se pode estar sempre a pedir aos agricultores que invistam se o próprio Governo falha naquilo que é da sua exclusiva competência.

Nenhuma verba foi atribuída à recuperação do sector da carne com vista não só a melhorar a sua qualidade mas também a possibilitar em condições vantajosas a sua colocação em mercados exteriores à Região e este é o momento mais oportuno para se iniciar este processo, dada a posição altamente favorável de que a Região usufrui agora para a sua comercialização, como é sabido.

Surpreende-me deveras a verba de 17.500 contos inscrita no Plano para a reparação e manutenção dos portos da Ilha de S. Miguel.

É uma verba manifestamente pequena.

Lembro ao Governo que só o porto de Vila Franca necessita de 100.000 contos para a sua manutenção e reparação e lembramos ainda que constitui promessa eleitoral do PS o melhoramento deste porto que, já há muito tempo, é uma aspiração, aliás justa, dos pescadores locais.

O porto dos Mosteiros necessita de ser ampliado e melhorado para que se possa também pensar em dotar aquela localidade que, de ano para ano, tem vindo a afirmar-se em termos turísticos e de veraneio das infraestruturas necessárias à dignificação a que tem direito.

No sector das comunicações, a estrada regional Capelas/Mosteiros cujo piso esta em mau estudo não é contemplada com nenhum melhoramento neste Plano.

Nunca lá foi feita qualquer obra no sentido de corrigir o seu traçado e melhorar o seu piso por forma a dar condições aceitáveis as pessoas que por ai transitam todos os dias a caminho de Ponta Delgada, onde trabalham.

Na estrada que liga a cidade de Ribeira Grande à Vila da Lagoa, vila esta altamente industrializada, como é sabido, ainda se circula, em partes do seu troço, por caminhos de terra batida.

Das muitas situações de abandono existentes nesta ilha é preciso resolver no mais curto espaço de tempo, a reparação destas infraestruturas que potenciam desenvolvimento, sobre pena da nossa Região cada vez mais se afastar de tão falada convergência nacional e Europeia.

Disse.

Vozes da bancada do PP: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos *(José Contente):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É só para dar uma informação ao Sr. Deputado Mário Moura em relação à situação da falésia da Cancela do Ferreiro na Ponta Garça.

De facto, aquela situação tem vindo a ser estudada pelo Laboratório Regional da Engenharia Civil já há 4 anos e nos últimos anos tem havido um recuo mais acelerado, como regressão, resultante dos próprios materiais que ali existem, dos

temporais que, entretanto, têm afectado a Ponta Garça e também de muitas drenagens de casas, ou seja, de tubos de esgoto que são colocados naquela garganta e que vão corroendo a base da falésia e a partir de determinada altura o topo fica sem sustentação e vai havendo essa regressão.

De qualquer modo, o Governo Regional quando tomou posse e tomou conta desta situação também, no âmbito do protocolo com o INH e com a Câmara Municipal de Vila Franca, disponibilizou logo 13 lotes que estão em processo de concurso na Câmara Municipal de Vila Franca e que vão ter uma comparticipação de 100.933 contos para esse loteamento, no âmbito desse protocolo, há uma segunda fase de loteamentos para mais 28 lotes para se resolver esses problemas de realojamento.

Nós, de acordo com a pretensões da Câmara de Vila Franca, também fomos informados que haveria interesse da Câmara em começar a pensar no lado Norte da rua, uma vez que aquela zona, de facto, tem vindo a ter uma aceleração de erosão mais intensa e é um problema que também nos preocupa.

Mas em matéria de realojamento este processo está devidamente encaixado no compromisso que a Câmara de Vila Franca tem com o INH e com o Governo Regional no sentido do realojamento daquelas pessoas serem feitas.

Em relação às estradas que aí falou, queria-lhe dizer que, efectivamente, a mediana que falou está inscrita no Plano e o caso da estrada dos Mosteiros está dentro do Plano a Médio Prazo e logo que os investimentos que nós temos em S. Miguel o permitam para fechar o anel de Ponta Delgada, é com esse planeamento que nós estamos, de facto, a inscrever essas acções no Plano.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Mário Moura.

Deputado Mário Moura *(PP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Aquilo que disse sobre as soluções que estão a arranjar para a Ponta Garça, são boas intenções, não é o que diz a população, porque existia uma placa que está caída no terreno e este está para lá abandonado.

Por outro lado, o Sr. também sabe que aquela gente está ali numa situação precária e eles não sabem o que é que lhes vai acontecer. Vivem em casas de familiares e de vizinhos e já está a acontecer problemas sociais gravíssimos. Na altura ajudaram as

pessoas, mas não é para o resto da vida. Em outras situações idênticas o que se fez, numa primeira fase, foi logo realojar as pessoas numa situação provisória até lhes serem dadas casas e, portanto, com uma solução à vista.

Agora, aquelas pessoas estão em casas de outras pessoas e não se sabe o que é que lhes vai acontecer e as casas deles até nem eram habitações degradadas, mas sim habitações com boas condições.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos *(José Contente):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É só mais um esclarecimento adicional.

Eu como disse, efectivamente, a parte respeitante aos realojamentos dessas pessoas, numa primeira fase, foi contratualizada com a Câmara Municipal, no sentido delas serem inscritas nestes programas que nós temos com a Câmara e a Câmara Municipal de Vila Franca tomou a seu cargo, conjuntamente com a Direcção Regional de Habitação, alguns daqueles realojamentos que nos pareciam mais precários.

De resto, essa placa que acaba por falar, e que há pouco tempo vi na televisão, corresponde ao loteamento da Câmara Municipal de Vila Franca que é comparticipado pelo Governo Regional. Faz parte do protocolo de 131 casas que nós temos no Concelho de Vila Franca e que já está assinado desde 1996.

Portanto, há aí um atraso de lançamento dos concursos deste loteamento que não é da nossa responsabilidade.

Presidente: Para mais esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Mário Moura.

Deputado Mário Moura *(PP):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Eu percebi a sua intervenção, porque estive com atenção e ouvi o que o Sr. disse, mas eu pergunto-lhe mais uma vez: presentemente onde é que essa gente está instalada? Nas casas dos vizinhos e dos familiares. Em outros sítios foram lá colocar os módulos, quando estas desgraças acontecem.

Portanto, elas estão é em casas de outras pessoas e não em casas resolvidas, nem pela Câmara nem pelo Governo.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente *(Fernando Lopes):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A 1 de Janeiro de 1999 começa uma nova fase na União Europeia, a fase da moeda única. Portugal e os Açores estão entre o grupo de 11 países que iniciam um percurso e uma experiência única na história económica da Europa. Neste contexto devem-nos perguntar que políticas devem ser seguidas para que a política monetária única não penalize as empresas que investem nos Açores e sejam compatíveis com os objectivos de desenvolvimento convergência económica e criação de emprego. Que políticas, num mercado único sem fronteiras e com uma moeda comum, deve o Governo tomar para promover o investimento e a produção numa região ultraperiférica.

Em primeiro lugar, políticas de consolidação orçamental que promovam a estabilidade macroeconómica;

Em segundo lugar, políticas fiscais que sejam promotoras da competitividade nos apoios ao investimento e tributação de lucros;

Em terceiro lugar, políticas de qualificação dos recursos humanos;

Em quarto lugar, políticas que promovam a eficiência e a redução nos custos de transporte para os mercados consumidores.

Nestes quatro níveis, a política orçamental, a política fiscal, a política de formação e a política de transportes, o Governo Regional dos Açores criou um enquadramento favorável ao reforço da competitividade das nossas empresas.

A consolidação e redução da dívida regional, a redução da carga fiscal para as empresas, a redução dos custos energéticos e de transportes são já hoje uma realidade insofismável.

Se admitirmos, como o faz, a Federação Agrícola dos Açores, que o desenvolvimento do Arquipélago depende fundamentalmente da competitividade das fileiras da

Agricultura, das Pescas e do Turismo, podemos concluir que também as políticas sectoriais são fundamentais para promover o crescimento económico e social do Arquipélago.

Por outras palavras e citando os Grandes Objectivos do Plano a Médio Prazo:

"Fortalecer e diversificar o Sistema Produtivo Regional, reforçando os seus níveis de competitividade e promovendo as fileiras especificas que o integram."

A concretização deste macro-objectivo nas fileiras do leite e da carne, bem como a promoção de produtos diferenciados e a diversificação de actividades com potencial exportador, enquadrou as opções e decisões tomadas na consignação dos 12,9 milhões de contos ao programa de investimento da SRAPA.

Esta verba representa um crescimento nominal de 20% e real de 18%, relativamente a 1998. Expurgada das verbas relativas ao sismo, o crescimento é de 15% em termos nominais.

Sras. e Srs. Deputados:

Mais importante todavia que os múltiplos exercícios de aritmética que cada um dos Senhores Deputados pode fazer, é a decisão de viabilizar projectos públicos e investimentos privados com forte impacto nas economias de cada ilha e nas fileiras acima identificadas.

Outro critério igualmente importante nas decisões de investimento consagradas neste plano, é o efeito de alavanca de fundos comunitários que permite gerar um investimento superior a 15 milhões de contos, só no sector agrícola.

Por exemplo, na industria agro-alimentar 500 mil contos inscritos no plano fomentam um investimento de 1,5 milhões de contos, 415 mil contos no apoio ao investimento nas explorações agrícolas promovem 1,6 milhões de contos de despesa publica.

Este exercício poderia ser repetido em todos os ítens, passando pelos caminhos rurais, que atrás se falou, passando também pelas ajudas ao rendimento e em cada um deles veríamos como é que um verba, que à primeira vista pode parecer insuficiente, inscrita neste Plano, vai ter um efeito multiplicador por ir permitir alavancar e ir buscar fundos comunitários.

O crescimento de 35% no programa de apoio à transformação e comercialização dá seguimento ao programa de investimento na Rede de Abate. A conjugação no sector

da carne, das iniciativas no âmbito da sanidade animal, do investimento na rede de abate e da certificação, criam um enquadramento favorável à iniciativa privada e associativa ha muito reinvindicada em sucessivos Congressos de Agricultura.

No sector dos lacticínios, os investimentos em curso e projectados, permitem acomodar os 16,5% de crescimento verificado nos últimos dois anos na produção de leite na Região.

O aumento de 61% no programa 5 - estruturas de apoio à pesca, assegura a execução do programa de investimento em portos de pesca de que destacamos, o de Rabo de Peixe, Ribeira Quente, Praia da Vitória e S. Mateus, para além duma multiplicidade de pequenas obras financiadas pelo programa IC pescas, que incluem casas de aprestos, rampas de varagem, dragagem em zonas de portos e renovação das estruturas de Lota. Neste âmbito se incluem obras em todas as ilhas desde o Corvo a Santa Maria, que me dispensarei aqui de referir, porque são inúmeras e respondem a algumas das perguntas aqui já feitas, nomeadamente sobre o Porto de Vila Franca que é uma obra, cuja primeira fase já foi feita que foi a fase de dragagem e estamos neste momento da segunda fase que é a construção de casas de apresto e a fase também da construção de um terrapleno e que, aliás, já está identificada a empresa que a vai executar.

Todas estas pequenas obras recorrem a empresas locais, por vezes com algumas dificuldades de execução, mas este é um desafio que aceitámos, porque contrubui para gerar mais valias na economia local e também gerar mais emprego. Sabemos das veleidades de algumas empresas, mas fizemos claramente esta opção, a de privilegiar, com estas pequenas obras, o desenvolvimento das nossas pequenas empresas de construção civil.

Igualmente se realça o crescimento de 26% no programa de desenvolvimento florestal e de 97% no programa de qualidade ambiental. O investimento público nestas áreas permite aumentar substancialmente a oferta de bens públicos tão importantes como a protecção e desenvolvimento da floresta, uma melhor gestão dos recursos hídricos e um melhor ordenamento do território. O investimento na área do ordenamento permite avançar com planos específicos de ordenamento da orla costeira, das bacias hidrográficas e de gestão das áreas protegidas. Uma política

ambiental e florestal que permite atacar na sua raiz as causas da eutrofização das lagoas, a gestão da qualidade da água e dos recursos hídricos e simultaneamente contribui para a redução dos factores de risco, tão visíveis nas calamidades que afectaram o arquipélago recentemente.

O crescimento dos recursos financeiros afectos ao programa 25, nos três primeiros anos desta legislatura, é de 204%, de 406 mil contos em 97 para 831 mil contos no Plano de 1999. O futuro, na área do ambiente constrói-se na base de três pilares fundamentais: Cooperação, Ordenamento e Protecção.

Cooperação institucional entre as várias autoridades com responsabilidade no licenciamento de actividades económicas, no licenciamento de construções urbanas e rurais, na fiscalização e na definição de regras de utilização dos recursos naturais e do solo em particular.

Ordenamento do território nas suas variadas vertentes, começando ao nível municipal com os Planos Directores Municipais, os Planos Específicos para a Orla Costeira, as Bacias Hidrográficas, as Áreas de Reserva Agrícola, as Áreas de Reserva Ecológica e acabando no PROTA.

Protecção do património natural e paisagístico e protecção das populações, gerindo e reduzindo os riscos que advêm da ma utilização do nosso património bio-genético e da sua população.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, apresenta neste Plano a Médio Prazo, políticas e meios de financiamento que paulatinamente, mas com eficácia, criam uma política integrada de gestão dos nossos recursos para um desenvolvimento sustentado da nossa economia insular.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para fazer um conjunto de considerações sobre algumas das actuais preocupações no âmbito do sector agro-pecuário.

Começaria pela fileira da carne e em relação ao processo de certificação. Aliás, devo fazê-lo com alguma referência aos planos anuais e ao relatórios de execução apresentados nesta Casa.

Sistematicamente se vêm transitando de ano para ano aquelas que foram as preocupações iniciais deste Governo. Fala-se sistematicamente naquilo que se vai fazer.

O processo de certificação da carne, segundo aqui já havia sido dito pelo Secretário Regional, e como é do nosso conhecimento, já transitava do Governo anterior e já tinha condições para ser iniciado em 1997. Assiste-se à transição sistemática de ano para ano deste preocupação.

E, num quadro em que é possível tirar partido da infeliz introdução da BSE no sector da fileira da carne, não faz sentido que a Região não actue com determinação e tendo oportunidade, tendo os mecanismos e os meios e até tendo os empresários para o fazer, não o tenha já iniciado e tenha remetido novamente para 1999 a solução dessas matérias.

Ainda nesta fileira e em relação aos matadouros gostaria de lembrar o seguinte:

- Em 1997 já se falava do matadouro industrial de S. Miguel. No relatório de execução de 1997 já nada se diz sobre isso. Aliás, também porque nada se fez.
- No Plano de 1998 já se apresentava o início da construção do matadouro de S. Miguel. No relatório de execução de 98 fala-se no início do processo de construção do novo matadouro.
- No Plano de 1999 fala-se na construção do novo matadouro industrial de S. Miguel.

Portanto, isto para justificar a transição sistemática das infraestruturas que, no nosso entender, já deviam ter sido iniciadas.

Em relação à sanidade animal e em jeito de interrogação, quanto à erradicação da brucelose, assusta-me as dotações que são novamente apresentadas para o Plano de 1999. Foi dito aqui nesta Casa, pelo Sr. Secretário Regional que, felizmente, até ao final deste ano a erradicação da brucelose era facto consumado.

Ora, num programa de erradicação com 522 mil contos, o que correspondem apenas a 25% da dotação do investimento nessa área, trata-se dum investimento de 2 milhões de contos em 1999. Segundo creio, dará para abater cerca de 8 mil bovinos. Não creio que as palavras que aqui foram reflectidas no passado recente, tenham qualquer verdade. Aliás, ou não irão ser consumados esses investimentos em 1999 ou então o que aqui foi dito não é verdade.

Ainda em relação a preocupações dos agricultores, gostaria de me referir relativamente ao investimento privado.

O Sr. Secretário, quando era deputado desta Casa, fazia sistemáticas chamadas de atenção aos atrasos na aprovação e ao pagamento de projectos de investimento dos empresários agrícolas. Continuam em 97 e em 98 um atraso substancial na aprovação e no pagamento dos projectos de investimento dos agricultores açorianos. Acho que devia ser feito um esforço no sentido de eliminar esta situação.

O sector agrícola é o único sector que tem sérias condicionantes à apresentação de candidaturas para projectos de investimento privado e é o sector mais penalizado na Região Autónoma dos Açores nos atrasos na apreciação, na aprovação e no pagamento dos projectos.

Ainda em relação aos apoios ao rendimento, vou lembrar o que foi dito aqui em Setembro passado.

Presidente: Sr. Deputado, peço que termine, porque o seu tempo esgotou-se.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

"O pagamento das ajudas do Poseima e das indemnizações compensatórias ainda não estão consumadas."

Face à proposta apresentada nesta Casa ter merecido uma apreciação crítica do Sr. Secretário, porque era assunto que estaria resolvido em 29 de Setembro, não faz sentido que ainda agora, quase três meses passados, esse assunto não esteja resolvido.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente *(Fernando Lopes):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O mote das perguntas aqui feitas é um que transparece e que decorre de todas elas.

Os projectos inscritos por este Governo não se executam, transitam de ano para ano.

As palavras deste Governo não têm qualquer verdade.

Há aqui, de facto, qualquer disfunção, mas eu não vou utilizar, exactamente, o mesmo tom e dizer que as palavras não têm verdade. As palavras proferidas nesta Casa são feitas com a seriedade e com o respeito que esta Casa merece.

No que respeita ao processo de certificação de carne, ele não transitou do Governo anterior. Não transitou, porque não existia. Ponto final.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS): Muito bem!*

O Orador: Este processo iniciou-se com este Governo. Este processo está a ser feito no seio duma comissão técnica nomeada pelo Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Essa comissão técnica procedeu à elaboração do caderno de especificações, e é composta por um representante da Federação Agrícola dos Açores, um representante da Associação Agrícola de S. Miguel, um representante da Associação Agrícola da ilha Terceira, um representante da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, representantes do IAMA, das Direcções Regionais, etc..

Portanto, é um processo aberto de consulta que, aliás, já mereceu declarações públicas de representantes das diversas associações, congratulando-se com o facto deste processo de elaboração do caderno de especificações, de identificação do modo de produção e das suas características e também da identificação dum programa de promoção que a própria federação que é, neste momento, e segundo decisão da comissão técnica, o organismo responsável dos produtores.

Essa promoção, segundo esse organismo dos produtores, deve ser desencadeada e promovida por eles próprios e o Governo concordou de que esse organismo se irá candidatar, em devido tempo, a programas da Comunidade Europeia para que possa financiar um programa de promoção com capacidade financeira suficiente, a exemplo, aliás, do que já se fez nos lacticínios, porque um programa de promoção não se faz com dois tostões, faz-se com muitas centenas de milhares de contos. Lançar um produto não é a mesma coisa que vender um bife nos restaurantes.

Sr. Deputado, lançar um produto significa investir continuadamente, durante um tempo razoável, milhões de contos, mas esses milhões de contos também só podem

ser investidos a partir do momento em que estão criadas as condições, ou seja, em que o processo de certificação, conduzido em coordenação com as associações, efectivamente, está terminado e em que os investimentos em estruturas também estão a avançar.

Daqui ligo ao segundo ponto também da pergunta feita. O matadouro industrial de S. Miguel não transitou de ano para ano neste Governo. O matadouro de S. Miguel transitou sim, de ano para ano, na legislatura anterior...

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS): Muito bem!*

O Orador: ...e eu lembro perfeitamente, como candidato a deputado, de ter pedido uma entrevista ao então Director, Presidente do IAMA, de lhe ter perguntado qual era o estado - isto em 1992 - do matadouro e de me ter dito que estava tudo pronto para ser lançado. Não era verdade.

Quando este Governo tomou posse não estava assegurado, por exemplo, o contrato de fornecimento de água ao matadouro que é uma peça fundamental...

Presidente: Sr. Secretário Regional, o seu tempo já se esgotou.

O Orador: ...porque as câmaras municipais ainda não tinham acordado; não estava terminado o estudo de implantação geológica, porque não tinha sido ainda entregue; não tinha sido lançado o concurso público, etc., etc..

O que lhe posso dizer é que o concurso público foi lançado e está na sua fase final. Vai percorrer, provavelmente, mais algum tempo, mas será adjudicado brevemente e iniciar-se-á a sua construção também imediatamente a seguir.

Muito obrigado.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS): Muito bem!*

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Mário Moura.

Deputado Mário Moura *(PP):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Queria-lhe só lembrar de que a certificação da carne não partiu da ideia deste Governo. Partiu da ideia duma associação de comerciantes e criadores de gado muito antes do aparecimento da BSE e há aproximadamente 5 ou 6 anos.

Portanto, não tenham a certificação como bandeira vossa, porque já os industriais e criadores de gado daquela ilha tiveram essa preocupação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente:

Eu quero-lhe colocar três questões muito simples e muito rápidas.

Dentro da cooperação, programação e gestão da área do ambiente, onde coloca V. Exa. a Lagoa da Caldeira de Santo Cristo que nem sequer tem área consignada neste Plano?

Aonde é que eu posso, em S. Jorge, apreciar o projecto do PROTA, que segundo V. Exa. e o Sr. Presidente ontem anunciaram a esta Câmara que está em discussão pública. Se está em discussão pública, qual o local onde o possamos apreciar?

Como última questão gostaria de saber, segundo os exercícios de aritmética de V. Exa, o que é que vai restar dos 40 mil contos para rescisão do contrato do matadouro das Velas que possam vir a beneficiar o matadouro da Calheta?

Era só isto.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente *(Fernando Lopes):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Mário Moura:

É verdade o que o Sr. disse. A certificação da carne é uma bandeira daqueles que você citou, mas também de muita gente, de todos aqueles que conscientemente sabem a importância, para a vida económica desta Região, do sector da carne.

O que eu disse não foi que esta certificação da carne era uma bandeira só deste Governo. O que eu disse foi que este Governo é que iniciou o processo de certificação da carne, ou seja, que este processo não transitou do anterior governo e isso é verdade. Não existia nada feita, não existia um caderno de especificações iniciado, não existia a definição de qual o tipo de certificação, não existiam trabalhos técnicos em curso ou de consulta sobre o processo de certificação. Fui eu que marcei o início desse processo e que lhe dei, nalguns casos, o impulso necessário para que ele não parasse e esse processo está, neste momento, nas mãos das organizações de produtores. São eles, neste momento, que vão ter a responsabilidade, a partir do

momento em que esta fase está terminada, de o levar para a frente. Aí, todos nós teremos o direito e o dever de perguntar se "a carta vai ser levada a Garcia" ou seja, se o processo de certificação e promoção vão ser levados para a frente em devida ordem.

No que respeita a outras perguntas, nomeadamente duas respeitantes a S. Jorge, devo-lhe dizer, Sr. Deputado, que os 40 mil contos não são para pagar indemnizações, porque essas estão pagas. Os 40 mil contos são para beneficiar a casa de matança da Calheta...

Deputado Mark Marques *(PSD):* Mas está lá escrito!

O Orador: Está lá escrito no Plano a Médio Prazo, que é um Plano plurianual, a descrição das duas acções que se vão fazer, ou seja, rescisão do contrato, que já se fez no ano que passou, e beneficiação, que é a acção seguinte, do matadouro da Calheta que se vai fazer em 1999.

Deputado Mark Marques *(PSD):* Com que verba?!

O Orador: Caldeira de Santo Cristo, também vamos, em 1999, intervir.

Deputado Manuel Brasil *(PSD):* Vou registar!

O Orador: Pode registar.

Aliás, pode escrever também outra coisa, é que o Secretário Regional da Agricultura e Pescas quando diz determinadas coisas nesta Casa e as diz claramente, cumpre-as.

Deputado João Cunha *(PSD):* Olhe que não!

O Orador: Disse, por exemplo, que ia fazer um seminário, um "work shop" sobre a Caldeira de Santo Cristo, que ia convidar técnicos da universidade, que ia convidar técnicos das empresas, que ia convidar os autarcas e os deputados das ilhas e fez.

Da mesma forma que em 1999 vai iniciar acções na Caldeira de Santo Cristo, depois de decorrido todo este processo, porque é necessário que elas se façam.

Da mesma forma e que já iniciou no que respeita à Fajã de S. João.

Da mesma forma que em 1999 vai continuar a fazer esses trabalhos na Fajã de S. João.

Da mesma forma que em 1999 vai iniciar trabalhos na Fajã do Vimes.

Neste caso aqui significa que há um plano de trabalhos que se vai cumprir. As obras com este Governo não transitam. Era nos vossos governos que transitavam, meus senhores.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vou ser muito rápido.

É para dizer que, realmente, o Sr. Secretário fez o "work shop" das Fajãs de S. Jorge, porque há um ano aqui nesta Casa, neste mesmo local onde me encontro, comprometi o Sr. Secretário e se o Sr. bem se lembra até o Sr. Presidente do Governo não queria, mas fez porque ficou aqui comprometido, como agora também está comprometido, portanto, o Sr. vai ter que cumprir. Nada mais em relação a este assunto, Sr. Secretário.

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* E vai cumprir!

O Orador: Agora, em relação a não transitar, Sr. Secretário, eu aconselho-o só a ir aos Planos anteriores, já da gerência do seu Governo, para S. Jorge e ver o que é que tem transitado duns anos para os outros.

Deputado António Gomes *(PS):* Já transitou durante 20 anos!

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu acabei de ouvir aqui, pela voz do Sr. Secretário da Agricultura, que aquilo que promete cumpre.

Eu gostaria de pedir, para já, um esclarecimento ao Sr. Secretário e na base dessa afirmação que fez e que é muito simplesmente o seguinte:

O Sr. prometeu aqui a alguns meses atrás que faria o pagamento das indemnizações compensatórias a toda a gente. Eu pergunto se isso é verdade ou não Sr. Secretário? Apenas isto.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente *(Fernando Lopes):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Manuel Brasil:

Cumprimos os compromissos que assumimos no âmbito do Plano do Governo e no caso do "work shop", de facto, que lhe custou a sair isso da garganta, de que nós tínhamos feito o "work shop", que ele tinha sido participado e que tinha havido discussão, etc. Custou-lhe a sair. Eu percebi que estava rouco, mas finalmente disse que tínhamos feito.

Não falou no paredão, porque, de facto, essas coisas custam-lhe a sair da garganta. São coisas pequeninas, mas fazem-se.

No que respeita ao pagamento das indemnizações compensatórias, no que respeita ao pagamento do POSEIMA, é verdade que o pagamento não está concretizado na totalidade

Deputado João Cunha *(PSD):* Ah! Então o Sr. mentiu na altura!

O Orador: Está neste momento pago 80%...

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* Ah! Ah! Ah!

O Orador: ... das indemnizações compensatórias e do POSEIMA. Estão pagos 80%.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* E quando é que foi?!

O Orador: Será que este Governo tinha o dinheiro para pagar aos Srs. Agricultores e não pagou? Não é verdade, porque esse dinheiro é pago pelo Instituto Nacional de Garantia Agrícola e não por este Governo. É o INGA que paga essas indemnizações e, de facto, o INGA cometeu erros pelos quais este Governo já fez sentir ao Instituto que devia corrigi-los.

É evidente que pagou 80% que não estava para pagar e que só pagou nessa altura e mesmo assim pagou adiantado em relação ao calendário nacional, porque este Secretário...

Deputado António Almeida *(PSD):* Mentiu! É uma vergonha!

(Risos da Câmara)

O Orador: O Sr. Deputado tem palavras fáceis. A palavra mentira é uma palavra que o Sr. utiliza muito facilmente. Aliás, o Sr. nesta Assembleia hoje demonstrou

claramente que é hábil em distorcer as palavras e não tem a coragem de dizer as coisas directamente. O Sr. é que mentiu nesta Casa, por exemplo, quando disse que o programa de sanidade animal não estava a decorrer bem. O Sr. mentiu nesta Casa quando disse que o matadouro não se estava a construir e que o processo não existia. O Sr. mentiu nesta Casa quando disse que o processo de certificação transitou do anterior Governo. Se alguém mentiu nesta Casa foi o Senhor.

Portanto, o Sr. tenha respeito. Eu não utilizo essas palavras e respeito todos os deputados de todas as bancadas em todas as circunstâncias, agora também peço respeito e comedimento das palavras e o Sr. Deputado tem de as medir quando as diz...

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS): Muito bem!*

Deputado António Almeida *(PSD):* Lá chegaremos!

Deputado José Maria Bairos *(PSD):* Daqui a pouco vamos fazer o levantamento!

O Orador: ... e quem tem telhados de vidro não atira pedras para o ar, Sr. Deputado.

Deputado António Almeida *(PSD):* Desses eu não tenho!

O Orador: O que é verdade é que quando se iniciou o processo as taxas em S. Miguel eram altíssimas,...

Presidente: Sr. Secretário, o seu tempo já se esgotou.

O Orador: ... eram da ordem dos 40 e tal por cento e os lavradores de S. Miguel sabem isso.

O Sr. Deputado neste momento sabe qual é a percentagem de rebanhos infectados em S. Miguel. Sabe qual é? Não sabe, pois eu digo-lhe: no fim do Outono era de 4,6%.

Este Governo, de facto, cumpriu. Este Governo disse que ia executar acções de controle da brucelose e fez, com a colaboração dos agricultores, com a colaboração de todos aqueles que, honestamente, de uma forma empenhada, trabalham pela dignificação do sector. Vamos acabar com a brucelose em 1998? Não vamos.

Deputado José Maria Bairos *(PSD):* O Sr. é que disse que ia!

O Orador: E, não vamos porquê? Porque fazer descer...

Presidente: Sr. Secretário Regional, o seu tempo já se esgotou.

Deputada Berta Cabral *(PSD):* E há muito tempo!

O Orador: ...4,6% para níveis abaixo de 1% leva muito tempo e é mais difícil nesta fase final. Eu posso-lhe dizer que nestes dois anos, enquanto descemos de 46% em S. Miguel para 4,6% neste momento. Na ilha Terceira levou-se mesmo dois anos para descer de 4% para menos de 1%. Portanto, isto é difícil.

Presidente: Sr. Secretário Regional, o seu tempo já se esgotou há muito.

O Orador: Agora, o que vamos fazer é, de facto, controlar e fazer descer os níveis de brucelose para níveis que são perfeitamente aceitáveis e vamos levar isto até ao termo. Vamos erradicar a brucelose, mas não a vamos erradicar é em 1998.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Mário Moura.

Deputado Mário Moura *(PP):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário:

Só lhe quero lembrar aqui uma coisa.

Realmente o Sr. agora tem trabalhado e tem feito o processo da certificação da carne avançar, porque tem uma motivação e uma preocupação que é proteger a Região da BSE que, realmente, é bastante preocupante, mas é preciso não tirar o valor a quem começou e na altura não tinha essa preocupação e tenho que lhe lembrar que tive aqui imensas reuniões no IAMA, como representante duma associação, com o Dr. Luís Henrique Sequeira.

Portanto, não se pode tirar o valor a quem o tem.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Nessa altura aqueles Srs. é que estavam no Governo!

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

Deputado João Greves *(PP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Embora eu esteja de acordo em muitas coisas que o Sr. diz aqui, nomeadamente subsídios e outras coisas no género, há um aspecto que não estou muito de acordo consigo que é quando o Sr. diz: "este Secretário faz". O Sr. faz, mas no que respeita à lavoura do Corvo eu não posso dizer o mesmo, de maneira alguma, e o Sr. Secretário sabe perfeitamente que a lavoura do Corvo tem estado quase completamente abandonada por este Governo.

Uma das principais coisas que lá falta, Sr. Secretário - e o Sr. já lá esteve várias vezes - são instalações de Serviços Agrícolas e isso é muito importante para que aqueles serviços possam funcionar como devem.

Este projecto já vem de há muito, desde o tempo do Sr. Germano Domingos e não tenho vergonha nenhuma em afirmar nesta Casa que aquele secretário foi o que mais fez por aquela ilha durante estes anos todos, quer em visitas, como em técnicos especializados que por ali passavam e muitas outras coisas que não vale a pena aqui referir, porque o tempo também já é pouco.

Quando o Sr. se referiu a quem tem telhados de vidro não deve atirar pedras...

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* Não era para si, Sr. Deputado!

O Orador: Eu sei que não era para mim, mas eu só quero lembrar aqui uma coisa: é que, infelizmente, todos temos telhados de vidro aqui dentro. Esse é que é o grande problema.

Há aqui um outro aspecto grave, Sr. Secretário. Nem sequer o quadro de funcionários se consegue completar no Corvo. O Sr. sabe que há um funcionário que foi para a reforma há quase um ano e o não preenchimento dessa vaga está a fazer muita falta para dar apoio à agricultura no Corvo. Não há lá ninguém e, portanto, o Sr. já deveria ter pensado resolver este problema, porque o Sr. sabe perfeitamente que de vez em quando tínhamos a visita dum veterinário, embora acredite que muitas vezes quando ele passava por lá, se calhar, não havia serviço, e é necessário ter lá um funcionário.

O Sr. sabe perfeitamente que aquela agricultura precisa de estar apoiada com técnicos competentes para ser mais rentável e para que aquelas pessoas possam viver com dignidade, especialmente na agricultura, porque o Sr. também sabe que em qualquer ilha dos Açores e também no Corvo a agricultura é o ponto chave da nossa economia. Se nós não formos por esta via de termos técnicos especializados, vamos continuar a

ser sempre esta Região de pedintes como somos e nós não queremos ser, de maneira nenhuma, aqueles pedintes que estão sempre ao pé do Governo para que ele faça. Dêem-nos condições, porque as pessoas têm capacidade para trabalhar. É isso que a gente pretende.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Quando falam dos governos do passado só me vem à memória uma pergunta.

Onde é que os Srs. estavam no 25 de Abril?

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente *(Fernando Lopes):* Onde é que o Sr. estava?!

O Orador: Parece que os Srs. apagam 20 anos de autonomia com uma facilidade tremenda.

Segunda questão e que é importante:

Será que o Sr. Secretário Regional da Agricultura no dia 17 de Janeiro de 1997 não mentiu...

Deputado João Cunha *(PSD):* Mentiu!

O Orador: ...quando disse que a certificação da carne açoriana estava consumada em 1997?.

Será que o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente não mentiu quando disse, neste mesmo dia, que a erradicação da brucelose se faria em 1998?

Será que o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, em Maio de 97 apresentou um documento a esta Assembleia dizendo que o PEDRAA II teria um reforço de 20 milhões de contos e passados 6 meses já eram 2 milhões, será que não mentiu a esta Casa e aos açorianos?

Deputado António Meneses *(PSD):Muito bem!*

O Orador: No Plano de 1998 o Sr. Secretário diz que inicia a construção do matadouro industrial de S. Miguel e não o fez nem iniciou a construção do Matadouro, será que não mentiu no documento apresentado no Plano de 1998?

Deputado João Cunha *(PS):* Mentiu!

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* Não mentiu!

O Orador: Será que este Governo na discussão do Plano a Médio a Prazo em 1997 afirmou que já tinha assumido um documento estratégico sobre a revisão do PEDRAA, sobre a renegociação do POSEIMA e na sequência de requerimento nosso, esses documentos nunca apareceram, também não mentiram a esta Câmara?

Sr. Secretário Regional, das denúncias do passado, da aprovação excessivas de projectos no âmbito dos apoios comunitários que agora em 31 de Julho do ano passado já o Sr. Secretário aprovou mais de 1 milhão de contos do que estava previsto da União Europeia no âmbito do PEDRA II, será que não está enganando esta Casa com este tipo de decisões.

Ó Sr. Secretário Regional, será que em relação à erradicação da brucelose no próximo ano esses 522 mil contos não significam 2 milhões de contos de investimento nessa área e o Sr. ou não vai cumprir ou então os tais 45 estão errados. O Sr. não reconhece isso?

Por amor de Deus, é mentira quando eu digo que estou a situar-me claramente nas afirmações do Sr. Secretário Regional e não lhe admito de forma nenhuma e não aceito os números.

Sobre aquilo que acabei de dizer, fico à espera que diga ao contrário.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD e do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro)

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente *(Fernando Lopes):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

De facto, o Sr. Deputado António Almeida continua numa senda que é de misturar alhos com bugalhos, numa senda que é de ir buscar declarações a jornais, como, aliás, já fez em vários outros casos, que não correspondem a declarações minhas. Pode prosseguir por essa via. Pode continuar a mandar bocas da bancada de trás, a dizer

que o Secretário mente. Pode continuar, porque, de facto, os factos não mentem e são estes e vou voltar a repeti-los para ver se os houve bem.

A brucelose diminuíu de 46% para 4 e tal por cento. São factos.

O concurso internacional do matadouro industrial de S. Miguel foi lançado, está a decorrer e vai ser adjudicado.

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* Isso é que conta, Sr. Deputado!

O Orador: De facto, esse matadouro vai começar a ser construído. Parece que isso lhe custa, Sr. Deputado. Custa-lhe imenso e não acredita, mas vai começar a ser construído da mesma forma que outros investimentos em que, provavelmente, não acreditava, nomeadamente a Fábrica de Lacticínios da UNILEITE. Parece que não acreditava nela e ela está lá de pé, vê-se e vai estar acabada e a produzir em 1999.

A queijaria do Corvo que, de certeza absoluta, se começou a construir antes do 25 de ABRIL!

A casa de matança provavelmente no tempo do Presidente do Conselho, Oliveira Salazar! Foi nessa altura de certeza que se começou!

Também não deve haver, provavelmente, consonância de opiniões, porque eu vejo o Sr. Deputado a defender aqui para o Corvo a contratação de mais funcionários para o Corvo, a defender o aumento das despesas correntes. Quem diz que nós não devemos aumentar as despesas correntes são os senhores. Despesas com pessoal são despesas correntes, despesas com instalações são despesas correntes.

Mas, voltando à questão dos projectos, que é uma questão importante, foram aprovados ao longo deste ano muitos e muitos projectos. De facto, estão a ser pagos muitos e muitos projectos. É isso que custa.

Esses são os factos e contra factos não há argumentos.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Em chamo a atenção para a nossa hora, mas vou dar ainda a palavra a mais dois Srs. Deputados, para pedidos de esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Apenas para um registo.

O Sr. Secretário Regional continua a não responder a nenhuma das minhas acusações. Aproveita o seu tempo, e muito bem, para fazer algumas referências ao seu Governo. Acho muito bem.

Não respondeu a nenhuma acusação daquilo que eu disse. Fica registado que mentiu a esta Câmara sistematicamente em 97, em 98 e oxalá não o tenha feito em relação a 99.

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* Não apoiado!

O Orador: Em relação à obra feita, gostaria de lhe dizer o seguinte:

Eu tenho estado a analisar com minúcia os relatórios de execução deste Governo de 1997 e do 1.º semestre de 1998 e os Srs. fazem o que nós nunca fizemos.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Os Srs. esquecem-se de descrever a obra feita...

Deputado Herberto Rosa *(PS):* Então há obra feita!

O Orador: ...e porque razão se esquecem de descrever a obra?

Porque razão no nosso tempo dizíamos quais e onde os caminhos que foram feitos, os que foram beneficiados, os investimentos no abastecimento de água, a localização das acções?

Porque será que no relatório de execução deste Governo nós só sabemos que foram feitos 40km de caminhos? Não se sabe onde nem quais.

Será que isto é que é a transparência? Será que isto é que é a verdade?

Portanto, estou a dar só alguns exemplos e os Srs. nem sequer são capazes de utilizar os mecanismos que têm para mostrar a obra feita.

Isto é um indício claro de que a tentativa de enganar os açorianos, por nós não passa.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura Pescas e Ambiente *(Fernando Lopes):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Numa nota engraçada de política, que neste caso não é muito alta, é que este Governo já foi por diversas vezes acusado e acusado desse lado, em termos políticos, que era um Governo que só sabia propagandear, que só tinha palavras e não fazia.

Agora, vem o Sr. Deputado António Almeida dizer que nós somos incapazes de propagandear...

Deputado Eugénio Leal *(PSD):* E é verdade!

O Orador: ...inclusive aquilo que fazemos. Muito obrigado Sr. Deputado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Deputada Berta Cabral *(PSD):* A gente não quer propaganda. Queremos é informação séria.

O Orador: De facto, fugiu-lhe a boa para a verdade.

Se o Sr. Deputado, que é deputado por S. Miguel, e como eu também fui eleito por S. Miguel, andar por S. Miguel vê obra feita.

Já que falou de caminhos o Sr. podia ir, por exemplo, ao Lombo Gordo/Pedreira, no Nordeste, e ver o que é que lá está feito em regularização, à Grota da Cancela/Pedreira, podia ir ao Rebentão/Pedreira, podia ir aos Clérigos do Nordeste, podia ir ao 4.º troço da Trunqueira,...

Deputado João Cunha *(PSD):* Já agora fale da Graciosa!

O Orador: ...podia ir ao Pico da Criação, ao Espigão do Porco, podia ir à Caldeira Velha/Ribeira Grande, podia ir ao Caminho de Silva, ao Monte Escuro, ao Vale Grande, à Canada da Lomba, nos Fenais da Ajuda, podia percorrer a ilha de S. Miguel para ver o que é que está feito, Sr. Deputado.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos *(José Contente):* Dá trabalho! Dá muito trabalho!

O Orador: De facto, nós não transcrevemos para o relatório de execução financeira.

Deputado António Meneses *(PSD):* E onde é que está a execução material!

O Orador: Não transcrevemos a execução material e o que o Sr. Deputado recebeu, e que eu também tenho aqui à minha frente, foi o Relatório de Execução Financeira - 3.º Trimestre de 1998, e a execução financeira que está aqui, no seu devido tempo, vai recebê-la em execução material.

Muito obrigado.

Deputado João Cunha *(PSD):* O Sr. preste atenção à minha intervenção. Está lá muita coisa financeira, mas material não há nada.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Dr. Secretário Regional:

Eu fiz referência ao Relatório de Execução Material de 1997.

O Sr. continua a mentir nesta Casa lendo um documento que é da sua Secretaria e que não é um documento público.

Eu estou a referir-me ao Plano de Execução de 97 onde constam as referências da Secretaria Regional a alguns investimentos nos Açores e não se sabe onde nem quais. Foi a isso que eu me referi e o Sr. respondeu-me com um documento da sua Secretaria, ao qual eu não tenho acesso. Portanto, o Sr. continua a mentir neste Casa.

Obras feitas em S. Miguel! Olhe, ainda a semana passada num importante investimento feito pelos governos anteriores, que é do da Bacia Leiteira de Ponta Delgada, recebi novas denúncias, novas reclamações pelo facto de, face aos avultados investimentos lá feitos, continuar sem haver abastecimento de água na distribuição às explorações agrícolas.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Isso é falso!

O Orador: É verdade que continuam a ter reservatórios sem funcionar. Isto não pode continuar.

O Sr. não pode querer dar a ideia de que tudo fará nas nove ilhas dos Açores e depois ao pé da sua porta nem sequer consegue saber o que se passa.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

Deputado João Greves *(PP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Vou começar por uma afirmação sua.

"Quem tem telhados de vidro não atira pedras".

Infelizmente, todos temos um bocado de telhados de vidro nesta Casa.

Queria-lhe dizer que talvez fosse fácil ter encontrado o tal funcionário que se falou aqui há pouco, Sr. Secretário, sem crescer as despesas públicas. Era só fazer como há pouco se fez.

Ia-se à Câmara Municipal...

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* E vai-se ir!

O Orador: ...e via-se se existia lá algum funcionário a mais e tínhamos o problema resolvido.

Outra questão Sr. Secretário.

Isto é a tal coisa dos telhados de vidro.

Quando o Sr. afirma que o PP pretende reduzir a despesa pública, é verdade e pretende-o fazer duma forma justa e equilibrada, mas nunca prejudicando as ilhas mais pequenas como é o caso do Corvo.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente *(Fernando Lopes):* É cortar em S. Miguel? É isso?!

O Orador: Não, não é cortar, porque aqui até não se trata dum corte. Aqui ficávamos precisamente igual, porque seria um funcionário que sairia dum lado para entrar no outro e tínhamos o problema do Corvo resolvido.

Enquanto o Sr. Secretário não resolver estas questões da lavoura do Corvo eu não lhe posso dar louvores. Vou continuar a ser crítico e a ser aquela voz incómoda, mas não no sentido de só incomodar.

Quando o Sr. tiver lá as instalações dos serviços agrícolas feitas e o quadro pronto com algum técnico lá a trabalhar, eu terei muito gosto, Sr. Secretário, em louvar a sua acção.

Presidente: Srs. Deputados eu não posso prolongar o debate indefinidamente. Tenho duas inscrições e vou dar a palavra às pessoas inscritas e depois vamos interromper e continuaremos com o debate da parte da tarde.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente *(Fernando Lopes):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Ainda bem que falou dos Arrifes.

Ainda bem que falou do problema de abastecimento de água.

Sr. Deputado, o que se passou nos Arrifes é muito simples.

Nos Arrifes, no tempo do anterior governo, construiu-se uma rede de distribuição, pôs-se a canalização, construíram-se os reservatórios e fez-se lá mais umas coisas e depois não havia água para meter naquela canalização. E isto porquê? Porque se esqueceram do projecto de reservatório que nós já lançámos, que é o da Caldeira e que vai fazer a colecção dessa água. Esqueceram-se duma coisa: é que nos canos tem que correr água. É uma pena, Sr. Deputado.

Mais, Sr. Deputado:

Vá também ver quem é que o obrigou a tomar essas decisões contra os pareceres técnicos de dentro do IROA. Qual foi a empresa que na altura prestava esses e outros serviços, que era bem paga, que contrariou os pareceres técnicos dentro do IROA? Vá ver isso Sr. Deputado e talvez aprenda alguma coisa.

Sr. Deputado João Greves, o Sr. foi eleito pelo Corvo e faz muito bem em defender o Corvo. Se eu fosse eleito pelo Corvo também o defendia.

Neste momento sou membro do Governo e, portanto, não posso e não devo distinguir entre ilhas, porque este é um Governo dos Açores...

Deputado Manuel Brasil *(PSD):* Não parece!

Deputado João Cunha *(PSD):* É um Governo do Conselho, o que é bem pior!

O Orador: ... e não é um governo da ilha A ou da ilha B.

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS): Muito bem!*

O Orador: Se eu pudesse despir-me deste papel institucional de membro do Governo e pôr-me no papel de deputado por S. Miguel, que fui eleito, e ouvisse o que o Sr. disse, eu não me calava.

Então nas ilhas pequenas não se pode cortar e nas ilhas grandes pode-se cortar. As ilhas pequenas não podem sofrer cortes e as grandes podem. São todos açorianos, Sr. Deputado!

Sr. Deputado é preciso ter cuidado com o que se diz.

Deputado José Maria Bairos *(PSD):* Ele não disse isso!

O Orador: No que respeita à questão das despesas eu não precebi, sinceramente, como é que mais um funcionário não aumentava as despesas.

Eu não sei o que é que querem fazer, mas já intuí que queriam fazer alguma coisa aos funcionários da Secretaria que lá existem neste momento. Gostava que me dissessem o que é que lhes querem fazer.

Muito obrigado

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Élio Valadão.

Deputado Élio Valadão *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu, de facto, nunca esperei que a oposição pudesse ter esta postura em relação a este sector.

Isto só demonstra que a oposição está desesperada, porque ao ter esta postura em relação à pessoa do Sr. Secretário, não retratando aqui qual é o sentimento do sector. Ninguém falou do que é que se faz ou do que é que não se faz. O que se fez, se disse, se deixou de dizer, se devia ter dito.

Qual é o sentimento, neste momento, no sector? As associações estão satisfeitas, os caminhos fazem-se, as fábricas constroem-se, o gasóleo desceu, os projectos aprovam-se e os factores de produção também desceram.

O que é que os Srs. querem mais do isso?

Deputado João Cunha *(PSD):* Paguem-se as indemnizações compensatórias!

O Orador: Os Srs. invertem, neste momento, numa situação de desespero o vosso discurso, porque se no dia "X" se disse não sei o quê e que passou 15 dias e ainda não tinham cumprido. Toda a gente, neste momento está satisfeita com o andamento das coisas.

Há sempre a possibilidade de ser melhor.

E, digo-lhe mais, Sr. Deputado:

Deputado João Cunha *(PSD):* O Sr. não sai de casa há mais de um mês!

O Orador: Em relação às ICs, o que prova que o Sr. está a desvirtuar a realidade, é que muitos agricultores já receberam e este Governo conseguiu pagar as ICs a tempo

e horas. Conseguiu pagar as ICs mais cedo que os governos anteriores. Se o Sr. circular lá pela sua ilha vai ver que muitas gente já recebeu e apenas alguns agricultores não receberam.

Isto demonstra que este Governo prometeu, disse e cumpriu. Se alguns não receberam foi porque a máquina administrativa pode ter falhado nalgum ponto. Apenas e tão só isso.

Presidente: Vamos interromper os nossos trabalhos e recomeçaremos pelas 15,30 horas.

Entretanto, pedia a vossa atenção para os tempos:

PCP - 30m

PP - 18m e 45s

PSD - 2h, 31m e 15s

PS - 1h e 48m

Governo - 2h, 15m e 10s

(Eram 13, 20 horas)

Presidente: Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 15,45 horas)

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente *(Fernando Lopes):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Um esclarecimento em relação à intervenção e a uma pergunta que ficou aqui por responder da parte da manhã, que merece resposta e tem a ver com o PROTA.

Pelo que eu percebi há dúvidas na bancada da oposição no que respeita à divulgação pública do PROTA.

Tendo conhecimento disso, eu tive a averiguar da possibilidade de o fazer, e para que não haja problemas de fotocópias, de estar no correio ou não estar, posso-vos dizer

que os documentos do PROTA vão estar na Internet a partir de Janeiro para que toda a gente tenha acesso a eles.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PS)

(Apartes inaudíveis entre as bancadas do PS e do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, não mantenham o diálogo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

Deputado Francisco Xavier *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A política sem ética é uma vergonha.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Eu tenho uma intervenção para fazer sobre esta questão.

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* O Sr. não fale de ética!

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Deputado Eugénio Leal *(PSD):* O Sr. foi o primeiro a falar de ética!

(Apartes inaudíveis entre as bancadas do PS e do PSD)

O Orador: Sr. Presidente, agradecia que tivesse em consideração o desconto deste tempo.

Ficou demonstrado que afinal o PSD está a falar verdade.

Deputado João Cunha *(PSD): Muito bem!*

O Orador: O que se acabou de ver aqui, incluindo o aparte do Sr. Deputado Dionísio de Sousa, foi uma manobra de pura diversão e, para terminar esta pequena

intervenção, aqui ficou bem demonstrado de como é que se tem uma entrada de leão e uma saída de sandeiro.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente *(Fernando Lopes):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sr. Presidente se me dá licença, mais do que uma questão de esclarecimentos é uma questão de honra.

Durante o debate, da parte da manhã, foram feitas perguntas daquela bancada a que eu não tive ocasião de responder sobre o PROTA. Está registado.

Já fui nesta Casa por diversas vezes lembrado, inclusive pelo Sr. Deputado Francisco Xavier, que eu não respondo às perguntas dele.

Tive a preocupação - porque havia essa pergunta feita da parte da manhã, a que eu definitivamente não respondi - de responder e de esclarecer da parte da tarde.

Considero de mau gosto tudo o que se passou agora mesmo e também a forma como se rebaixou o debate da parte da manhã.

Tenho dito.

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS): Muito bem!*

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Realmente fui eu que fiz essa pergunta da parte da manhã e agora com o esclarecimento do Sr. Secretário fica-me a seguinte dúvida:

Quem não tiver Internet, porque muita gente nesta Região não a tem, como é que vão dar opiniões e pareceres sobre uma coisa que é pública, Sr. Secretário?

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Ó Sr. Deputado pelo amor de Deus!

O Orador: Ó Sr. Deputado, tenha calma! O Sr. ainda é muito novo, vai aprender a ser um homem calmo! Tenha calma Sr. Deputado! O Sr. ainda é muito novo!

Eu tenho direito a fazer a minha pergunta e, portanto, vou fazê-la, contra a sua vontade ou não.

Ó Sr. Deputado há uns calmantes a vender, tome-os primeiro e depois venha para a Assembleia.

O que está aqui em causa, Sr. Secretário, é colocar este documento à discussão pública e não à discussão dos que têm Internet. Portanto, o que interessa é que o documento venha cá para fora para podermos discuti-lo em condições.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente *(Fernando Lopes):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Todas as perguntas que até aqui foram feitas sobre o PROTA revelam um desconhecimento total do processo de consulta pública, que está definido em lei e passo a descrevê-lo:

1. Depois de terminada a proposta do PROTA que foi aprovada em Conselho do Governo na ilha do Pico, estas peças do PROTA são submetidas a parecer dum conselho consultivo. Depois de parecer desse conselho consultivo, são colocados exemplares à disposição das Câmaras Municipais. Esses exemplares que vão estar à disposição das Câmaras Municipais, depois de passarem pelo conselho consultivo, estão disponíveis para todos os intervenientes.

Isto quer dizer que todo este processo de consulta envolve, até por obrigação da lei, um percurso que é o mais aberto possível.

O que eu disse aqui foi algo a que este Governo não é obrigado a fazer, mas que significa uma abertura e uma disponibilidade total de informação, ou seja, para além do processo normal que é aquele que tem que decorrer de consulta, que vai decorrer nas Câmaras, da forma que nas Câmaras Municipais, quando é para consulta, estão disponíveis os PDMs, também o iremos disponibilizar na Internet.

Se o Sr. o quer consultar na sua Câmara Municipal na forma de fotocópia, se o quer consultar na Internet, se o quer pedir em requerimento à Secretaria, se é membro do

conselho consultivo e o quer consultar em sede desse conselho, isso depende de cada um dos Srs.. Agora, o que não podem dizer é que ele não estará disponível para todos e em todos os meios que quiserem.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

Deputado Francisco Xavier *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tenho muita pena que o Sr. Presidente do Governo Regional não esteja aqui presente, nem que, talvez, os açorianos que estão mais ligados a estas questões ambientais, estejam agora a ouvir. Tenho pena que isso não aconteça, porque o que se passou ontem foi lastimável e o Sr. Secretário o que está a fazer, e devo reconhecer que tem coragem para fazer isso, é tentar ocultar - e peço imensa desculpa ter que dizer isto - uma mentira do Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Os únicos que são sérios são os Srs. Os outros são todos mentirosos!

O Orador: Quem alimentou o debate ontem foi o Sr. Presidente do Governo Regional. Por mim o debate estava encerrado entre mim e o Sr. Deputado Silva Melo.

O que o Sr. Presidente disse ontem, e é esta questão que está aqui em debate, foi isto:

"O ante-projecto do PROTA foi distribuído às associações ambientais e está em discussão pública". Simplesmente isto.

Portanto, quer a "Quercus" quer "Os Amigos dos Açores" nunca lhe puseram olho em cima. É isto que está aqui em causa.

Se os Srs. agora vêm dizer que o PROTA vai estar disponível em Janeiro, muito bem, fico satisfeito e acho que é a parte positiva deste debate. Agora, não conseguem é ocultar o que o Sr. Presidente disse ontem.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente *(Fernando Lopes):*Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Francisco Xavier:

Esquecendo tudo o que o Sr. disse e pelo respeito que qualquer deputado nesta Casa me merece, o que eu disse, como esclarecimento, foi que - e tive o cuidado de explicar - **adicionalmente** a todo o processo de disponibilização, que não é exigido, nós vamos disponibilizar também o PROTA na Internet, para quem quiser, e isto para que não haja dúvidas. Foi isto que foi dito nesta Casa.

Deputado João Cunha *(PSD):* Foi pior a emenda que o soneto!

O Orador: E os comentário que fez sobre o Sr. Presidente do Governo são perfeitamente desajustados, porque não correspondem à verdade. Eu percebo-o perfeitamente.

Presidente: Voltando às intervenções, tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os Açores e os açorianos não merecem este Plano pela simples razão que não devem ser enganados.

A apreciação destes documentos esta condicionada por um cenário muito particular, designadamente:

As expectativas criadas pelo Partido Socialista em campanha eleitoral e pelo Programa do VII Governo.

A preocupação manifestada pelos Parceiros Sociais sobre a garantia da estabilidade, mas essencialmente pelas duvidas na execução dos investimentos anunciados pelo Governo socialista.

O compromisso político publicamente divulgado que garante, ao Governo, os mecanismos essenciais à governação, no pleno respeito pela ALRA, o que impede o executivo de continuar a esquivar-se ao cumprimento das suas obrigações e promessas para com os açorianos.

É neste contexto que os empresários agrícolas açorianos sentem o efeito do não cumprimento das promessas para 1997, 1998 e que transitam para 1999.

Qual o sentimento generalizado dos agricultores face às expectativas criadas?

Manifestando recentemente as suas posições sobre a pseudo- crise político-económica, as reacções são de denúncia dos atrasos na aprovação e financiamento de projectos de investimento privado, os atrasos no pagamento dos apoios ao rendimento, com claras situações de injustiça com alguns agricultores a receberem 50% e outros a 100% das ajudas, bem como o atraso no pagamento do POSEIMA.

Afinal tínhamos razão quando nesta Assembleia recomendamos ao Governo a celeridade no pagamento das ajudas agora com atrasos de quase três meses.

Quanto ao investimento público os agricultores assistem ao recurso sistemático da publicidade continua para a promoção da mesma noticia seis vezes por ano, para obra que nunca aparece feita.

Da ante-proposta apresentada pelo Governo aos Parceiros Sociais à proposta remetida a esta Assembleia, no âmbito da Agricultura, resultou, após a visita dos dirigentes da Associação Agrícola de S. Miguel ao Presidente do Governo, num reforço de 100 mil contos para caminhos agrícolas em S. Miguel.

Se este é o resultado do dialogo com os Parceiros Sociais declaramos já as fragilidades desta relação institucional e o desrespeito crescente pelas justas reivindicações dos agricultores.

Não assistimos, a propósito da crise política, a queixas dos Parceiros Sociais para 1999, mas sim quanto ao não cumprimento das promessas decorrem da execução do Plano de 1998.

Deputado Victor Cruz *(PSD): Muito bem!*

O Orador: Como diz o nosso povo" Quem não pode arreia" e neste caso que confesse a verdade.

Parece-nos, agora, que os argumentos passarão a ser sempre os mesmos:

Ou os atrasos são provenientes da União Europeia ou a solidariedade nacional vai chegar um pouco mais tarde!

Nunca a responsabilidade será deste Governo!!!

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* Já não é mau!

o Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Importa, também, dar voz às preocupações apresentadas pelos representantes dos agricultores, neste caso, da Federação Agrícola dos Açores, da Associação Agrícola de S. Miguel e da Associação Agrícola da Ilha Terceira, que denunciaram algumas fragilidades deste Plano para 1999.

O plano proposto faz uma aposta tímida no apoio aos sectores produtivos ~ -310) ... e grande parte dos efeitos benéficos das medidas económicas do Plano para 1999 verificar-se-ao fora dos Açores.

Face a esta apreciação a FAA afirma-se:

1 - Pela necessidade de um reforço de 1,5 milhões de contos para o sector agrícola.

2 - Pela criação de condições para o emparcelamento de terra nas bacias leiteiras infraestruturadas e o fomento às construções de ordenhas fixas, com uma dotação de 1 milhão de contos para emparcelamento na Terceira e em S. Miguel no âmbito do projecto 1.1-Infraestruturas Agrícolas.

3 - Fomentar o apoio à gestão agrícola com o financiamento de 500 mil contos para novos PROAGRIs, como apoio à gestão agrícola, à extensão rural nas áreas de sanidade animal e melhoramento genético e aproveitamento dos recursos forrageiros regionais.

4 - Reforçar e orientar a verba da investigação para renovação dos produtos.

5 - Estruturar a produção, a exportação de carne e organizar a oferta - pois não basta construir matadouros.

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):*Ah, não!

O Orador: 6 - Considerar o reordenamento das áreas com vocação multifuncional como as Sete Cidades e Furnas, em S. Miguel, Cabrito na Terceira e Caldeira no Corvo, valorizando os produtos agrobiológicos.

No quadro do financiamento do sector agrícola na ilha Terceira as denuncias da Associação Agrícola referem-se ao corte inaceitável nas verbas para caminhos agrícolas e uma clara necessidade do reforço da dotação para sanidade animal e vegetal.

A importância relativa do sector agrícola passa de 14% para 12% bem como o aumento das dotações para construção e beneficiação dos matadouros e casas de matança faz-se à custa de reduções substanciais das rubricas verdadeiramente importantes para a produção.

Finalmente enumeramos também as principais preocupações da Associação Agrícola de S. Miguel:

Uma evidente insuficiência nas verbas para os programas Fomento Agrícola e Calamidades-Agricultura. A atribuição de apenas 60.000 contos para o apoio ao Rendimento/Culturas Agrícolas não é compatível com a pretensão de compensar as consequências das calamidades.

Propõe assim um reforço do programa de apoio à ressementeira de pastagens e a atribuição de 500.000 contos à rubrica Calamidades - Apoio ao Rendimento/Culturas Agrícolas por forma a garantir os compromissos já assumidos e assegurar as medidas a adoptar no futuro.

As verbas destinadas ao apoio ao investimento às explorações agrícolas e pecuárias no âmbito do PEDRAA II são claramente limitadas face aos projectos já apresentados e ainda quanto às futuras intenções de investimento.

Faltam 5 milhões de contos no QCA II para garantir a restruturação e a modernização das explorações.

A especulação financeira apresentada por este Plano consistira, certamente, no próximo ano à desilusão dos agricultores açorianos, no contexto europeu que se avizinha.

Com a ausência de negociações do reforço da Medida Agricultura do PEDRAA II em tempo útil, assistimos à aprovação de projectos sem a respectiva cobertura orçamental prevista.

De acordo com a informação apresentada em 31 de Julho de 1998 foram aprovados mais de 1 milhão de contos de investimento sem a dotação prevista pela União Europeia.

Importa rever a nossa dependência dos financiamentos comunitários que culminarão proximamente com o período de transição para o III QCA a partir do ano 2000, com

uma clara ausência negocial da Região na Agenda 2000, nomeadamente quanto à reforma da PAC e do POSEIMA.

Os instrumentos existem, a vontade talvez, as tarefas para a obtenção desse fim e que parecem-nos muito aquém do necessário.

Oxalá as boas vontades do Governo da Republica em matéria de negociações agrícolas não venham a demonstrar-se irremediavelmente desastrosas para o desenvolvimento e manutenção dos neveis socioeconómicos da nossa Agricultura.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aceito terminar esta minha intervenção citando a Associação Agrícola de S. Miguel na apreciação a este Plano para 1999, que reflecte sem duvida o sentir dos agricultores associados e assim afirma: "... é nossa convicção, que mantendo-se o actual quadro de financiamento para o referido ano e para a Agricultura, para além de ficar aquém das expectativas, compromete seriamente a resolução dos grandes problemas de fundo do sector"

Mais palavras ... para quê?

E tão só, por isso, que este Plano não serve os dos agricultores.

Aqui estaremos para assistir, não impávidos nem serenos, à execução do acumulado de compromissos deste Governo socialista.

Tenho dito

Deputado Mark Marques *(PSD): Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Élio Valadão.

Deputado José Élio Valadão *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Mais uma vez estão os deputados da VI Legislatura a apreciar e a debater a proposta de Plano a Médio Prazo 97-2000 e as propostas de Plano e Orçamento para o ano de 99. Especialmente estas ultimas, caso venham a ser aprovadas, dão o enquadramento legislativo e financeiro necessário e essencial ao terceiro ano de governação do VII

Governo Regional dos Açores e permitem a este executivo continuar a cumprir o seu programa sufragado por esta Assembleia.

A proposta de PMP, tem sido sucessivamente condenada e rejeitada por esta Câmara, por razões nem sempre compreensíveis e pior do que isso, não fundamentadas. No entanto, já metade do PMP foi aprovado, e assim esta proposta faz constar no ano de 97 as verbas referentes às executadas nesse ano e no ano de 98 as incluídas no respectivo plano anual já aprovado.

Por esta razão parece-me pois de capital importância, para melhor analisarmos este documento e indagarmos das suas indubitáveis vantagens, que se faca uma apreciação, embora breve e sucinta, daquilo que foi o desempenho deste executivo em relação ao mais importante sector da economia regional. Refiro-me designadamente, ao sector agro-pecuário que é, em minha opinião, tão só, a "madre mestra" da nossa economia.

Como estamos todos cansados de saber a herança recebida por este governo foi ruinosa, no entanto, descansem as mentes mais alarmadas que não vou relembrar o caos e o desconcerto que esta Região viveu durante alguns anos. Permitam-me apenas que refira, que em apenas dois anos deixaram de existir filhos e enteados, deixaram de existir os grupos de privilégio e as elites, desvaneceram-se os investidores vetados ao abandono das suas expectativas pessoais, os produtores com carne preterida deram lugar ao que produzem carne, agora amplamente recomendada e brevemente protegida, desapareceram os pagamentos atrasados do leite, os industriais vêem as suas fabricas com renovação de equipamentos e construção de novas estruturas mais adequadas e mais aptas. **Enfim, em dois anos este governo restabeleceu a confiança do agricultor, impulsionou as indústrias de lacticínios, credibilizou a carne Açoriana e fomentou a infraestruturação do espaço rural sem distinguir empresários nem diferenciando explorações.**

Mas mais importante do que as palavras, é a realidade das obras, o impacto concreto e consistente das soluções encontradas e a autenticidade e a franqueza nos actos assumidos.

Assim, façamos uma analise pelas principais áreas que mais directamente influenciam a actividade agrícola e cujo papel e o efeito são determinantes do seu sucesso.

No Ordenamento Agrário, este executivo, correspondendo a uma nova filosofia de acção, alargou os seus benefícios e vantagens, designadamente quanto a caminhos e água, a um maior número de agricultores com o lançamento de novas obras nos Perímetros de Ordenamento Agrário da Maia/Fenais d'Ajuda, Vila Franca do Campo, Povoação, 5 Ribeiras/Santa Bárbara, Altares/Raminho e Feteira/Castelo Branco. Neste ultimo, na ilha do Faial, será realizada uma grande obra de abastecimento de água à lavoura.

Além disso, não reduziu nem afrouxou as obras em outros perímetros, designadamente, Ponta Delgada, Paul e Serra do Cume/Agualva.

Só nas ilhas de Terceira e São Miguel investiu mais de 1 milhão de contos em caminhos agrícolas numa extensão de 32,5 Km.

Ao nível do **abastecimento de água à lavoura,** foram realizadas inúmeras obras de captação de nascentes, construção de reservatórios, redes de distribuição, pontos abastecedores e estações de tratamento de água, envolvendo um investimento de 850 mil contos.

No **Sector dos Lacticínios** e tendo em conta que a produção leiteira da Região atravessa um momento de continuado e porfioso crescimento, atingindo em 97 quase os **394 milhões de litros,** este não tinha sido acompanhado do adequado apetrechamento das indústrias de lacticínios, quer em equipamentos quer em infra-estruturas .

Para ultrapassar esta situação, o governo investiu na nova unidade industrial da UNILEITE, envolvendo mais de dois milhões de contos, que irão beneficiar a agricultura micaelense permitindo-lhe encarar o futuro com optimismo, arrojo e determinação.

Na ilha Terceira, o governo investiu na modernização e no funcionamento da UNICOL, com vista a reforçar a produtividade desta unidade industrial de lacticínios.

Na Graciosa e no Faial esta desencadeado o processo para a construção de uma nova fabrica de lacticínios, **e no Pico,** foi recentemente aprovado pela sub-unidade de

gestão do FEOGA um investimento de cerca de 1 milhão de contos para a nova unidade industrial da PICOLASE. **Este constitui, de resto, um dos casos de maior sucesso da política do VII Governo na restruturação do sector dos lacticínios.** A acção do Governo foi decisiva para ultrapassar os problemas financeiros existentes, onde os agricultores não recebiam ha mais de 14 meses. A tristeza e os receios de quem trabalhava e não recebia deram lugar à satisfação de ter, e dar aos seus, condições de vida que permitam uma existência condigna e ajustada a qualquer ser humano no limiar do século.

Situação semelhante à do Pico foi a encontrada **na ilha das Flores,** onde o investimento feito pela administração anterior na velha fabrica da "Martins & Rebelo", acabou por se revelar inadequado, sobretudo pela falta de acompanhamento por uma política de incentivo à produção de leite.

Estes são casos de evidente sucesso de uma política que procura conciliar e ajustar os interesses mais imediatos com medidas estruturantes que tenham a subsequente projecção no futuro.

Em Janeiro deste ano, **iniciou nas ilhas de Terceira e São Miguel, a nova classificação do leite,** com novos e mais exigentes parâmetros de qualidade, permitindo num ambiente de pacificação, tranquilidade e paz social, premiar os mais capazes e eficazes produtores, e aumentar o preço médio do leite em 1$23 em São Miguel e 1$04 na Terceira.

Felizmente que bem longe parecem ir os tempos em que os títulos dos matutinos eram "associações querem greve à entrega de leite nas fabricas" ou "greve registou grande adesão" ou ainda "lavradores derramam leite" ou por ultimo "lavradores despejaram milhares de litro s de ouro branco nas ruas de Angra, associando- se assim, à onda de protesto iniciada em São Miguel".

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Passemos agora ao **Sector da Carne,** onde estão a ser desenvolvidas acções decisivas para a implementação na região de uma verdadeira rede regional de abate.

Neste âmbito, estão em curso os processos dos **matadouros industriais de São Miguel e Terceira,** prevendo-se para breve o inicio das obras do matadouro de São

Miguel que custará mais de 2 milhões de contos e que estará concluído ainda nesta legislatura. Estes são passos de gigante rumo ao sucesso da agricultura Açoriana.

Quanto à Modernização Agrícola, como já tive a oportunidade de salientar noutras intervenções, este Governo em metade do mandato **já aprovou mais de 1000 projectos de investimento** no âmbito da modernização agrícola das explorações, instalação de jovens agricultores e diversificação da produção, **investindo cerca de 6 milhões de contos.** Tantos projectos quantos aprovados pelos últimos dois Governos do PSD.

Mas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Voltemos às propostas em apreciação.

Feita a avaliação deste dois anos de governação, esta também concluída a análise de metade da proposta de Plano a Médio Prazo e cujo balanço, ninguém de boa- fé e despojado de puros interesses político- partidários Podera deixar de aclamar como positivo e, por isso, potenciador de melhores condições de vida para os agricultores Açorianos.

Passemos então à proposta de Plano para 99 onde parece-me da maior importância que se faça uma abordagem mais profunda, cuidada e minuciosa.

Relativamente às verbas expressas neste plano anual, existem acções e projectos que pelo crescimento e importância das dotações que lhe estão conferidas, merecem aqui particular destaque. Assim:

O projecto 2.1, **transformação e comercialização,** vê os seus valores aumentados em 145%, de modo a fazer face à implementação da rede regional de abate.

Só assim será possível substituirmos a exportação do gado vivo pela exportação de carcaça ou carne embalada, aumentando as mais valias regionais e certificando e credibilizando a nossa carne como um produto genuíno. Só deste modo será possível aproveitar a situação sanitária e natural da carne açoriana e evitar a eventual, fortuita ou mesmo intencional, promiscuidade com carnes de origens duvidosas.

O efeito destas obras na economia Açoriana não será imediato, nem será substancialmente sentido pelos nossos produtores, sendo contudo essencial à

sustentação e fortalecimento de uma base económica que assenta em parte no sector pecuário.

Os caminhos agrícolas no projecto 1.1, é outra das acções que aumenta substancialmente, do primeiro ano de governação para este ano, cresce mais de 200%, cifrando-se neste momento em 360 mil contos;

Os caminhos rurais no projecto 4.2 também vê a sua dotação aumentada de 98 para 99, 134%, ficando com uma verba inscrita no valor de 200 mil contos;

Estas duas acções, com as verbas que lhes estão associadas, irão permitir construir novos acesso e alterar um apreciável numero de caminhos que se encontram, ainda, esburacados e enlameados, por tapetes de asfalto ou pavimentos corrigidos e reparados, facilitando acessos e rentabilizando equipamentos e tempo.

Os números apresentados são uma demonstração óbvia da atenção do executivo e vão de encontro à vontade de muitas estruturas representativas da lavoura Açoriana.

Naturalmente que um aumento tão atrevido obriga a um necessário reajusto em outras acções, projectos ou programas, que poderão não ter os montantes de anos anteriores, mas como diria o nosso povo quando se come em uvas não se pode beber em vinho. Estas são opções que demonstram não só carecem e honestidade política, bem como consciência e razão técnica.

Com este plano anual e com as verbas que se encontram inscritas no PMP para o ano 2000, será possível a este governo atingir as suas pretensões e objectivos e continuar a merecer a confiança dos nossos agricultores.

Antes de terminar gostaria de enaltecer que já em 97 a despesa publica **destinada à agricultura atingiu um total de 13 milhões de contos.** A continuar este nível de despesa publica, e mesmo sem se conhecerem ainda os valores de 98, estou plenamente convencido que este Governo atingira sem qualquer dificuldade uma despesa no sector, no final desta legislatura, próxima dos 50 milhões de contos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Pelo balanço, agora e noutras ocasiões feito e pelas expectativas que legitimamente este Governo nos vai criando, resta-me constatar, para desespero da oposição, que **teremos, inevitavelmente, mais dois anos de balanços positivos e de melhores expectativas para o sector da Agricultura na nossa Região.**

Disse!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

Deputado João Greves *(PP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Secretários Regionais:

Mais uma vez esta Casa passa por um dos momentos mais elevados da política regional, com a apresentação do Plano e do Orçamento para 1999 - o último do Séc. XX.

Documentos esses que o Governo tem por obrigação elaborar dentro de uma visão política de desenvolvimento harmónico e de critérios justos para todas as ilhas da Região, mas ao que consta não é essa a base dos documentos apresentados.

Para a ilha do Corvo, se não fosse a obra do Porto da Casa, oportunamente proposta pelo PP, no início do mandato desse Governo, cabia-lhe apenas a magra quantia de 84.695 contos, do bolo de 53,3 milhões de contos para toda da Região.

E sobre esta matéria, no que diz respeito ao Corvo, os Corvinos cada vez mais vão ficando indignados com a política deste Governo, porque a mudança tão apregoada, praticamente não muda nada e se alguma coisa mudou para melhor tem sido com a intervenção deste Parlamento que não multiplica por dois o que o Governo propõe, mas age numa política justa e equilibrada para toda a Região, e no caso do Corvo podemos destacar o prolongamento do cais, o aumento de mais um voo da SATA e por último o abaixamento da taxa dos impostos, entre outras questões.

Deputado Fernando Meneses *(PS):* E a Casa de Matança?!

O Orador: Vamos chegar lá.

Se os corvinos estão indignados, não sou só eu que digo, é o jornal que está a dizer.

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* É uma boa táctica!

O Orador: Não é táctica. É a realidade das coisas e contra a realidade não há argumentos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Secretários Regionais:

Também reconhecemos que no sector do ensino se deu um passo em frente com a criação da nova escola, projecto do anterior governo e da Câmara Municipal e o actual Governo financiou em 85% do seu custo. Mas também mal deste Governo se não conseguisse concluir o que de bom viesse de governos anteriores, agora cabe a este Governo fazer um esforço para que no Corvo se passe a dar também o 12° ano e não só a escolaridade obrigatória.

Quando isso se concretizar, Sr. Secretário, eu estarei aqui com muita honra para louvar a sua atitude.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais *(Álamo de Meneses):* O Sr. nem sequer sabe o que implica isso que está a dizer.

O Orador: Eu não sei, o Sr. é que sabe tudo!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Secretários Regionais:

O centro nevrálgico para um desenvolvimento económico do nosso Arquipélago passa pelos transportes marítimos. É certo que este Governo a nível regional tem dado passos importantes nesse sentido, mas não se pode dizer o mesmo em relação ao Corvo. Senão vejamos: gasta-se cerca de 800 mil contos no prolongamento do cais do Porto da Casa e não se procede a uma política de transportes igual para todas as ilhas, talvez, porque, na óptica do Senhor Secretário de Economia, o Corvo em matéria de transportes, tem de ser o ilhéu dos Flores. O Corvo já foi designado por isso, mas foi na altura do seu povoamento, já lá vão cerca de 400 anos. Senhor Secretário, os tempos mudaram!

Os Corvinos não querem nem podem só ficar ligados às Flores e julgo que os açorianos também não acham justa esta medida, porque foi com o dinheiro dos seus impostos que se fez aquela infraestrutura.

É, portanto, responsabilidade deste Governo incentivar e apoiar as companhias regionais a escalar todos os portos da Região e o Corvo merece o mesmo respeito e o mesmo desenvolvimento que qualquer outra ilha da Região.

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* É verdade!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Secretários Regionais:

Outro sector de grande envergadura para a nossa economia é o turismo e como é sabido o Corvo tem grandes potencialidades, mas infelizmente o Governo parece ignorá-las...

Deputado Francisco Sousa *(PS):* Ainda mais!

O Orador: ...porque, quando da sua visita ao Corvo, um pequeno grupo de empresários vocacionados para este ramo mostrou-se interessado em construir uma residencial;...

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Concorram aos incentivos!

O Orador: Deixamos isso para depois, Sr. Secretário.

... numa primeira reunião com o Governo este achou o projecto brilhante, mas numa segunda reunião os apoios resumiram-se a quase nada.

Outra medida também desperdiçada por este Governo nesta matéria foi não ter aproveitado a chamada casa do turismo pois esta casa foi adquirida à Diocese por volta dos anos setenta e sete pelo governo de então, para fazer face ao pouco turismo da época e estava apetrechada com o que havia de melhor na altura. Depois, com a construção do aeródromo, serviu como messe de sargentos, mais tarde residência de enfermeiros, depois jardim de infância. Agora, que este último já está definitivamente instalado nas novas instalações, o Governo, a única coisa que fez foi entregá-la à Santa Casa da Misericórdia, onde poderia ser mais rentável se fosse aproveitada no chamado turismo rural, mas, infelizmente, o Governo parece esquecer os recursos que tem e depois só se preocupa com os custos do Corvo, que são bem menores em relação às demais ilhas da Região, até porque os Corvinos não exigem nada além daquilo a que têm direito.

Cabe a este Governo saber respeitar as prioridades, dando mais atenção aos sectores que geram mais riqueza e bem-estar das populações de todos as ilhas do Arquipélago!

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista não tem deputado pelo Corvo, mas não deixa de ter, em relação àquela ilha, como o tem demonstrado com visitas frequentes de deputados desta bancada, respeito, admiração e amizade com grande parte da população daquela ilha.

Só três notas para o Sr. Deputado João Greves.

O PMP 92/96 tinha 551 mil contos para o Corvo.

Em 97 o Governo do PS teve 339 mil contos e em 98, 494 mil contos.

No PMP que este Governo propôs era só de 1 milhão e meio de contos para o Corvo.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Encontramo-nos a apreciar o PMP 97-2000 e Plano e Orçamento para 1999.

A discussão deste Plano foi adiada pelo Governo Regional. Esta afirmação é apenas para clarificar posições e principalmente desmentir os vários discursos efectuados por membros do governo, no sentido, que o atraso era resultado de interesses puramente políticos dos partidos da oposição. Afinal o OE não acrescentou nada de novo e estamos na expectativa de ver como o Governo irá resolver a situação criada pelo facto de ter apresentado um Plano que tinha mais olhos que barriga.

Para que tenhamos uma visão global do impacto na vida económica, social e cultural das propostas em discussão, temos que ter em mente o programa político do governo, a sua actuação nos últimos dois anos, e as inúmeras promessas passadas a longos comunicados nas visitas oficiais às várias ilhas do arquipélago, em autênticas campanhas de marketing político, onde cada vez é mais difícil reconhecer os profissionais de comunicação social que fazem a cobertura das visitas, porque grande parte já são acessores de imprensa, dos vários gabinetes .

Como deputado eleito pelo circulo eleitoral de Santa Maria, vou fazer um pequeno levantamento das deliberações do Governo Regional, baseando-me, principalmente, no conteúdo dos comunicados do governo, após as duas visitas à Ilha de Santa Maria.

Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais

No ano de 1997, o titular da pasta em sessões públicas e com grande número de pessoas previamente convidadas para o efeito, promoveu duas sessões públicas para assinaturas de protocolos para a construção do Centro Comunitário da Santa Casa da

Misericórdia de Vila do Porto e do Polivalente da Freguesia de Santa Bárbara, **para um ano depois** e de novo em comunicado do governo, se ler "Desenvolver esforços no sentido do arranque o mais rapidamente possível das obras da Casa do Povo de Santa Bárbara e Centro Comunitário da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto". O esforço desenvolvido não passou do comunicado e tudo continua na mesma. Se mais não se avançou foi por inoperância da secretaria que deixou ultrapassar prazos de pareceres, o que obrigou a iniciar tudo de novo.

Em 1997, foi também decidido mandar elaborar o projecto de reabilitação da Escola 2,3 S Bento Rodrigues.

Passados nove meses e por altura da visita a Santa Maria em 1998, de novo o titular decide "autorizar o lançamento das empreitadas de reabilitação e adaptação da Escola Básica Integrada Bento Rodrigues", e para o efeito, o plano para 1998, tinha a verba de 80,000 contos para a obra em causa. Para qualquer observador tudo estava normal, mas acontece que com esta secretaria o normal não existe, porque em resposta a um requerimento por mim efectuado, recebo a seguinte informação:

"Que de acordo com o despacho de Sua Excelência o Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, de 22 de Julho de 1998, foi solicitado com carácter de urgência a elaboração do projecto da ampliação e recuperação da Escola Bento Rodrigues".

É de bradar aos céus tanta mentira e tanta incompetência! Em 16 de Setembro de 1997, em comunicado, decide-se mandar elaborar o projecto. Em 23 de Junho de 1998 e de novo em comunicado, autoriza-se o lançamento da empreitada e 30 dias depois, a 22 de Julho de 1998, solicita-se de novo a elaboração do projecto. O desnorte é total.

Deputado José Humberto Chaves *(PS):* Já foram construídas 3!

O Orador: Mas o Senhor Secretário não estava ainda satisfeito na sua demagogia transcrita para comunicado e então decide, em Junho de 1998:

"Proceder à elaboração do projecto de um espaço desportivo coberto, para o futuro Parque Desportivo de Santa Maria".

Medida de grande profundidade e tecnicamente muito fundamentada, porque decide-se projectar um espaço desportivo, a incluir num parque desportivo, que não está decidido construir nem tão pouco está previsto o local para a sua construção.

Deputado José Humberto Chaves *(PS):* Já há local!

O Orador: Na área da Saúde todos os dias ouvimos queixas de diferentes sectores e no que respeita a Santa Maria até foram tomadas algumas medidas boas que deviam resultar num melhor serviço aos utentes, mas o titular da pasta ao efectuar alterações significativas na direcção do Centro de Saúde, satisfazendo alguns "boys", em vez de operacionalidade, lançou o caos.

Instalou-se um clima de caça às bruxas. Processos a técnicos que ao longo dos anos tão bem tem desempenhado as suas funções, dum momento para o outro vem a sua credibilidade profissional ser posta em causa.

Pessoal de enfermagem, deficitário no Centro de Saúde, que por problema puramente pessoais e de total arrogância dos dirigentes, são compulsivamente convidados a mudarem de local de trabalho.

Guerras surdas por parte de membros do CA que têm por finalidade desmotivarem alguns médicos a continuarem em Santa Maria.

No âmbito das deslocações, utentes que ao longo de 12 anos vem sendo acompanhados pelo seu especialista e que dum momento para o outro são obrigados a irem ao especialista que se desloca a Santa Maria ao abrigo das convenções de clínica privada.

Além da quebra do elo utente-especialista, a consulta em Santa Maria custa o dobro sendo suportada na sua totalidade pelo utente, que geralmente provém das famílias mais carenciadas e, por conseguinte, não tem poder económico para poder optar.

Na área da educação e quando o secretário pratica os seus monólogos a partir dos estúdios da RTP, tudo é um mar de rosas. São escolas a recuperarem-se, outras a serem construídas, despachos em barda, resoluções às centenas. No entanto, no terreno, vemos alunos em greve, professores confrontados com problemas na aplicação da nova política de educação, alunos desmotivados com a escola e obras de recuperação mal concebidas e de fraca qualidade.

Na área dos Assuntos Culturais a confusão e demagogia repete-se.

Em todas as visitas à ilha de Santa Maria é efectuada a romaria ao Centro Histórico de Vila do Porto. Muitas imagens na televisão, muitas promessas, muita conversa.

Na visita efectuada em 1997, foi deliberado em Conselho do Governo o seguinte: " Promover a celebração de um protocolo com a Câmara Municipal, com vista à recuperação do Centro Histórico".

Até hoje nada foi feito. Mais um protocolo para consumo e fecho de edição de telejornal.

Outra obra sujeita a recuperação é o forte de São João Baptista, na Praia Formosa.

Após a tomada de posse deste Governo e em visita ao local, foi solicitado pela comissão encarregada da sua recuperação, o projecto para a segunda fase, tendo sido assumido pelo titular a feitura do projecto pelos serviços da secretaria.

Passados dois anos e de várias deslocações de técnicos, nada de projecto e por conseguinte a obra encontra-se totalmente impedida de avançar.

O mesmo se pode aplicar à Igreja de Nª Sr.ª da Purificação, em Santo Espírito, com verba orçamentada em 1998, mas nada de projecto.

Em suma. Tudo nesta secretaria é uma grande trapalhada.

Esta é a acção dum dos secretários "do melhor governo de sempre", sendo fácil perceber, agora, porque é que o mesmo abandona a sala do plenário sempre que se discute a sua política, no período reservado a assuntos relevantes para a Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Continuando com o raciocínio inicial vou analisar uma outra área da acção deste governo.

Agricultura, Pescas e Ambiente. Mais uma vez não está presente.

Em 1997 na visita a Santa Maria do Governo Regional e no âmbito desta secretaria lê-se:

"Realizar trabalhos de correcção do sistema de esgotos do actual Matadouro e iniciar o estudo de deslocalização das actuais instalações".

"Concluir, em 1997, as obras do varadouro do Porto da Maia e proceder à reparação dos Portos de S. Lourenço e dos Anjos em 1998".

Quanto ao Matadouro, em 1997 nada se avançou, mas na sua visita no ano seguinte, mais precisamente em 23 de Junho de 1998, pode ler-se no comunicado:

"Dar início ao processo de concurso público para a construção do novo Matadouro de Santa Maria".

Passados cinco meses, em 30 de Novembro deste ano, deslocou-se um técnico da secretaria, para estudar os vários locais possíveis para instalar o matadouro.

Entretanto recebo resposta a um requerimento sobre o assunto onde me é informado o seguinte:

"As obras de construção do novo Matadouro da Ilha de Santa Maria serão integradas no plano de investimentos do governo para o ano 2000."

Deputado José Humberto Chaves *(PS):* O PMP só acaba no ano 2000!

O Orador: Com franqueza! Tudo isto parece obra de doidos! Que concurso é este decidido arrancar em Junho de 1998 para uma obra que apenas irá iniciar a sua concretização no ano 2000?

Deputado José Humberto Chaves *(PS):* O PMP só acaba no ano 2000!

O Orador: É tanta a confusão e incompetência que a verdade vem ao de cima. É tudo pura ficção.

Deputado José Humberto Chaves *(PS):* Vocês tiveram 20 anos e não fizeram nada!

O Orador: Quanto às obras dos portos de pesca da Maia, S. Lourenço e Anjos o problema é muito mais preocupante e indica mais uma vez que as verbas das calamidades são aplicadas a belo prazer do governo e são debitadas em obras que não existem não se sabendo para que fim foram utilizadas.

Vou ser mais concreto.

Pode ler-se no relatório de execução financeira e material do ano de 1997, no programa 33 - calamidades pesca, o seguinte:

"Inicio da realização de obras de melhoramento nos Portos de S. Lourenço, Anjos e Vila do Porto, em Santa Maria" sendo dada como aplicada a verba de 43,000 contos.

Deputado José Humberto Chaves *(PS):* Há 2 obras já adjudicadas!

O Orador: É tudo mentira, porque nestes portos não foi executada a mínima obra, embora tenha feito parte das promessas do governo no comunicado da visita em 1997.

Onde foi aplicada esta verba? É isso que eu quero saber

Deputado José Humberto Chaves *(PS):* Pelo amor de Deus, diga a verdade!

O Orador: É a segunda vez que formulo esta pergunta, no plenário, mas o Senhor Secretário faz ouvidos de mercador.

E os caminhos rurais?

Terão sido as verbas dos planos de 1997/98 aplicadas na recuperação dos caminhos? Os Presidentes das Juntas de Freguesia e as Associações de Agricultores afirmam que nada foi realizado e até promoveram um abaixo assinado onde era demonstrado o seu descontentamento, mas foram "aconselhados" pela tutela da inconveniência da tomada de posição.

Das verbas atribuídas a Santa Maria para caminhos rurais qual foi a dimensão dos cortes orçamentais?

No âmbito desta secretaria foi noticia a adjudicação do projecto de abastecimento de água à lavoura na ilha. O projecto já devia ter sido entregue, mas segundo informações, encontra-se atrasado.

Deputado José Humberto Chaves *(PS):* Já está!

O Orador: Estará nos planos da secretaria adjudicar a obra em 1999?

Deputado José Humberto Chaves *(PS):* Vamos fazer. Os Srs. tiveram 20 anos e não fizeram!

O Orador: Será a verba de 5.000 contos, inscrita no Plano para 1999, suficiente para uma obra de tal envergadura?

Deputado José Humberto Chaves *(PS):* Isso é o começo. Nós vamos estar até ao ano 2000!

O Orador: Não sabemos. Passados os momentos de marketing político nos órgãos de comunicação social é difícil apercebermos-nos se estamos perante uma realidade ou pura ficção.

Todos estes exemplos são mais uma prova que a preocupação do governo através dos seus longos comunicados, é satisfazer tudo e todos, quando na realidade técnica e financeiramente sabe não ter capacidade para cumprir o prometido, mas o que importa é manter a expectativa e na próxima visita arranjar novos expedientes para enganar as pessoas.

Só que a malha lentamente se vai enredando e justamente a verdade vem ao de cima.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito mais foi prometido nos vários comunicados do Governo.

O Porto de Recreio que o Governo em 1998, decidiu abrir concurso para o projecto, no plano para 1999, nem tão pouco é referenciado.

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Não é preciso, a Junta Autónoma já está fazendo!

O Orador: O estudo para protecção da Praia Formosa melhorando a retenção das areias, a protecção da orla marítima dos Anjos, São Lourenço e Praia. O parque de estacionamento para S. Lourenço, a par da recuperação do varadouro do porto, a recuperação da vinha, o acesso à Ponta Negra, tudo promessas de obras que serviram de base à atribuição do grau de sócio honorário da Associação Cultural "Amigos de S. Lourenço" a sua Excelência o Presidente do Governo Regional dos Açores.

Deputado José Humberto Chaves *(PS):* Qual é o problema? O Sr. não tem nada a ver com isso!

O Orador: Já se passaram dois anos e nada feito. Este Governo nem com lautos jantares, reage positivamente. Ao voto massiço no PS, o Governo por ele suportado é altamente egoísta em relação aos marienses.

Na análise do Plano para 1999, concluímos rapidamente que este não corresponde às expectativas que foram anunciadas pelo governo nas duas visitas efectuadas à Ilha de Santa Maria, expectativas estas, anunciadas em extensos comunicados que foram sujeitos a intervenções por parte dos deputados do Partido Socialista que manifestaram o seu grande agrado e concordância porque vinham ao encontro das necessidades de desenvolvimento da Ilha de Santa Maria.

Afinal, tudo não passou de intenções e em alguns casos, de mentira deliberada, com a finalidade do tempo ir passando e ficar a ilusão que tudo decorre normalmente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na área das autarquias é conhecido o discurso do Presidente do Governo que as considera como parceiros privilegiados para o desenvolvimento da Região.

Mas na prática o que acontece é a asfixia financeira que todas as câmaras da região atravessam e que resulta do atraso nos reembolsos dos projectos comparticipados

pelo PADRAA, aliado á demora na aprovação dos projectos candidatos que chega a atingir um ano.

São milhões de contos em atraso. Para o secretário da tutela um milhão, para as autarquias já atinge os 3 milhões.

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* Dois milhões e tal!

O Orador: Aqui funciona outra prática deste Governo que é a falta de informação a esta assembleia ou quando é fornecida já está desactualizada.

Questionando sob a falta de informação à Assembleia, o secretário da Tutela informou a Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais que a situação real e actual dos pagamentos dos fundos comunitários ás autarquias, iria ser publicada nos órgãos de comunicação social da Região e que o Governo teria muito gosto em fornecer, também, os mesmos elementos. Nos jornais já foram publicados. À comissão nada chegou ainda.

Deputado Francisco Sousa *(PS):* Tenha calma, há-de chegar!

O Orador: É o confronto deliberado e um total desrespeito pelo orgão máximo da Autonomia Regional.

É a Nova Autonomia!

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* Não desrespeite a Nova Autonomia!

O Orador: E os aterros sanitários que foram candidatos ao Fundo de Coesão? Se não forem aprovados é para manter a promessa do Presidente do Governo no sentido do Orçamento Regional assegurar a sua concretização?

E o pagamento da dívida das autarquias?

Será cumprido o prometido e pago a 1ª tranche em 1999?

Estaremos atentos ao desenrolar dos acontecimentos, principalmente porque a experiência nos diz que o discurso é enganador e não corresponde à realidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não posso deixar passar este momento sem me referir ao violento incêndio destruiu por completo o conhecido por "hotel do aeroporto".

Infraestrutura construída há cerca de 53 anos, inicialmente como messe de oficiais das tropas americanas, aquando da 2ª guerra mundial.

Com a passagem do Aeroporto de militar para comercial e então conhecido como o hotel "Terra Nostra" por lá passaram os lideres mundiais da altura, artistas de cinema e de variedades conhecidos no mundo interno.

Sempre foi, por eles reconhecido e elogiado o alto profissionalismo dos seus trabalhadores tanto no hotel como no restaurante e da qualidade dos seus responsáveis.

Durante muitos anos o hotel/restaurante funcionou como escola de hotelaria e formou os profissionais que, por razões de decréscimo de tráfego, foram colocados nas unidades hoteleiras de São Miguel. Ainda hoje em dia, alguns dos gerentes mais conceituados da hotelaria regional, formaram-se no hotel do Aeroporto.

O desaparecimento desta infraestrutura para além de constituir a perda dum património histórico da ilha, levantou um grave problema social e económico.

Sem local de trabalho ficaram 28 pessoas criando-se uma situação problemática, uma vez que famílias inteiras tinham como única fonte de rendimento o seu posto de trabalho. A elas a minha solidariedade e inteira disponibilidade para em conjunto com todos, governo, autarquia e privados, se arranjar uma solução de futuro.

Sendo de primordial importância o desenvolvimento do turismo para Santa Maria é urgente que a capacidade de quartos perdida com a destruição do hotel do Aeroporto, seja reposta, ou o turismo mariense, recuará no tempo.

No meu entendimento, a iniciativa privada mariense, tem agora a oportunidade de em conjunto com entidades públicas, tomar nas suas mãos a condução dum sector tão importante para o desenvolvimento económico da ilha, aliado à solidariedade que nos deve merecer aqueles que ficaram privados do seu emprego.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu estou completamente de acordo com as palavras finais proferidas pelo Sr. Deputado de Santa Maria, José Maria Bairos.

Efectivamente, um problema grave que surgiu com o incêndio que destruiu um hotel que tinha tradições naquela ilha, que representa muita história para aquela ilha e que nós, Governo, os privados e a autarquia mariense teremos de encontrar uma solução que seja razoável que não fira as leis da concorrência dos privados, mas que permita, a curto prazo, uma solução para o turismo de Santa Maria, para a possibilidades das escalas técnicas de Santa Maria e para que a curto prazo também possa dar resposta ao transporte marítimo que se irá fazer sentir a partir de Maio.

Estamos a trabalhar nisso e ainda hoje tive uma reunião com um empresário.

Não é fácil, mas o Governo Regional pensa alienar o terreno que tem para dar prioridade a qualquer investimento na área privada.

Os incentivos que existem são os que são disponíveis para os privados, mas tudo faremos para que uma solução rápida se encontre para Santa Maria.

A propósito das críticas feitas, no que diz respeito à Secretaria da Economia, devo dizer o seguinte e isto é válido para Santa Maria, é válido para as Flores, é válido para todas as ilhas dos Açores:

Este Governo está disponível, durante o ano de 99, para fazer os projectos dos diversos empreendimentos na área dos portos de recreio. Já está a fazê-lo no caso de Santa Maria, porque a empresa que lá estava e que fez o projecto do porto se disponibilizou para isso e nós até sabemos quanto é que custará fazer, efectivamente, o porto de recreio em Santa Maria.

Nós não vamos privilegiar nenhuma ilha em relação a outras, apenas temos em atenção o seguinte:

Existem no plano do turismo três pólos de distribuição: Ponta Delgada, Angra e Horta. É aí que vamos investir nos próximos anos, nomeadamente nas áreas da marina que alguns projectos até já vinham de trás. Depois no ano de 99 devemos preparar os projectos para que no III Quadro Comunitário de Apoio assim se possa estender para outras ilhas os portos de recreio. No próximo ano é a altura para preparar os projectos e depois fazer as candidaturas a seguir. É esta a nossa visão. É uma visão que sempre foi dita no passado e que é coerente para todas as ilhas, seja no

caso da Graciosa que pagámos o projecto há pouco tempo, seja no caso das Flores, S. Jorge ou Santa Maria. Todas as ilhas têm disponibilidades e potencialidades nessas áreas.

Portanto, estamos convencidos que mais tarde ou mais cedo haverá em todas as ilhas alguma espécie de apoio ao iatismo internacional que passa por estas ilhas.

Não é por acaso que nós tivemos um papel importante nos descobrimentos, é porque por aqui passa, de facto, as correntes marítimas, passam determinados ventos que fazem aportar a estas ilhas muitas embarcações à vela.

Este é um potencial turístico que nós devemos aproveitar, mas temos que ter prioridades neste aspecto.

Temos que ser responsáveis e as nossas limitações financeiras impõem que haja um determinado ritmo nos nossos investimentos. É isso que estamos a fazer e não mudamos a nossa linguagem. O que dissemos ontem é o dizemos hoje e é o que vamos dizer amanhã.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos para prestar esclarecimentos.

Deputado José Maria Bairos *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, quando se referiu à questão do hotel do aeroporto disse que há que haver uma resposta, mas que essa resposta não era fácil. Eu também considero que essa resposta não é fácil e por isso mesmo não fiz uma intervenção a tentar levantar problemas ou criar alguma demagogia à volta deste assunto, porque sei que o assunto não é fácil de resolver e também sei que ele para ser resolvido tem que ser com o esforço de todos, Governo, privados, autarquia e marienses. Todos nós temos que estar à volta deste problema e só poderá ser resolvido desta forma. Portanto, aí estamos completamente de acordo.

Quanto ao porto de recreio, o Sr. acabou de dizer aqui quais são os planos do Governo para o futuro.

A única questão que eu quero deixar aqui, é que há um ano atrás - neste momento não tenho a certeza se, de facto, essas declarações foram proferidas pelo Sr. Secretário ou

se são declarações proferidas nas visitas do governo às ilhas onde às vezes se avança mais do que aquilo que, de facto, se pode realizar e a minha intervenção é toda nesse sentido e eu não estaria a criticar se, de facto, não se tivesse feito uma acção ou outra, mas a minha crítica foi no sentido de extensos comunicados que foram feitos a prometerem mundos e fundos e passados dois anos 95% dessas acções ainda nem tão pouco arrancaram - e que eu tenho em mente e duma informação que recebi numa reunião da Câmara Municipal de Vila do Porto foi que quando se pôs o problema da construção duma via de acesso do porto de Vila do Porto, e que o Sr. recorda-se bem do que é, foi apresentada uma proposta à Câmara Municipal de Vila do Porto no sentido de que o dinheiro que se iria envolver nessa obra, seria envolvido no porto de recreio. Por isso mesmo é que em 98 se avançou com o projecto.

Esta foi a informação que eu recebi na Câmara Municipal de Vila do Porto e esta a mim ninguém me desmente. Não tenho neste momento a certeza de quem a proferiu, agora que foi um membro do Governo foi. Tenho a certeza absoluta.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto quando fizemos essa avaliação para saber quanto é que custava a estrada, - custava cerca de 270 mil contos - pedimos à CONSULMAR que fizesse um estudo no porto de recreio e esse estudo está feito. O porto de recreio de Santa Maria está mais avançado do que qualquer outro, a não ser o porto da Graciosa.

O porto de recreio custará 400 e tal mil contos e com este valor era preferível optar de vez por fazer o porto de recreio do que fazer a estrada e que íamos gastar dinheiro que não teria tanta utilidade como isso. Foi por isso que dissemos: o projecto é mais ou menos isto, sabemos quanto é que custa e não vamos avançar com esta estrada que não vai beneficiar em nada.

A nossa opção foi esta, mas sempre dissemos que a execução de qualquer porto de recreio só se faria a partir do III Quadro Comunitário de Apoio. Qualquer porto de recreio, tirando os 3 centros em que ainda vamos apostar durante este QCA.

Deputado José Maria Bairos *(PSD):* Não foi neste nem vai ser para o outro!

O Orador: Sempre foi dito isso. Nós optámos por não fazer a estrada tendo em conta o custo do porto de recreio. Nós tomámos opções tendo em atenção o custo.

Presidente: Vamos retomar as nossas intervenções. Para o efeito tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Fraga.

Deputado Carlos Fraga *(PS):* Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Passados dois anos de governação com os respectivos planos e orçamentos anuais cumpridos de forma rigorosa e no estreito cumprimento do Programa do VII Governo Regional, sufragado nas eleições de 1996, e com a manifesta e agora aumentada concordância e satisfação da população açoriana, diversas vezes manifestada em auscultações de opinião, através de sondagens publicamente conhecidas, tem este Governo Socialista sobejas provas da boa execução da sua actividade governativa.

As contrariedades climatéricas que assolaram a Região, com algumas ilhas atingidas de forma catastrófica, criaram grandes dificuldades e obrigaram o Governo Regional a esforços de toda a espécie com grande incidência na área financeira. Não obstante, perante as inúmeras dificuldades surgidas, o quadro de investimentos previsto nos planos anteriores mereceu sempre a mesma atenção e o cumprimento do planeado. Este tipo de atenção, rigor e cumprimento, relativamente aos planos de investimento, por parte do executivo, encaminha a Região, num todo harmonioso, para um futuro de segurança e progresso.

O Plano e o Orçamento para o ano de 1999, na linha dos seus similares dos dois anteriores anos, direccionado para o desenvolvimento coeso do arquipélago, contêm projectos e acções concertados, rigorosamente estudados e equacionados, permitindo antever que o rumo da política deste executivo, não só continua certo, como esta bem traçado.

Os deputados da bancada do Partido Socialista nesta Assembleia, no estrito cumprimento da sua função, deram o seu contributo para a elaboração do Plano de Médio Prazo 97/2000, Plano para 1999 e Orçamento para 1999, tendo por base o profundo conhecimento das populações açorianas, do seu modo de viver e das suas aspirações. A todos, fica a certeza e convicção de que os programas, os projectos e as

acções neles inscritos, são os melhores e os possíveis de realizar na actual e futura conjunturas.

Os pareceres solicitados aos parceiros sociais, sempre de grande utilidade para a correcta e concertada elaboração dos documentos em causa, também foram considerados na feitura dos mesmos. As suas sugestões, motivaram alterações orçamentais a vários níveis. Originaram as mais das vezes dotações orçamentais superiores às inicialmente previstas. Mas, porque justas e bem sustentadas, mereceram por parte do executivo as correcções respectivas. Atitudes como esta, demonstrativas da procura do entendimento e da concertado, são perfeitamente inversas às atitudes arrogantes de que às vezes se quer acusar o Governo Regional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pela primeira vez, ao longo do período autonómico, são elaborados um Plano e um Orçamento emoldurados num novo sistema financeiro regional que emerge da entrada em vigor da Lei das Finanças das Regiões Autónomas. Como é obvio, este novo contexto marcou muito positivamente a elaboração, ao destes documentos e esperam-se ainda mais aperfeiçoamentos nos futuros planos e orçamentos regionais.

Também e pela primeira vez, estes Plano e Orçamento surgem num contexto de convergência progressiva do tarifário eléctrico regional com o todo nacional. Neste novo contexto de redução da energia eléctrica antevêem-se grandes benefícios para as actividades económicas regionais.

A redução das tarifas aéreas entre o Continente e os Açores e as modificações operadas nos transportes marítimos entre as diferentes ilhas do arquipélago e deste para o continente, já marcam de forma muito positiva os projectos contidos no Plano e trazem novas esperanças à actividade económica regional.

A montante dos sectores industrial e comercial, estrutura-se e consolida-se um sector primário de base agrícola e piscatória, onde os seus intervenientes apercebem-se de quais componentes estruturais deverão ser consideradas para a viabilização económica das suas empresas e para o aumento dos seus rendimentos.

Os sectores primários da nossa economia continuam a contar neste Plano com projectos de investimento público financeiramente bem apoiados, tendentes à correcção das lacunas acumuladas anteriormente e que elevam o potencial das suas

capacidades naturais que, certamente, propagarão para jusante melhorias em sectores industriais e comerciais, deles dependentes, tornando-os assim mais sustentados e competitivos.

No entanto, a dispersão geográfica do arquipélago, a pequena dimensão do mercado, as distâncias que os separam de possíveis fornecedores de algumas matérias primas e também dos futuros consumidores dos bens produzidos pela industria regional, continuam a ser dificuldades difíceis de ultrapassar. Mas, se atendermos que o ponto de partida aquando da entrada em funções deste executivo era muito incipiente, admitamos que muito já foi feito para ultrapassagem da situação encontrada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para a superação das dificuldades com que se deparam os sectores industrial e comercial prevê este plano um conjunto de medidas bem sustentadas, com suficiente suporte financeiro, tendentes a apoiar as actividades destes sectores.

Para apoiar o desenvolvimento industrial regional, o Plano reúne um conjunto de acções devidamente dotadas dos meios financeiros essenciais à consolidação das infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento da actividade industrial e também de acções no âmbito da assistência técnica nas diferentes áreas envolvidas.

Mantêm-se e acrescem-se os apoios às câmaras municipais com vista à manutenção e dinamização dos parques industriais já existentes e para os estudos de implementação de novas zonas industriais, nomeadamente nas ilhas de Santa Maria e Pico. Esta acção tem como principal objectivo o ordenamento do território, evitando desta forma, a proliferação desgarrada de unidades industriais.

Esta acção, também conduzira a uma maior facilidade das operações de protecção do meio ambiente, reduzindo quanto possível os impactes ambientais.

Numa região com as características da nossa , onde o bem estar da população residente e onde o turismo será certamente uma componente muito forte da nossa economia, os cuidados com o meio ambiente deverão ser considerados prioritários na elaboração de qualquer plano de ordenamento.

A conservação dos aquíferos na ilha de S. Miguel e os estudos de avaliação para a possibilidade da exploração dos mesmos, visando o fornecimento de águas de qualidade às indústrias de engarrafamento de águas minerais, tem merecido a melhor

atenção por parte dos departamentos vocacionados para o efeito da Secretaria da Economia e para tanto, foi **celebrado um protocolo** com o INOVA e o Instituto Geológico e mineiro.

Outro protocolo celebrado com o INOVA, garante um projecto piloto na área da tecnologia alimentar, visando a diversificação dos produtos derivados do peixe, de produtos lácteos e da carne.

Foi atribuído ao INOVA um subsidio destinado a comparticipar as despesas relacionadas com o desenvolvimento do estudo de novas técnicas de aquecimento geotérmico em estufas utilizadas no cultivo de culturas tradicionais para futura industrialização.

Ainda e de parceria com o INOVA mantém-se a comparticipação financeira a este Instituto para a formação de quadros técnicos de grau médio para futuro apetrechamento humano das indústrias regionais.

O apoio directo às empresas industriais da Região previsto neste Plano, aponta preferencialmente para acções que simplifiquem o acesso a áreas como a gestão, organização e planeamento e dando prioridade aquelas cuja orientação vise novos investimentos.

Acções dirigidas para a especialização e diversificação da produção, desde que competitivas, também têm ao abrigo deste Plano cabimento orçamental. Do mesmo modo, a dinamização de acções com vista a parcerias com o exterior e a agregação a redes de cooperação industrial, merecem o mesmo tratamento. Claro que, a cooperação é extensível às instituições vocacionadas para investigação do sector industrial.

Estudos que apontem para a identificação de tendências relativas a alterações de mercado ou de novas oportunidades de investimento, assim como os que objectivem a modernização das empresas industriais, enquadram-se em sistemas de apoios.

Para desenvolvimento industrial regional, nas suas variadas componentes para o ano de 1999, esta prevista uma dotação de 290.000 cts (duzentos e noventa mil contos.).

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para criar riqueza e bem estar a uma população não basta produzir e transformar. É necessário também comercializar o que se produz e o que se transforma. Por isso, na

nossa Região, a actividade comercial tem um papel importantíssimo a desempenhar no desenvolvimento e crescimento económico.

À semelhança do sector industrial, o comércio, confronta-se com os mesmos problemas de dispersão territorial, grandes distancias para transpor, transportes ainda deficientes e de custo elevado. A estas dificuldades ancestrais, junta-se outra, relacionada com novas formas de comercializar ainda não dominadas pelos intervenientes regionais do sector e que contribuem para o agravamento da sua já débil situação.

Para revitalizar e dinamizar esta componente tão importante da nossa economia, julga-se conveniente que se incentivem formas de ligação e coordenação das actividades comerciais directamente à produção. Esta cooperação, porque envolvente, facilitara a implementação de estratégias que garantam escoamentos para novos mercados.

Projectos visando a racionalização, fusão de empresas, - da mesma ou de outras áreas da economia, - utilização de serviços em comum, desde que permitam uma estratégia mais agressiva no mercado, são igualmente apoiadas.

Dada a importância deste sector na nossa economia, foi prevista no Plano para 1999 uma dotação global de 258.500/contos.

O artesanato, também esta contemplado neste Plano com uma dotação de 65.000 contos.

O artesanato, considerado por alguns, como uma actividade menor no contexto do desenvolvimento regional, se for estimulado e apoiado como aliás, começou a ser, poderá contribuir muito positivamente para a melhoria da economia de muitas famílias e para a criação de novos empregos, principalmente nas zonas rurais e influirá na fixação das populações laborais nos seus lugares de origem.

O artesanato como actividade industrial necessita de acompanhamentos, quer de ordem financeira, mas também, no sentido de alertar os intervenientes para a manutenção e garantia da genuinidade e características próprias dos motivos que lhe deram origem.

Este ano, foi dado um importantíssimo passo para a consolidação desta actividade industrial. Concebeu-se uma certificação que garante a genuinidade dos produtos

manufacturados na regai. Estes, passarão a ser identificados com aposição de um selo de garantia, protegendo-os nos mercados de venda contra as imitações que começavam a proliferar, evitando-se assim concorrências legais.

Simultaneamente com as medidas já referidas para suporte à industria comércio e artesanato, manter-se-ao em vigor, os sistemas de incentivos financeiros de apoio ao fomento do investimento privado.

Para apoiar a iniciativa privada, nomeadamente em projectos candidatos aos diversos sistemas de incentivos em vigor bem como, na regularização de candidaturas aprovadas no âmbito de sistemas já revogados, esta inscrita no Plano, uma dotação de 1.300.000 contos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As propostas apresentadas neste Plano para 1999 e as suas respectivas dotações financeiras, merecedoras da aprovação unânime desta Câmara, garantem a continuação de uma governação segura e confiante" que conduzira os Açores para um futuro mais próspero

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

Deputado Francisco Xavier *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Algumas palavras apenas sobre a Ribeira Grande.

Em anterior intervenção de Junho deste ano recordamos ao Governo a necessidade de algumas intervenções no Concelho da Ribeira Grande:

Apenas algumas delas:

1.° - Igreja do Espírito Santo, o mais belo exemplar do Barroco nos Açores esta em avançado estado de degradação. A Igreja de São Francisco ou dos Frades, de igual modo. O Plano nada contempla. Aqui a minha denúncia!

2.° - A projectada remodelação da via rápida R.G/P.D deveria contemplar 4 faixas de circulação. Vai perder-se uma oportunidade histórica. Aqui o meu enorme protesto!

3.° - A protecção e valorização do litoral da Ribeira Grande não se faz outra vez. A minha profunda indignação!

E muitas outras necessidades urgentes que poderia referir. As consequências das calamidades, os moinhos de água da Ribeira Grande, estrada da Mediana, Ramal do Porto de Santa Iria e pequenos portos de pesca, etc, etc.

Nestas Propostas de Plano e Orçamento não há opções critérios explícitos e, quando os há, são opacos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tristes coisas se anunciam à humanidade sobre o futuro do ambiente. As gerações vindouras poderão testemunhar uma catastrófica desgraça.

Tristes coisas se avizinham para o ambiente nos Açores com o actual governo.

O governo em 2 anos, tem desiludido muita gente; os seus Planos têm iludido muito mais.

Optaram pela política do secretismo, do avulso e do espectáculo. Vão certamente cair na política das 2 faces: numa, o exibicionismo total e, na outra, o exibicionismo fatal.

Deputado Mark Marques *(PSD):Muito bem!*

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* É a sua opinião!

O Orador: As ideias contidas no Plano, independentemente dos números que mostram, que muito nos podem dizer, mas que tudo nos podem ocultar, começam a ficar esgotadas, e, pior até, começaram, tão cedo, a ficar perigosamente desacreditadas.

Não tenhamos duvida que a política ambiental não é de forma nenhuma uma prioridade política deste governo, como prometeram e garantiram ao povo desta Região.

As políticas sectoriais deste governo, igualmente, não corporizam a realidade ambiental como uma autêntica filosofia inspiradora e condicionadora de uma nova forma de governar. Uma nova forma de governar que terá de nascer nesta Região para que os Açores voltem a ter a estabilidade e o desenvolvimento que todos nos desejamos.

Este governo amedronta-se e repugna-se perante áreas nobres da qualidade de vida dos cidadãos !

Este governo não partilha convenientemente a informação que dispõe!

Este governo tem uma visão puramente economicista nas políticas sectoriais.

A acção política do governo nos grandes temas que integram o ambiente esta manifestamente desvalorizada, não só porque o Plano pouco traz de novo, mas também porque estes 2 anos de governação desacreditaram demolidoramente o governo socialista.

Deputado Francisco Sousa *(PS):* Foi o PPD!

O Orador: Algumas questões telegráficas:

Resíduos tóxicos e radioactivos mergulhados no nosso mar.

O que tem feito o governo nesta área?

O que se propõe fazer?

Lagoas

Na presente semana que decorre, a Quercus Regional envia para Bruxelas a queixa contra o Governo Regional em relação aquilo que se passa com a eutrofização das Lagoas, no seguimento de uma outra queixa feita pela Quercus Nacional contra o governo central.

Que estratégia tem este governo para as lagoas da Região?

Furnas e Sete Cidades - o sistema de arejamento e a ceifeira estão a funcionar? E como vai ser a aplicação da Directiva dos Nitratos.

Afinal, Senhor Secretario - que não está - os Planos de ordenamento das Bacias Hidrográficas estão ou não concluídos?

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* Em vias de...!

O Orador: Como está a ser difícil a conclusão do Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos dos Açores (PERSUA)? A sua história tem episódios curiosos. Ao nível de São Miguel, a Quercus e a AMISM têm liderado a política dos resíduos sólidos. A Direcção Regional do Ambiente apagou-se ou tem ido a reboque, na maioria das vezes contrariada.

Este plano é essencial para a aprovação da candidatura dos aterros sanitários ao Fundo de Coesão. Depois veremos como será o financiamento prometido!

- Rede Regional das Áreas Protegidas como vai ser gerida?

- O que se vai fazer com a Rede Natura 2000.

- Protecção da Orla Costeira:

Que critérios sustentaram a selecção dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira propostos nos documentos hoje em apreciação.

A nada disto as propostas do Plano dão uma resposta esclarecida.

Educacão Ambiental

Matéria de superior interesse que deveria merecer do governo uma acção mais profunda. Conscientes desta triste realidade é a própria Associação Amigos dos Açores, que nesta matéria tem feito um trabalho exemplar, que exige do Governo, em comunicado recente, a execução de uma política de Educação Ambiental mais eficaz e menos avulsa.

E, finalmente Sr. Deputado Francisco de Sousa, o PROTA - Plano Regional do ordenamento do Território dos Açores.

As afirmações do Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores sobre este importante instrumento de planeamento, proferidas ontem, 16 de Dezembro, neste Plenário, órgão máximo da Autonomia dos Açores, dizendo que este documento orientador do ordenamento do território, estava já em discussão pública, e que, nomeadamente, tinha sido distribuído às Associações Ambientais, negando, assim, as nossas afirmações e contrariando o manifesto desconhecimento de algumas associações ambientais com quem mais dialogamos, vieram introduzir a incerteza, o conflito e, mais uma vez, a instabilidade na política ambiental.

Solicitamos aos "Amigos dos Açores" e à "Quercus" que nos informasse por escrito se alguma vez tinham tido conhecimento do PROTA".

Passo a ler as respostas:

Telegrama dos "Amigos dos Açores":

"Na sequência do vosso fax, vimos informar-lhe que a Associação Amigos dos Açores nunca recebeu qualquer documento relativo ao PROTA.

Com os melhores cumprimentos".

Deputado Francisco Sousa *(PS):* Como é que podia receber se ainda não estava feito!

O Orador: Quercus:

"O Núcleo de S. Miguel da QUERCUS, até à data não teve acesso a consulta de qualquer parcela ou anteprojecto do PROTA,..."

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* E a "Azórica"!?

O Orador: Essa é afilhada!

"...nem tem conhecimento de qualquer outra entidade com a qual tal tenha acontecido).

De facto insistimos com, em audiências tidas com o Senhor Presidente do Governo, em audiências concedidos em Janeiro e Abril de 1998, na necessidade de acelerar a elaboração final e entrada em vigor (se possível ainda este ano) do PROTA, o que colheu manifesto interesse do próprio, tendo sido prometida a sua conclusão e aprovação em Concelho de Governo em Junho.

Foi-nos inclusive perguntado se 3 meses seriam suficientes para a sua discussão publica, ao que respondemos positivamente por não haver discussão pública, ao que respondemos positivamente por não haver tempo a perder.

No entanto, por insistência nossa num Seminário ocorrido na Povoação em 30 de Outubro, fomos publicamente informados - prestem atenção - pela Senhora Directora Regional do Ambiente que o PROTA, estando pronto, não podia ser consultado nem iniciada a sua discussão publica porque ainda não tinha sido impresso.

A sua impressão custaria 10 mil contos e o concurso para tal feito estava num impasse devido às empresas concorrentes não terem satisfeito os requisitos deste. Assim não se previa quando será possível iniciar o processo da acessibilidade e discussão publica do mesmo."

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* Por isso é que foi para a Internet!

O Orador: "Este esclarecimento foi novamente apresentado publicamente, pela Directora Regional do Ambiente, num encontro promovido pela Associação Terramar, na Ribeira Quente.

Assim estamos em crer que nenhuma Associação ou outra entidade terá até à data tido acesso a esta documentação, pela que a afirmação do Senhor Presidente do Governo deverá corresponder as suas intenções mas não nos parece que esteja devidamente informado.

Aproveito para o informar de que no próximo Sábado e Domingo (19 e 20 de Dezembro de 1998) por iniciativa do nosso Núcleo, ocorrerá em Ponta Delgada o 1.° Encontro des Associações de Defesa do Ambiente dos Açores e que aproveitarei a oportunidade para mostrar o vosso fax e melhor esclarecer a situação.

Melhores cumprimentos."

Devo acrescentar que eles pediram apoio ao Governo Regional para realizar este encontro. O Governo Regional não disse que não, não disse que sim e nem respondeu.

Perante esta situação, o Grupo Parlamentar do PSD, para esclarecer definitivamente esta situação, altamente confusa e impeditiva para a participação dos, apresenta, hoje, em mão própria, ao Senhor Presidente da Assembleia Regional, um requerimento no intuito de clarificar e dignificar o bom nome da política que se faz nos Açores.

Passo a ler:

- Considerando que constitui dever dos Órgãos de Governo próprio desta Região assegurar um correcto ordenamento do território insular, tendo em conta a valorização do património cultural da população e a defesa do ambiente e seus recursos naturais;

- Considerando que, à luz da Lei n.° 48/98, de 11 de Agosto, a política de ordenamento na RAA traduz-se, particularmente, na elaboração e implementação de um Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores, designado habitualmente por PROTA;

- Considerando que, de acordo com o espírito consignado na citada Lei, todos os instrumentos de gestão territorial são sujeitos a discussão publica, podendo até serem reforçados os mecanismos de participação dos cidadãos- Considerando que a conclusão, aprovação, impressão e divulgação do PROTA foram referidas, sob. diversas formas, nos Planos do Governo Regional dos Açores propostos, na Assembleia Regional, para 1997, 98 e 99;

- Considerando que, a 16 de Dezembro de 1998, o Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores afirmou, no Plenário da Assembleia Regional, que o referido documento, aprovado em Conselho do Governo, no dia 5 de Junho de 98, estava já

em discussão pública e que também tinha sido distribuído às Associações Ambientais para conhecimento e recolha de parecer;

- Considerando que algumas associações ambientais dos Açores, nomeadamente "Amigos dos Açores" e "Quercus", têm dado nota de que não conhecem tal documento;

- Considerando que não tem havido qualquer evidência, publicamente notória, de que o documento em analise esteja já em discussão pública;

O Grupo Parlamentar do PSD, nos termos regimentais aplicáveis, - requer, em relação ao citado documento de ordenamento do território, as seguintes informações:

1 - Data do anúncio para consulta pública;

2 - Indicação das entidades que o receberam e respectivas datas de envio;

3 - Cópia completa do documento.

(Neste momento o Sr. Deputado fez entrega na Mesa do requerimento)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se o Governo as propostas de Plano e Orçamento e as afirmações feitas em Plenário pelo governo não nos satisfazem e perante a inactividade do apregoado Conselho Regional de Concertação Ambiental e a inoperância da Direcção Regional do Ambiente, pelo menos, para compensar esta lacuna, resta-nos conjunto de associações ambientais bem activo e uma oposição política em plenitude das suas funções, para bem do património natural dos Açores.

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Luís Resendes.

Deputado Luís Resendes *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No Programa do VII Governo Regional aprovado nesta Assembleia foi atribuído ao Turismo uma importância relevante como sector estratégico de projecção, afirmação e desenvolvimento dos Açores no contexto nacional e internacional.

Com efeito o Turismo afigura-se como uma das mais promissoras oportunidades para o aparecimento de novos negócios e acrescidos investimentos na Região, orientados para um nível de qualidade superior.

Reconhecendo estas enormes potencialidades o Governo Regional tem orientado a sua acção estratégia em algumas grandes áreas de intervenção:

A promoção turística, no sentido do estímulo da procura pelo destino Açores tanto no mercado nacional como em mercados estrangeiros seleccionados e da criação de novos produtos turísticos que visam a redução da sanzonalidade;

Investimentos estratégicos na área das estruturas físicas de apoio ao desenvolvimento do Turismo e para a realização de acções de animação turística;

Informação e formação com a realização de colóquios seminários, etc., para empresários e profissionais do sector e colaboração na formação em áreas da hotelaria e restauração e outras acções de formação técnica relacionadas com a vertente turística para alcançar níveis técnico-profissionais mais elevados para assim despertar uma outra forma de estar e pensar Turismo em todas as suas componentes;

Incentivos ao investimento privado que contemplam todos os apoios públicos nacionais e regionais.

Nesta conformidade já foram dados passos muito significativos na dinamização e crescimento do turismo.

Já se realizaram algumas campanhas publicitárias nacionais e internacionais quer em jornais e revistas da especialidade quer pela participação em feiras, exposições (EXPO 98), congressos e festivais de gastronomia regional.

Por outro lado no âmbito dos investimentos está a ser preparado o plano integrado de desenvolvimento turístico da Baía de Angra do Heroísmo.

Está em fase de elaboração o projecto de adaptação do Teatro Micaelense a Centro de Congressos, foi concluído o campo de golfe da Batalha, foram recuperados vários centros termais e realizadas obras em várias unidades hoteleiras.

Também já se fomentaram algumas acções de informação e formação profissional no sector com vista a adequar os recursos humanos às necessidades de desempenho na prestação de serviços turísticos.

Foram já concedidos apoios financeiros à realização de várias dezenas de projectos, através de sistemas de incentivos ao investimento privado para a instalação de novos empreendimentos, remodelação, ampliação ou beneficiação dos existentes.

Ao longo dos últimos dois anos o investimento total nos projectos concluídos e em curso ao abrigo dos sistemas de incentivos ascedem a 2,5 milhões de contos.

A estes investimentos, concluídos e em curso, corresponde a criação de oito empreendimentos de animação turística, construção de duas novas unidades hoteleiras e ampliação de outras quatro com o acréscimo total de aproximadamente 300 camas.

Por tudo isto o Serviço Regional de Estatística divulgou que o número de turistas registados nas unidades hoteleiras dos Açores aumentou 5,2 por cento nos primeiros 9 meses de 98 e o número de dormidas registou também uma subida de 7,1 por cento em relação ao ano de 97 apesar da influência negativa da crise sísmica iniciada a 9 de Julho.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No que concerne ao Plano e Orçamento para 1999 que estamos a discutir deve referir-se que a aposta no Turismo se mantem intacta, havendo um aumento significativo do investimento no sector.

Nos investimentos estratégicos e sistemas de incentivos há um acréscimo de 17 por cento.

O investimento total no Turismo é de aproximadamente 2.340.000 contos.

Apesar deste investimento directo não nos podemos esquecer que o Turismo como produto é o resultado qualitativo e quantitativo de múltiplas actividades exigindo uma acção planeada e de grande coordenação de esforços.

Antes de mais é imprescindível reconhecer o Plano Director de Turismo e elaborar o Plano Regional de Ordenamento para uma melhor identificação das zonas adstritas, em cada ilha, às diferentes actividades e a fim de se fornecerem indicações quanto à

capacidade de carga de cada zona e à tipologia e localização dos novos empreendimentos turísticos.

É necessário adoptar políticas integradas e horizontais que tenham reflexos positivos no Turismo contribuindo decisivamente para o seu crescimento dinamização e desenvolvimento sustentado como sector económico-social gerador de riqueza e de criação de emprego.

O Turismo embora se conceba como actividade autónoma é em termos de oferta resultado de uma série de sectores de actividade que se inter-penetram e desfazendo-se um elo dessa cadeia de actividades logo o pode colocar em causa ou perturbá-lo.

Nesta ordem de ideias será necessário preservar a ordem ecológica e defender o nosso património paisagístico e ambiental.

Mas numa Região periférica com um território disperso e descontínuo assume decisiva importância a questão dos transportes, não só aéreos mas também marítimos na afirmação do Turismo como sector económico fundamental.

As anunciadas descidas do tarifário aéreo já a partir de 1 de Janeiro de 99 das ligações entre o Continente português e os Açores e das ligações inter-ilhas, revelam-se de primordial importância para que os Açores sejam um destino apetecível e atractivo.

Por outro lado a questão das ligações internas via marítima, entre as diversas ilhas com a concessão da exploração a duas empresas tem permitido resultados bastantes significativos em termos de implementação do Turismo interno, provocando uma outra reanimação no tecido económico social e cultural da Região principalmente das ilhas mais pequenas

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os argumentos dos Açores perante um quadro de grande concorrência turística internacional são a qualidade, a diversificação e a competitividade.

A consolidação da nossa imagem como destino turístico assenta finalmente na nossa singular identidade cultural, social, gastronómica e na riqueza do nosso património paisagístico e ambiental que todos devemos proteger a bem do nosso Futuro.

Disse

Deputado Fernando Menezes *(PS): Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, vamos agora fazer o nosso intervalo.
Eu pedia o favor aos Presidentes dos Grupos Parlamentares para, por volta das 6 horas, nos encontrarmos para acertarmos o calendário da discussão que ainda nos falta.

(Eram 17,30 horas)

Presidente: Peço aos Srs. Deputados que ocupem os vossos lugares para retomarmos os nossos trabalhos.

(Eram 18,15 horas)

Vamos retomar os nossos trabalhos. Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.
Secretário Regional da Habitação e Equipamentos *(José Contente):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo;
As propostas de investimento do Plano de 1999 relativas aos programas a cargo da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos realçam de modo inequívoco aumento de investimento nas áreas da Habitação e Protecção Civil a par dos grandes investimentos destinados à recuperação das calamidades que afectaram os Açores.
Outrossim, continuamos a investir nas acessibilidades na perspectiva da melhoria da qualidade de vida e da segurança.
Habitação
A promoção do investimento na área da Habitação representa o cumprimento integral do programa do VII Governo cuja expressão quantitativa indica um aumento de 14% face a 1998. Se preferirmos, os diversos programas existentes - auto-construção, habitação degradada, apoio aos jovens, custos controlados, aquisição de habitação e realojamentos, atingiu em 2 anos 4,7 milhões de contos o que significa que teremos o

maior investimento de sempre no final desta legislatura ultrapassando-se os 10 milhões de contos.

Apesar de já terem sido disponibilizados mais de 550 lotes no conjunto de 15 loteamentos urbanos e rurais, de despachados mais de 2000 processos, de estarem realojadas mais de 500 pessoas, de nos termos integrado em 9 projectos de intervenção comunitária de luta contra a pobreza, de se terem concretizado Acordos de Colaboração entre o Governo, os Municípios de Ponta Delgada, Lagoa, Ribeira Grande, Vila Franca do Campo, Praia da Vitoria e o INH para a construção de 621 fogos a serem integralmente pagos pelo Governo e pelo INH, no montante de 6 milhões de contos, desta Assembleia Ter aprovado uma alteração legislativa proposta pelo Governo para apoiar mais significativamente as pessoas com deficiência e de terem celebrado protocolos com Juntas de Freguesia, dizia eu, apesar de tudo isto a promoção do investimento na área da Habitação tear que continuar até que todos os açorianos usufruam de uma habitação condigna para si e para a sua família.

É, por tudo isto, que a nossa política de Habitação reflectirá sempre o significado verdadeiro da solidariedade activa destinada em primeiro lugar ao pelotão dos excluídos na acepção do socialista Alain Tourraine.

O ano de 1999 ficará marcado com os investimentos que agora propomos por um segundo conjunto de novos acordos de colaboração com 8 novos municípios para um total de 900 fogos, no âmbito das competências constitucionais e estatutárias do Governo Regional.

Erradicar os núcleos habitacionais mais degradados dos Açores continua por isso a constituir uma prioridade do VII Governo Regional.

Também a conclusão do novo PRH possibilitará termos um planeamento estratégico do desenvolvimento da habitação porquanto se avaliará com redobrado rigor, os factores de financiamento, as questões relativas ao uso do solo, construção, uso e gestão do parque habitacional.

Novos loteamentos surgirão promovidos pelo Governo para dar respostas aos jovens e à classe média em geral para além do investimento previsto nos actuais programas.

Entretanto, começaremos a ter outras abordagens a novas tecnologias de construção na área da habitação. Trata-se de aliar a qualidade, à segurança aos preço e rapidez de construção sem desvirtuar as questões arquitectónicas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo;

O Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores tem na proposta de Plano para 1999 um investimento sem paralelo. Aliás, a actualização da sua orgânica (em curso) a melhoria da organização interna e a sua actuação externa correspondem ao planeamento estratégico de Protecção Civil para os Açores que o VII Governo Regional considera primordial dentro e fora dos períodos de catástrofe.

Este planeamento estratégico assenta no pressuposto de que se é defensável que a oração é primeiro recurso e que o dinheiro e a tecnologia e os materiais são factores de segurança, são sobretudo as pessoas que fazem a força das muralhas protectoras das nossas cidades, vilas e freguesias.

Na verdade, sem recursos humanos, sem o seu empenhamento consciente e organizado não há defesa credível contra as catástrofes.

É por isso que nestes 2 anos o SRPCBA desenvolveu junto de autoridades locais, comunicação social e associações civis mais de uma vintena de acções de formação com o sentido de construir uma verdadeira cultura de protecção civil nos Açores.

Nestes 2 anos já concluímos os quartéis dos Ginetes e das Lajes do Pico, iniciamos a empreitada do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada, adquirimos 52 equipamentos rádio para as viaturas dos Corpos de Bombeiros, aumentamos o numero de tripulantes de ambulâncias, iniciamos a construção do campo de treinos na ilha Terceira e adquirimos uma nova rede de telecomunicações de emergência que começa a ser montada em 1999.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mais do que os 100% de investimento na proposta para 1999 no SRPCBA em relação a 1998, hoje, a confiança no SRPCBA é uma realidade.

Ha que continuar a sensibilizar os municípios açorianos para a operacionalização dos Serviços Municipais de Protecção Civil até que todos tenham os seus planos Municipais de emergência concluídos e permanentemente testados. Os progressos

nesta matéria já se fazem sentir sobretudo nas autarquias da Graciosa, Santa Maria, São Miguel e Faial.

A Protecção Civil nos Açores passa, portanto, pela consciencialização das pessoas para a necessidade de defesa e possibilidade de serem mobilizadas.

A defesa colectiva nos Açores mais urna vez se expressa na solidariedade activa sob a forma de dádiva à comunidade com produção de sentimentos de auto realização e satisfação do dever cumprido, desideratos, também conseguidos pelas corporações de Bombeiros do Açores e por muitos cidadãos anónimos.

O Governo considera, assim, uma prioridade a segurança colectiva entendendo que todos são agentes e beneficiários de uma Protecção Civil com recursos técnicos e sobretudo com formação adequada à exigências de uma cultura de segurança compatível com o nosso meio e com o nosso tempo.

Senhor Presidente Senhoras e Senhores Deputados Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo:

Em matéria de acessibilidades contrapomos obras feitas, algumas críticas por vezes e alguns sorrisos lavares de quem, por vezes, não entende os resultados finais.

No Corvo:

- a reparação da pista do aeródromo daquela ilha;
- a Escola Mouzinho da Silveira;
- uma primeira reparação na ER do Caldeirão que voltou a ser afectada.

Nas Flores:

- as obras de arte e vias municipais em Ponta Delgada, cuja empreitada se começou em 97 e vai ser concluída nos primeiros meses de 99, relativo a estragos de 95;
- as pontes da Ribeira Grande, do Ferreiro, da Ribeira do Cascalho e da Ribeira da Cruz que foram afectadas em 1995, são hoje uma realidade que corresponde ao términos da obra em pouco tempo.

No Faial:

- a reabilitação de 22 km de estradas regionais que voltaram a sofrer estragos com o sismo;
- o planeamento do Porto da Horta quase na totalidade, cuja conclusão está prevista para finais de 99;

- a reparação do Pavilhão Gimnodesportivo da Horta;
- a conclusão do projecto à Variante da Horta;
- e, naturalmente, também já no âmbito do sismo, o início da obra da Ponte dos Espalhafatos e o lançamento a concurso da ponte do Salão.

No Pico:

- para além da Escola Secundária, concluíu-se os pavimentos das redes eléctricas e fez-se até hoje 23 km nas estradas regionais e já se adjudicaram mais 15 km que se iniciarão após a aprovação deste Plano e Orçamento. De 92 a 96 não se tinha feito nada.

Em S. Jorge:

- a 1.ª fase de pavimentação nas estradas regionais, está concluída. O resto transitará para 1999;
- a Rua Miguel Bombarda, um compromisso assumido pelo anterior Governo em relação à Câmara Municipal das Velas;
- a rede de serviços eléctricos do Porto das Velas.

Na Graciosa:

- a pavimentação do troço da Estrada Regional mo lugar do Santo e Arrabalde;
- a pavimentação do troço da Avenida Mouzinho de Albuquerque.

Na Terceira:

- a definição do "layout" do Porto da Praia da Vitória;
- a conclusão da Rotunda da Carnaçor:
- em 1998 foi lançado o 4.º troço na fase que corresponde ao andamento da obra em vigor nesta altura;
- foi também pedido a feitura do projecto para a via A;
- está em curso a construção do Pavilhão de Judo e Sala de Musculação de Angra.

A estrada Regional das Lajes já foi por demais debatida para voltarmos a introduzir este tema aqui. De qualquer modo está também em concurso o pontão dos Altares, a estrada do Rego e o ramal do porto das Doze Ribeiras.

Em Santa Maria:

- a reposição dos pavimentos e colocação de sinalização vertical e horizontal;

- a implantação do parque de estacionamento de S. Lourenço, cujo projecto está concluído e o processo está em situação de expropriação de utilidade pública.

Em S. Miguel:

- a conclusão dadas estradas Relva/Vigia das Feteiras, Fajã de Cima/Charco da Madeira, Relva/Serra Devassa;
- em curso obras importantes como Ginetes/via das Feteiras e a estrada da Relva/Ramalho que está também praticamente concluída.
- está já aberto um troço da 2.ª Circular e de Ponta Delgada/Capelas.
- a drenagem dos Arrifes, obra também importante em S. Miguel, que vem regularizar um problema grave para a cidade de Ponta Delgada, que são as inundações frequentes da zona de Santa Clara.

Sem querer ser exaustivo nesta matéria, gostaria de dizer que nós continuamos apostados em melhorar as acessibilidades principalmente das ilhas que ainda têm as piores redes viárias regionais.

Deste modo, estamos a dar grande importância aos projectos que lançamos no sentido de se garantirem que estejam regularizados todos os problemas terrenos (aquisições e pagamentos) e na própria análise dos projectos continuamos a aumentar o rigor e a exigência. Um mau projecto implica atrasos e gastos desnecessários. Esta problemática tem sido cuidadosamente analisada em conjunto com o faseamento de Obras Públicas que estamos a conseguir.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo;

A revolução na rede viária nos Açores significa rectificar projectos com falhas e lançar novos projectos com base nos recursos disponíveis e na optimização da sua gestão.

Mas, significa também associar às empreitadas critérios de qualidade o que tem sido paulatinamente conseguido pela presença e exigência do Laboratório Regional de Engenharia Civil.

Para nós o betão é importante se serve as pessoas com qualidade, segurança e durabilidade. A fase de infra-estruturas nos Açores não estará nunca acabada porque a partir de agora é preciso garantir uma correcta manutenção pelo que já levamos

estas preocupações à Agenda 2000. Caso contrario, correríamos o risco de ter que refazer tudo sem termos garantido o necessário financiamento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo;

O Plano Rodoviário Regional que esta em curso, já nos indiciou os troços de estrada em que teremos de invés ir rapidamente e é esta justa medida que

trazemos as propostas contidas no Plano para 1999 no programa 12. Deste modo, estamos a actuar nas estradas regionais balizados pela informação de novos materiais e técnicas adaptadas ao nosso clima e à solicitações de tráfego. Consideramos um dos nossos melhores cartões de visita pelo que trataremos sempre com cuidado de quem gosta da sua terra e entende dar bom nome aos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo;

Breves palavras para referir o sucesso do investimento da participação dos Açores na Expo'98. Com um dos menores orçamentos das participações que lá estavam, conseguimos levar os Açores mais longe e mais alto. Foi motivo de orgulho para todos os açorianos residentes e não residentes e para todos os que deixaram a sua impressão em livro próprio.

Mais, ficamos classificados nos 30 primeiros por uma comissão da Expo de Hanôver 2000, que já convidou a participação dos Açores para esse evento e nessa data. Ainda bem para todos aqueles que sempre acreditaram neste projecto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo desde a sua tomada de posse tem-se desdobrado em múltiplas frentes de calamidades a par da realização dos planos normais de investimento.

No caso da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, foram dois anos de grande intensidade de respostas que foi preciso dar e continua a ser, praticamente, com o mesmo pessoal.

Merece-nos uma referência especial o sismo de 9 de Julho para informar esta Câmara do que foi feito, do que está em curso e do que falta fazer.

A primeira fase de emergência é de todos conhecida e representa a resposta pronta e apropriada de todos quantos representam a Protecção Civil nos Açores.

Até hoje, em termos de realojamento provisório que tem grande qualidade, estão instalados 502 pré-fabricados num total de investimento que ronda 1,5 milhões de contos executados, o que corresponde a mais de 1800 pessoas realojadas.

Foram já removidos 60.000 m3 de escombros, trabalhos que contaram com 26 maquinas do Governo Regional, 8 dos militares e 7 das Câmaras Municipais. Tem estado envolvidas nestas operações de realojamento e remoção de escombros 9 operadores de São Miguel e 2 da Terceira, e 94 operários de empreiteiros que têm colaborado com o Governo Regional.

Aliás, a questão dos recursos humanos continua a ser vital e uma preocupação no planeamento da reconstrução.

É por isso que já contratualizamos com uma empresa um corpo técnico que nos da apoio com 3 engenheiros civis, 8 fiscais técnicos, e 5 medidores orçamentistas e 3 desenhadores. Já verificamos que é necessário aumentar esta equipa na fase da reconstrução de modo que o apoio técnico às empreitadas a lançar às pessoas sinistradas que por sua iniciativa queiram reconstruir e a fiscalização que é necessário fazer, tenha a sua expressão consentânea com um processo deste tipo.

Apesar disso, já há muito trabalho feito: 314 vistorias, levantamentos e medidas de pequenas reparações, 141 propostas de portarias de apoio, tendo sido já despachadas 55 em montantes que já ultrapassam os 40 mil contos.

Tanto no Faial como no Pico as equipas técnicas já tiveram reuniões de coordenação para aplicação do relatório do LNEC/LREC - Regras Gerais de Reabilitação e reconstrução de Edifícios Correntes Afectados pela crise sísmica do Faial, Pico e São Jorge - o que representa a linha estratégica de aliar ao processo de reconstrução em todas as suas fases a garantia de segurança.

Por outro lado, está pronto o cartão do Sinistrado e o CPR melhorou o atendimento das pessoas com o aumento de pessoal e a privacidade do atendimento por alterações efectuadas nas Delegações da SRHE e no horário

no horário de atendimento que já alguns meses funciona ao Sábado da parte da manhã no Faial.

Já se adjudicou, após análise das diversas propostas de reabilitação a um gabinete que promovera este tipo de apoio estando em curso a feitura dos projectos tipo que já se prevê estarem concluídos até ao final do primeiro mês de 1999.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo;

Está concluído o processo para lançamento do concurso de empreitada para reconstrução de 10 moradias em São Jorge no valor de 30 mil contos e já se acordou a compra de um imóvel à Câmara Municipal das Velas para o realojamento definitivo de outra família.

No domínio das obras públicas a ponte dos Espalhafatos já se iniciou e a do Salão (com o projecto concluído) e dos muros de suporte em São Jorge e Pico serão lançados a concurso brevemente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Governo tem plena consciência do que já esta feito, do que esta em curso e do que ha para fazer e também das rectificações e das falhas que um processo complexo de reconstrução sempre apresenta.

As verbas para 1999 propostas para a reconstrução a cargo da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos são significativas e exigem que a esta fase de planeamento se siga uma execução célere. Temos um planeamento que indica grandes, média e pequenas empreitadas pelo que virão empresa dimensionadas para os problemas que ha para resolver. Tal como na Terceira nada ficara como dantes, também sabemos que aprender com a experiência é não cometer os mesmos erros.

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS): Muito bem!*

O Orador: A aplicação correcta do edifício legal já publicado constitui uma obrigação do Governo que cumpriremos com o permanente espírito de acertar e com a paciência e solidez da autoridade do trabalho.

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS): Muito bem!*

O Orador: Estendemos a reconstrução com uma tarefa colectiva onde todos têm de arregaçar as mangas para que o resultado seja um parque habitacional que garanta segurança e qualidade para as famílias sinistradas.

Por tudo isto, a proposta de investimento sob a tutela da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos é séria, realista e obedece ao cumprimento do programa do Governo, isto é às aspirações e interesses sufragados pelos açorianos.
Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.
Deputado Manuel Azevedo *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:
Muito rapidamente, porque o tempo urge.
Mas, de qualquer maneira penso que temos, de facto, que reconhecer aqui, como evidência ao Sr. Secretário, que as calamidades invadiram este Governo durante estes dois anos e invadiram também os açorianos.
É preciso trabalho, como disse, muito trabalho para erradicar os nefastos efeitos dessas mesmas calamidades.
Sr. Secretário, eu vou falar do sismo e do Pico.
Já não nos bastava que a reconstrução não tivesse começado. Já não nos bastava que houvesse ainda gente com necessidade absoluta de ser realojada, porque vive sem o mínimo de condições de segurança e salubridade e o Inverno aperta.
Agora que a reconstrução parece começar a dar os primeiro passos, passos vacilantes, diga-se, com algumas vistorias a algumas casas sinistradas, veja-se o que acontece:
Primeiras vistorias feitas numa freguesia do Pico: 6 vistorias e duas delas, pelo menos, foram feitas em casas desabitadas há muito e há muitas casas sinistradas nessa freguesia.
Agora, e esta foi uma informação de hoje, fazem-se vistorias em casas sinistradas em que os sinistrados não se inscreveram, nem nas assistentes sociais inicialmente nem nas juntas de freguesia, tal qual foi ordenado pelo Governo. Foram fazer os pedidos lá à reconstrução, ao Sr. Delegado, passando por cima das outras entidades e as vistorias nessas casas já foram feitas. Afinal como é que é isto?
Deputado José Maria Bairos *(PSD):* É o cartão de "sinistrado"!

O Orador: Quem é que se entende no meio disto?! Começa mal a reconstrução também com estas pequenas vistorias.

Muito obrigado.

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Era simplesmente para um esclarecimento.

O Sr. Secretário continuamente fala no rigor, na transparência, na legalidade, queria que me explicasse qual a legislação de suporte para que no Plano de 1999, no projecto 12.2 - Reabilitação de Estradas Regionais, está a reabilitação duma estrada municipal em Santa Maria. Era só isto que gostava que o Sr. me esclarecesse.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos *(José Contente):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como devem ter percebido, talvez um pouco espantados, ao contrário das minhas intervenções, eu entendo este problema do sismo e das calamidades em geral com uma preocupação que, até certo ponto, tem que ser desprovida de questões político-partidárias e a intervenção do Sr. Deputados Manuel Azevedo não me pareceu nesse sentido. Mas, de qualquer maneira, deixe-me dizer uma coisa.

Em relação ao Pico nós temos uma situação diferente do Faial. O Pico não tem, por exemplo, de acordo com as avaliações técnicas, pequenas reparações. Tem sim situações de reabilitação de parque, ou seja, de acordo com o diploma que foi aprovado aqui, que ultrapassam os 3 mil contos e tem, naturalmente, também situações de aquisição ou de novas edificações.

De qualquer modo, há também um corpo técnico que já foi destinado ao Pico, aliás, esta semana foram para lá 9 fiscais técnicos e esta matéria está sendo feita com o cuidado devido, ou seja, com o cuidado devido aos estudos do Laboratório Regional e as nossas intervenções são pautadas por isso.

Nós temos uma estratégia diferente do sismo de 80. Não estejam sempre a comparar a estratégia do sismo de 80. Nós não demos materiais a ninguém,...

Deputado Manuel Azevedo *(PSD):* Mas deviam ter dado!

O Orador: ...nem vamos dar e sabem porquê? Nós não vamos dar materiais e vou-vos dizer porque é, já que entraram por aí:

Isto foi publicado pelos Srs. e a distribuição dos materiais de construção na Terceira deu pura e simplesmente coisas deste género: neste capítulo houve lamentáveis depotismos e disparidade de critérios. Nalgumas freguesias surgiu uma tendência para favorecer clientelas partidárias ou para beneficiar algumas delas em relação a outras.

A este respeito pode ler-se um texto muito ilustrativo num registo do Jornal "A União" de 1 de Abril do tristemente.....???:

"Duas casas vizinhas com o mesmo tamanho e tipo de estragos: a uma dá 40 sacos de cimento ou 20 e a outra 10 ou 8.

Numa zona da ilha foram dados, de entrada, 100, 200, 300, 600 sacos para a reparação de certas casas e noutras zonas a conta gotas".

E mais adiante diz:

"Pátios, passeios, muros, casas de banho que não existiam, currais de porcos, etc, etc, a uns e a outros nada".

Portanto, é esta a política que nós não quisemos. Foi por isso que nós dissemos que aprendemos com os erros dos Srs. Nós temos um planeamento e estratégia diferente.

Portanto, os Srs. não nos dão lições nessa matéria. Quando os Srs. vêm para aqui falar em transparência, e o Sr. Deputado José Maria Bairos acabou de dizer uma coisa que parece que não entende, não sabe que há protocolos do Governo Regional com as Câmaras Municipais e que neste caso estão aqui inscritas no Plano. Não sabe que há contratos ARAAL.

Portanto, em relação a essa matéria estamos conversados também.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro

Deputado José Manuel Bolieiro *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional da Habitação fala que neste Plano e no conjunto da legislatura o Governo tem um plano de investimento na habitação superior, eventualmente, aos 10 milhões de contos. Um grande investimento que, com certeza, tem sustentação num projecto e em dados da realidade do parque habitacional da Região Autónoma dos Açores. Posto isto, pretendia que me esclarecesse sobre qual é, neste momento, o números de fogos sem condições de habitabilidade e, portanto, necessitados de recuperação e qual é o plano de erradicação que este Governo tem desta habitação degradada. Uma informação estatística que gostaria de obter.

Como é sabido, em determinada altura, este Governo duma forma arbitrária e unilateral resolveu cancelar os apoios no âmbito de SAFIN a alguns agregados familiares. Entretanto, exactamente porque a medida foi arbitrária e sem suporte legal, foram feitas reclamações ao Sr. Provedor de Justiça que deu razão aos reclamantes. Gostaria de saber se as pessoas que, de forma unilateral e arbitrária, ficaram sem esse apoio, que legalmente estava previsto, já estão outra vez a beneficiar deste mesmo apoio?

Era só.

Presidente: Para pedidos de esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu percebi um reconhecimento, embora tímido, do Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos acerca das coisas que têm corrido mal na reconstrução.

Gostaria que o Sr. Secretário, no interior das paredes dos gabinetes, pudesse fazer alguma sensibilização com os seus colaboradores para que não assistissemos àquilo que temos vindo a assistir que é, quando alguém diz que as coisas não estão a correr bem, quando alguém serve de altifalante às criticas que o povo todos os dias nos diz na rua, vem o CPR dizer que estamos a politizar e que eles estão a trabalhar, que enquanto uns gostam de trabalhar os outros gostam de falar. Isto é chantagem emocional num período delicado para as populações. É isto que o CPR tem feito.

Isto não pode continuar a acontecer, até porque, para além desse reconhecimento tímido e que talvez já tenha alguma coisa a ver com isso, eu aconselho o Sr. Secretário também a ler o Relatório da Comissão de Acompanhamento como leu agora esse relatório da Terceira. Aí vai ver de novo quem é que tem razão e quando esse relatório for tornado público vai-se ver quem é que fala verdade.

Se pode ter acontecido situações de politização, de certeza que também aconteceram situações de chantagem emocional por parte dos órgãos do Governo relativamente às críticas justas que estavam a ser feitas em relação à reconstrução que não acontecia e em relação às inverdades que o Governo dizia em relação aos realojamentos. Esta é uma nota que o Sr. tem que tomar.

Uma outra também, e para que também fique de registo para o futuro, é que se aconteceram erros na Terceira, cá estaremos nós, daqui a algum tempo, para vermos se não vai haver erros e usurpações nestas ilhas do Triângulo.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos *(José Contente):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Nós não temos o condão como alguém do vosso partido, que já foi Primeiro-Ministro, até dizia que nunca se enganava e nunca tinha dúvidas. Portanto, essa matéria está na vossa história e não na nossa.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: A nossa preocupação é, como eu disse há pouco, acertar o máximo possível e também estamos aqui para assumir as rectificações que é preciso fazer. Agora, isto não tem nada a ver com outras coisas que disse para aí.

Quando o Sr. vem falar que o Governo anda a fazer chantagem eu não sei de que é que está falando.

Deputado João Cunha *(PSD):* Ah, pois não!

O Orador: A única situação que eu conheço desse tipo, é de pessoas que não tinham nada a ver com acampamentos que passaram lá a, digamos assim, como me disseram,

meter agulhas enferrujadas, mas essa matéria para nós também passa muito ao lado, porque nós temos muito que fazer, quer ao nível dos realojamentos quer ao nível deste processo de reconstrução.

De qualquer modo, queria explicar ao Sr. Deputado que falou no SAFIN e que me falou também em relação aos números disponíveis sobre a habitação. Os números que temos disponíveis nos Açores são de 63 mil fogos, de acordo com os últimos dados estatísticos, mas esse número está naturalmente alterado, porque essa estatística é dos censos de 91. O que nós estimamos é que há, neste momento, nos Açores cerca de 80 mil fogos.

Também quando chegámos ao Governo sabíamos, aliás, já dissemos isso aqui, que havia uma percentagem elevada da ordem do 20 mil fogos que ainda não teriam as condições necessárias e suficientes para aquilo que nós consideramos habitação condigna.

Mas isto significa que o esforço de erradicação de situações de pobreza nos Açores, naturalmente não se consegue em 4 anos, mas tem que ser acelerado e é por isso que nós concretizámos os protocolos com o INH e com as Câmaras Municipais que já estão nas ordem dos 621 fogos e temos também a intenção, se o INH também aceder às candidaturas, de realizar mais 8 novos protocolos para o ano de 1999, o que dará a possibilidade de mais novecentos fogos. É um grande esforço do Governo e é também um esforço que está inscrito neste Plano e Orçamento.

Nós não temos a veleidade de pensarmos que numa legislatura podíamos resolver 20 mil casos, que são aqueles que em 1996 nós tínhamos contabilizados de má habitabilidade nos Açores, mas nós estamos a fazer, seguramente, um esforço muito maior do aquele que foi feito em muitos anos. Basta dizer que em 20 anos se fizeram 3.000 lotes na Região Autónoma dos Açores e nós em 2 anos já disponibilizámos 550 lotes. É esse o nosso esforço.

Em relação ao SAFIN, nós revogámos o SAFIN e trouxemos aqui a esta Casa essa revogação - e os Srs. abstiveram-se, como se devem lembrar - com o entendimento claro de que já não fazia sentido, para os cofres da Região, esse tipo de apoio.

O SAFIN foi instituído nas dificuldades que a Região teve com a Caixa Geral de Depósitos nos anos de 1989 e 90.

E, a partir da bonificação paga integralmente pelo Orçamento de Estado, conseguida por este Governo, com um total de 177 mil contos no primeiro ano e no segundo ano com a comparticipação total, nós conseguimos que os açorianos tivessem as mesmas condições ao nível do crédito bonificado de todo o País. Foi este Governo que o conseguiu.

Portanto, em relação ao SAFIN nós entendemos que era uma duplicação da apoios estar a bonificar juros e a incrementar um programa que tinha aparecido com o sentido de reparar a injustiça nacional dos governos do PSD de discriminar a Região Autónoma dos Açores com esse crédito bonificado.

Por outro lado, deixe-me que lhe diga outra coisa em relação ao SAFIN. O SAFIN criou algumas situações de facilidade para algumas pessoas, mas criou muitas injustiças e a lei que existe do SAFIN está integralmente a ser cumprida.

A revogação foi feita para os casos que deveriam ser revogados, porque o SAFIN começou a ter a revisão dos processos anualmente, o que nunca tinha acontecido, como o Decreto Legislativo Regional 14/95 manda e há pessoas que, naturalmente, face ao aumento de rendimentos, têm que sair do sistema ou tem que lhes ser reduzida a percentagem da comparticipação do SAFIN. É isso que está a ser feito e por isso é que há revisões de processos.

Também lhe posso dizer outra coisa: o SAFIN apareceu também para resolver os problemas de pessoas que tinham dívidas à Caixa Geral de Depósitos e no caso de Rabo de Peixe, que é um caso complicadíssimo, em 1989 foi prometido que o seu problema seria resolvido dessa maneira. Passou 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95 e 96 e as pessoas ficaram cheias de dívidas, sem casas e também com a penhora da Caixa Geral de Depósitos. Foi este Governo que tem a grata satisfação de dizer aqui a esta Câmara que já resolveu esse problema e essas pessoas têm agora as suas casas e o seu problema resolvido.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo. Sr. Secretário Regional:

O Sr. afinal não me respondeu àquilo que lhe perguntei.

Eu sei o que é contratos ARAAL. Agora, o que eu queria saber era quantos contratos desta natureza foram efectuados na Região até ao momento, com Câmaras Municipais para recuperação de estradas, e em que artigo do Decreto Legislativo Regional n.º 6/95/A - Regime de Cooperação Técnica e Financeira entre a Administração Regional e ao Administração Local, se baseia para estar aqui esta cooperação? É esta a resposta que eu quero.

Deputado João Cunha *(PSD): Muito bem!*

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado António Meneses.

Deputado António Meneses *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em pretendia, em relação à Protecção Civil, dois pequenos esclarecimentos.

Registamos o aumento substancial das verbas para o Serviço Regional de Protecção Civil e concordamos com a afirmação do Sr. Secretário de que nesta área mais vale prevenir do que remediar e há que ter um cuidado especial na prevenção.

No entanto, parece-nos que há aqui uma lacuna importante para quem quer fazer um grande investimento nesta área em termos de prevenção e que é a questão da prevenção na consolidação das zonas mais velhas dos nossos centros populacionais, porque se na construção de bairros novos, de zonas novas as soluções e as garantias sísmicas estão com certeza consideradas, temos centros urbanos com zonas antiquadas, e estou aqui a lembrar-me particularmente de centro de Ponta Delgada, que a própria malha dos arruamentos é de tal forma que era importante que fosse considerado e iniciado um programa que visasse a consolidação, se não na situação ideal, mas pelo menos uma consolidação em termos de prevenção para qualquer eventual risco e não vejo, efectivamente, num programa ambicioso uma questão que me parecia fundamental.

Em segundo lugar, no documento que nos é aqui distribuído, em relação ao Plano para 1999, vejo no Programa 24.3 - Execução do Protocolo com a Universidade dos Açores, uma descrição que, efectivamente, não consigo entender.

Não vejo aqui prevista as cartas de risco sísmico-vulcânico das ilhas. Não sei se já se deixou de avançar com esse programa ou se já não tem utilidade. Não sei também se o sistema de fiscalização sísmico-vulcânico das Furnas está aqui considerado, mas vejo aqui na descrição o seguinte: "Esta acção era da responsabilidade do Serviço Regional de Protecção Civil dos Açores. Passou para o gabinete da Presidência do Governo, mas devia regressar ao Serviço Regional de Protecção Civil para que o apoio possa ser prestado no regime duodecimal."

Pedia ao Sr. Secretário que me descodificasse isto, porque eu não consigo perceber.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos *(José Contente):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Em relação ao Sr. Deputado José Maria Bairos, basta ler a alínea c) do artigo 4.º do diploma dos contratos de cooperação financeira com as autarquias. Senão retire o decreto como proposta do seu Grupo Parlamentar.

Deputado José Maria Bairos *(PSD):* O Sr. é um chantagista!

O Orador: Gostaria de dizer também, agora mais seriamente, ao Sr. Deputado António Meneses que, de facto, a nossa preocupação em termos de prevenção, relativamente à cidade de Ponta Delgada é grande e é por isso que nós, no âmbito das Comissões Locais de Protecção Civil onde está representada a Câmara Municipal de Ponta Delgada, que tem essa grande responsabilidade, já fizemos sentir isso.

Em relação a esta questão nós, em primeiro lugar, oferecemos o Laboratório Regional de Engenharia Civil para poder ver a segurança estrutural dos edifícios, mas parece-me ser no âmbito dessa comissão local que se pode avançar, até porque a Câmara detém competências na área das estruturas camarárias que pode, de algum modo, permitir uma primeira abordagem a essa situação.

De qualquer modo, penso que é um assunto fundamental e que, naturalmente, aquilo que depender do Governo Regional, nomeadamente em termos de apoio técnico, nós já o disponibilizámos.

Em relação ao outro problema que me põe, de facto, há um protocolo que foi estabelecido com a Universidade dos Açores no âmbito do apoio técnico do SIVISA e esse protocolo era feito anualmente em termos de pagamentos e como se trata duma matéria de cooperação científica, entendeu-se por bem que haviam verbas da parte da ciência e tecnologia que tinham perfeito cabimento, face às competências dessa área.

O que se diz neste Plano é que, por dificuldades financeiras da Universidade dos Açores e pelo facto do Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores ter autonomia administrativa e financeira, é mais fácil para a Universidade, de acordo com a solicitação da própria Universidade, os pagamentos serem feitos menos espaçadamente, ou seja, trimestralmente. Daí a ideia de estar vertido aí no Plano essa questão duodecimal. É simplesmente por isso, porque a verba está consignada sob o ponto de vista da mesma acção, ou seja, - Protocolo Científico-Técnico para Cooperação com o Serviço Regional de Protecção Civil.

Foi cabimentado o ano passado em termos das acções de tecnologia e ciência, porque tem perfeito cabimento e porque é mesmo um acção técnico e científica, mas sob o ponto de vista da Universidade dos Açores, trazia-lhe grandes dificuldades em termos de tesouraria só receberem o dinheiro no final do ano. Como o Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores tem autonomia administrativa e financeira, pode mais facilmente ter pagamentos mais rápidos.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, pareceu-me que aproveitou as questões, que eram simples, para procurar fazer alguma propaganda da acção do Governo nessa matéria, sem demonstração de factos.

Respondeu a uma questão que fica registado: 20 mil fogos sem condições de habitabilidade no parque habitacional da Região Autónoma dos Açores. Única questão respondida.

Curiosamente para quem pretende ter um plano de erradicação dessa falta de condições de habitabilidade investe no Orçamento para 99 apenas 480 mil contos a

que corresponde 15% do total do investimento previsto que é de 3.158.800 contos, estamos conversados. Não tem verdadeiramente uma aposta nessa matéria. Estamos a falar de 20 mil fogos, como diz o Sr., num contexto de 80 mil fogos em toda a Região Autónoma dos Açores.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos *(José Contente):* É uma estimativa!

O Orador: Portanto, há aí uma deficiência que tem que ser assumida pelo Sr. e por este Governo, tem que ser declarada, sim ou não a uma opção de erradicação da habitação degradada nos Açores e sem condições de habitabilidade, dando apoios, porque por meios próprios não o consegue fazer e importa dar dignidade àquilo que é essencial na vida dum agregado familiar, a sua casa, a sua habitação, o seu lar.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Isso é a fundamentação do diploma!

O Orador: Relativamente ao SAFIN.

Sr. Secretário, a minha pergunta foi tão simples quanto isto:

Então, face àquilo que foi declarado pelo Sr. Provedor de Justiça de ilegalidade no cancelamento de apoios ao abrigo do SAFIN, já entregues a diversos agregados familiares, que atitude tomou o Governo? Passou a pagar, cumprindo a indicação do Sr. Provedor de Justiça? É esta simples informação que eu pretendo.

E, se cumpriu está a reconhecer que havia uma situação de ilegalidade e de unilateral e arbitrária visão, porque relativamente às alterações das circunstâncias do agregado familiar que foi beneficiar do apoio do SAFIN, tinha de ter havido uma inspecção. Este Governo fez inspecção à situação dos agregados familiares e da sua habitação para depois tomar a decisão de cancelar. Eu, por exemplo, tenho informações de alguns que foram cancelados e não houve qualquer inspecção, não houve qualquer comunicação de alteração da situação. Apenas uma informação a dizer: está cancelado o seu apoio.

Isto é ou não é arbitrário? Houve ou não houve por parte do Governo o acatamento da indicação do Sr. Provedor de Justiça?

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Fiquei triste, de facto, com a sua resposta, porque tentou fazer aqui alguma chantagem sobre uma questão que eu lhe pus sobre a legalidade deste apoio no valor de 80 mil contos. Perguntei-lhe quantas autarquias desta Região tinham sido abrangidas por esse sistema.

Foram, de facto, integradas na legislação e o Sr. indicou a alínea c) que fala, de facto, na rede viária municipal, mas o n.º 2 diz que só se pode apoiar obras candidatas ao PEDRAA. Esta obra não é candidata ao PEDRAA, nem pode fazer com participação directa. Só pode fazer com a participação indirecta e no valor de 15% do empréstimo realizado pela autarquia.

Deputado João Cunha *(PSD):* Aprenda!

O Orador: O que eu quis demonstrar aqui não foi o problema de se fazer a estrada em Santa Maria, foi que o Sr. criou uma legislação para as Câmaras do Partido Socialista.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Essa legislação é vossa!

O Orador: O que eu quis denunciar aqui foi a discriminação dos Srs. e o que eu quis provar aqui foi que, de facto, o seu constante discurso de rigor, transparência e legalidade não passa duma treta,...

Deputado João Cunha *(PSD): Muito bem!*

O Orador: ...porque nestes casos não tem a mínima defesa.

O que há aqui é um tratamento diferenciado a uma autarquia, porque nesta legislação que está aqui não tem enquadramento os 80 mil contos que é cooperação financeira directa e que se era indirecta e se era através de contrato ARAAL devia estar na Secretaria das Finanças que é que tem o capítulo desta área, que é a cooperação técnica e financeira com os municípios ou com as autarquias locais.

Deputado João Cunha *(PSD):* Aprenda!

O Orador: Portanto, não é candidata nem pode fazer, porque não há nenhum enquadramento aqui que possa dar um subsídio directo de 80 mil contos para a recuperação duma estrada municipal.

Fê-lo, porque em 1997 entrou na euforia das eleições autárquicas na ilha de Santa Maria e fez um discurso altamente empolado comprometendo-se a apoiar a

recuperação desta estrada, só que tem que ser dentro da legislação, para manter o seu discurso, se quiser, de facto, rigoroso, transparente e trabalhar dentro da legalidade.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Isto é o cúmulo!

O Orador: Enquanto não demonstrar isto e se não o demonstrar hoje, irei pôr esta questão à pessoa vai ainda fazer uma intervenção hoje e que tem esta área à sua responsabilidade, para ver neste Decreto Legislativo Regional onde é que enquadra este apoio.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* O Governo já leva porrada por fazer investimentos em Santa Maria!

O Orador: Não é isso Sr. Deputado, o que está aqui é discriminação pura.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Positiva!

O Orador: Se me der mais dois exemplos ou um exemplo nesta Região dum apoio desta natureza com outra autarquia, a gente não fala mais no assunto.

Deputado João Cunha *(PSD):Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos *(José Contente):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu não vou perder, naturalmente, muito tempo com essa questão, mas vou-lhe dizer o seguinte:

Em 1996, ou até um pouco antes, a antiga Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas fez exactamente a mesma coisa com a Câmara de Angra. Aliás, nós temos que pagar isso agora, porque na altura não havia dinheiro. O que nós estamos a fazer é a orçamentar dinheiro para isso. O Alto das Covas foi feito ao abrigo disso. Portanto, nós não estamos aqui a falar de coisas que não se conheçam.

Por outro lado, a nossa preocupação é naturalmente não ser um sintoma...

Deputado Mark Marques *(PSD):* Guarde a receita para esse lado!

O Orador: ...e o Sr. todas as vezes que fala para esta Câmara em situações que têm a ver com coisas que o Governo Regional quer fazer, fá-lo de uma maneira azeda. Deixe-se desses sintomas, porque a nossa preocupação em relação às Câmaras Municipais não se resolvem com "laranjas" ou não "laranjas".

Portanto, é nossa preocupação com as Câmaras Municipais, e temos provado isso, tanto temos provado isso, e para responder já ao Sr. Deputado, em relação ao SAFIN deixe-me que lhe diga uma coisa: o SAFIN foi aqui nesta Câmara aprovado com a vossa abstenção e o Sr. Provedor de Justiça não tem, naturalmente, que ter sempre razão. Nós já respondemos ao Sr. Provedor de Justiça e deixe ver o resultado. Aliás, a Assembleia Legislativa Regional nessa matéria deve-se sentir tanto como o Governo Regional, porque esse decreto foi aprovado com a vossa abstenção.

Nós não estamos preocupados com essa matéria, mas com outra coisa mais grave que era reparar as injustiças do SAFIN por aquilo que eu já provei antes e, naturalmente, nós fizemos uma coisa que os Srs. nunca fizeram em relação ao SAFIN, que foi rever a situação sócio-económica das famílias.

Não fizeram isso e não fizeram mais, e já agora gosto de avivar a memória das pessoas:

Deputado Mark Marques *(PSD):* Não seja azedo!

O Orador: O relatório da Conta simples do Tribunal de Contas diz num dos anos, que nem interessa, uma coisa tão simples, em relação à habitação: "Regra geral não existe nos processo declarações comprovativas dos rendimentos auferidos pelos candidatos aos apoios". Então como é que os Srs. davam os apoios? Era pelos critérios das Câmaras? Não sei!

Muito obrigado.

Deputado João Cunha *(PSD):* É da mesma forma que o Sr. ia dar 2 ou 3 mil contos!

Deputado José Maria Bairos *(PSD):* Os telhados de vidro estão começando a partir!

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Era uma vez um Governo Socialista que afirmava ir resolver todos os problemas que dizia adiados.

Era um Governo que em 97 se escusava nas razões da transição.

É um Governo que este ano teve o Plano que quis.

É um Governo que começa a ter história também.

Vai ser um Governo que terá, de novo, o seu Plano, sem razões de desculpa para a Governação.

Vai ser um Governo com documentos de estabilidade política.

A este compete à acção Governativa.

À oposição compete a credibilidade da critica e da alternativa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Esteve para ser em 97, depois em 98 e, agora, esperamos que aconteça em 1999.

Refiro-me ao Parque de Retém de Gado.

Já várias vezes aqui o reclamei sem que fosse ouvido e vou continuar a fazê-lo até que o seja.

Esta estrutura é crucial para a salvaguarda do bom nome da nossa produção e para a segurança de quem, todos os anos, tem de exportar animais vivos.

Infelizmente não é com as verbas previstas nos Planos que a curto prazo as obras em terra no Porto Comercial vão ser concluídas.

Paralelamente, continua-se sem ter feedback acerca das reivindicações sobre o abastecimento de água à lavoura, tarefa da competência da tutela da Agricultura e que tem vindo a sobrecarregar a rede pública autárquica, com custos acrescidos para lavradores.

Quanto ao Matadouro, as verbas previstas nos Planos são incompatíveis com a criação de condições de certificação no ano de 1999.

A aprovação do projecto da PICOLAZE e o inicio da construção da Rede de Recolha pela Lacto-Pico saúdam-se, bem como as verbas previstas, que parecem indicar capacidade para o andamento das obras.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Nem dois anos, nem as verbas das calamidades fizeram com que este Governo avançasse com novas empreitadas de repavimentação de Estradas Regionais.

Pasme-se, agora, com um Governo que, não conseguindo executar mais de 500.000 contos previstos neste sector em 97 e 98 se propõe a executar em 99 cerca de um milhão.

Face à história recente e à morosidade burocrática dos processos de concurso, pena é que, provavelmente, no final de do ano que vem, a soma do não executado a este nível pelo Governo Socialista chegasse para quase toda a Estrada da Regional 1-2ª na Ilha do Pico.

Pena a dobrar porque para além da perspectiva da incapacidade de execução dessas verbas, elas poderiam viabilizar outras obras necessárias noutros sectores.

Em termos de acessibilidade voltamos à "vaca fria" dos portos. Com as verbas explicitadas, nem o reforço dos molhes da Madalena, Ribeiras e S. Roque, nem o ordenamento do espaço interior deste Porto.

Quanto ao Aeroporto, como previ nesta casa, é obvio que a população e as forças vivas do Pico rejeitam a decisão do Concelho do Governo e reivindicar, além do alargamento para 45 e prolongamento para 2.300 metros, a resolução do problema da estrada Cachorro - Barca, via privilegiada de ligação do Porto da Madalena ao Aeroporto.

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* Grande herança essa!

O Orador: O discurso vezes repetido pelo Secretário da Economia de que "o Pico merece" não corresponde à decisão minimalista adoptada para o Aeroporto nem aos atrasos relativamente aos Portos.

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Quem lhe disse isso?!

O Orador: Dito isto pergunta-se qual a verdadeira obra estruturante, da iniciativa política deste Governo, que foi iniciada nesta Ilha?

As únicas que se configuram neste desiderato são as casas de aprestos que, se são importantes para os pescadores de pesca tradicional, nada de novo trarão ao desenvolvimento do Pico.

De resto, dois anos passados, temos muitas palavras, muita demagogia e poucas decisões ou indicações claras nos Planos.

Com estes Planos os Picoenses não estão satisfeitos, e a prova real é que até elementos do Partido Socialista em elencos camarários votaram pareceres desfavoráveis.

Talvez estes não sejam tão crédulos quanto outros, pois, como disse, este Governo já começa a ter história e esta, no que toca ao Pico, não é muito feliz.

Bastará verificar que a execução em 97 se ficou por 71% enquanto que a média Regional é de 87,2% e uma análise prospectiva para 98 indicia uma execução média regional de 90% (segundo afirmações do Sr. Secretário das Finanças) enquanto que para o Pico ela não ultrapassará, certamente, os 75% a 80%.

Dito isto e conhecida a satisfação de elementos socialistas de outras ilhas na relação positiva das verbas orçamentais em comparação com o Pico, mesmo sem as rubricas das calamidades, que mais poderemos fazer senão aliarmo-nos às pessoas e entidades da Ilha na critica a estes Planos.

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e PP)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão *(PCP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional anunciou imediatamente antes da abertura deste debate uma descida no tarifário da SATA, que vigorará a partir de 1 de Janeiro próximo.

Tal descida no tarifário da SATA é uma obrigação que resulta imediata e directamente do facto das tarifas de e para o Continente terem a descida que vão ter, também a partir de Janeiro.

Depois de muitos anos de luta na Região pelo início de uma política de desagravamento do custo do transporte aéreo, luta essa que foi sempre contrariada pelo ex-Primeiro Ministro Prof. Cavaco Silva, o actual Governo da República iniciou esse processo de redução das tarifas.

Este processo está em curso ao mesmo tempo que, finalmente, foi incluída no Tratado da União Europeia uma norma que define um regime aplicável às regiões ultraperiféricas, regime esse que abre a possibilidade de haver medidas permanentes que permitam criar condições de aplicação do tratado.

É óbvio que entre essas medidas permanentes têm que ter destaque todas as que contribuam para a redução permanente do custo de transporte.

Quanto à redução das tarifas internas cabe dizer que o PCP/Açores concorda com os critérios e valores agora adoptados, achando porém que **progressivamente** deverá haver uma aproximação ao nível de redução que houve para o exterior.

Enquanto se lançam novas tarifas, a SATA está a sofrer uma restruturação profunda que, aparentemente, visa a sua expansão. O facto do Grupo SATA, através da SATA Internacional, ter ganho a concessão das linhas de Ponta Delgada, com ligação a Lisboa, Funchal e Porto, é em si mesmo positivo dentro dessa perspectiva de expansão.

Há porém um alerta que o PCP/Açores entende que deve fazer hoje e que se prende com a situação laboral dentro daquilo que é hoje designado por Grupo SATA. Para nós seria completamente inaceitável que o Governo apadrinhasse uma manobra de esvaziamento da SATA.- Air Açores, e de crescimento da SATA Internacional que teria como principal objectivo a desregulação das relações de trabalho.

Por outras palavras não seria aceitável para nós, nem para ninguém, que para reduzir os ordenados e regalias contratadas com o seu pessoal de terra e do ar, a SATA adoptasse como critério, a contratação de todo o novo pessoal através da SATA Internacional (empresa essa que resultou da alteração do Estatuto da Ocean Air, empresa comprada pela SATA no tempo do Dr. Costa Neves), para poder assim impor relações contratuais muito piores para os trabalhadores.

Cabe lembrar que há uma relação directa entre os vencimentos relativamente altos do pessoal das empresas de aviação e todas as complexas questões de segurança e qualificação que têm que ser exigidas.

Não podem ser os actuais e os futuros trabalhadores da SATA a pagar o preço de uma expansão, que para ser séria, útil e positiva para os Açores, tem que ser uma expansão que mantenha a SATA com altos padrões de qualidade e segurança.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Os problemas da agricultura e da pecuária são questões sempre fundamentais para o futuro da nossa economia.

Os problemas existentes, em geral , ao nível das infraestruturas agrícolas, sanidade animal, necessidades de apoio à modernização das explorações e formação profissional, imporiam à partida uma dotação global mais forte para este sector.

No caso concreto dos projectos de investimento no âmbito do Reg (CEE) 2328/91, tudo indica não haver meios suficientes no 2º QCA, em relação aos projectos existentes.

Há também que fazer uma breve nota sobre expectativas criadas e não cumpridas na Proposta do Plano, como por exemplo o apoio à construção da nova fabrica da Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial.

Para o PCP/Açores a agricultura e a pecuária não são, como hoje alguns defendem, **actividades que interessa continuar apenas por razões de ordem social.**

A agricultura e a pecuária são, sim, actividades produtivas essenciais para esta economia que se quer produtiva e não parasitária, e são actividades que correspondem plenamente às nossas potencialidades.

Pensamos que seria necessário um maior esforço imediato de investimento público neste sector, mas também pensamos que este Plano, por estar muito marcado, pelas calamidades, não poderá dar todas as respostas.

Entretanto é necessário que seja retida a mensagem da necessidade urgente de reforço do esforço de investimento e de apoio à modernização.

Gostaríamos de referir, em concreto, a questão polémica das medidas agro-ambientais.

Para o PCP/Açores uma economia agrícola como a nossa tem que saber encontrar o ponto de equilíbrio certo entre a produção que é necessária e a preservação ambiental que é essencial.

Nesta óptica não encaramos, nem aceitamos, que as medidas agro-ambientais sejam usadas, como forma de paulatinamente se reduzir a actividade agrícola e pecuária, mas pensamos que essas medidas devem ser usadas, sim, quando é necessário garantir o referido equilíbrio.

A título de exemplo referimos que devem ser discutidas e executadas as medidas agro-ambientais essenciais para que se possam proteger as lagoas atingidas pela eutrofização.

Discordamos, entretanto, em absoluto, que em certas áreas de algumas ilhas (casos das Flores e Pico, por exemplo) se siga uma política dita de protecção de vegetação endémica, inviabilizando assim vastas áreas produtivas de há muito utilizadas.

Apesar da legislação regional já produzida nesta área, subsistem interpretações e problemas que não são aceitáveis.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não nos é possível, com o tempo que dispomos, comentar ou sequer referir todos os sectores, mas queríamos, no que respeita à pesca deixar um breve comentário.

Todos sabemos que sempre existiram e existem problemas de relacionamento entre o poder regional e o poder central no que respeita à questão das pescas.

No actual quadro em que as pescas nacionais vivem e em que muito é feito para reduzir, no Continente, várias vertentes desta actividade económica, a Região tem que continuar o esforço de modernização e expansão controlada das pescas.

Não faz sentido que continue a ser vedada à Região Autónoma a possibilidade de fazer uma verdadeira e coerente gestão das pescas na ZEE dos Açores, nomeadamente no que respeita à concessão de licenças de pesca.

Concordamos que os aspectos essenciais da fiscalização devem estar a cargo das entidades que, a nível nacional, exercem a Autoridade Marítima, mas pensamos que a concessão de licenças é um acto de gestão que deve ser exercido pela Região.

De acordo com dados fornecidos por organismos de pescadores estão licenciadas 44 embarcações sendo 15 atuneiros e 29 palangreiros.

Pensamos que é altura de aprofundar o diálogo com a República sobre esta questão, bem como sobre outros aspectos de adaptação das regras nacionais à nossa realidade.

Disse.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

A ilha que eu vou falar não tem nada a ver com a ilha que nos foi deixada aqui pelo meu ilustre amigo e colega deputado Duarte Freitas.

Nas ilha vão-se concretizando, efectivamente, as promessas do Governo do PS.

Em 1996 o Partido Socialista apresentou-se aos eleitores regionais, com um propósito bem definido: mudar a face sócio-económica dos Açores, para melhor.

O Povo, por uma significativa maioria de votos, quis que o P.S. governasse, dando ao seu líder Carlos César a responsabilidade de formar o VII Governo Regional dos Açores.

Na ilha do Pico, os candidatos a deputados do P.S., como profundos conhecedores que eram da realidade da ilha e das carências sentidas pelos seus habitantes, apresentaram ao eleitorado um compromisso que se consubstanciava, na globalidade, na resolução de várias dessas situações de carência infra estrutural e não só, que desde há muito se faziam sentir, apresentando como garantia o seu empenhamento nunca regateado.

Hoje, cumprida a primeira parte do nosso mandato, como representantes do povo picaroto nesta Assembleia, podemos afirmar responsavelmente, que este Governo Regional tem actuado e governado de forma amplamente satisfatória, na opinião generalizada, da grande maioria da população, da nossa ilha.

Há todo um conjunto de iniciativas tomadas por este Governo, em relação ao Pico, que fazem com que o nosso compromisso eleitoral se encontre, na sua quase totalidade, devidamente **equacionado**, estando uma parte significativa já realizada **e as restantes em vias de concretização**.

Aliás, Senhoras e Senhores Deputados, nunca será demais realçar e enaltecer desta tribuna, a nova postura demonstrada por este Governo, em relação ao Pico, e a maneira frontal e inovadora como foram encaradas e solucionadas reivindicações antigas do povo da nossa ilha.

Estamos vivendo uma época de novos desafios, o que nos obriga a procurar, com bom senso e criatividade, alternativas sólidas para a fixação das nossas gentes às terras que lhes foram berço.

E uma das formas, de enfrentar com realismo os novos tempos, passa pela reflexão dos novos temas que hoje se colocam às sociedades modernas.

Foi pois, neste contexto, que teve lugar nas ilhas do Pico e do Faial, no passado mês de Junho, o 1º Encontro de Educação Ambiental dos Açores, iniciativa inovadora e de enorme alcance pedagógico que a Secretaria Regional da Agricultura Pescas e Ambiente, através da Direcção Regional do Ambiente, em boa hora levou a efeito.

Mas, Senhoras e Senhores Deputados, o pleno desenvolvimento sócio-económico que se pretende para todas as ilhas e que é preocupação de qualquer governo e deste em particular, passa pela concretização, de forma gradual mas constante, de várias etapas que, no caso do Pico, estão sendo trilhadas, com novo dinamismo e melhor atenção, por parte deste VII Governo Regional, da responsabilidade do P.S..

A realização da 1ª Bienal de Observação de Cetáceos dos Açores, em boa hora lançada pelo Secretário Regional Duarte Ponte e que se realizou em Outubro último nas Lajes do Pico, é a prova cabal dessa preocupação e, por outro lado, veio patentear, a enorme importância económica que tem já para o Pico e que terá para os Açores em geral, num futuro próximo, a actividade turística do *Whale Whaching*.

Estamos igualmente convictos que, a concretização da ideia sugerida pelo Secretário da Economia, no encerramento das últimas Jornadas do Triângulo, da realização no próximo ano da 1ª Bienal de Ecoturismo dos Açores, a levar a cabo possivelmente em S. Jorge, virá demonstrar e projectar definitivamente as enormes potencialidades que as ilhas dos Açores possuem neste importante sector de actividade turístico-económico.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos debatendo as propostas governamentais de orçamento e plano, para o próximo ano.

Lamenta-se contudo, que a maioria deste parlamento, tenha teimado em não aprovar, sem qualquer justificação plausível, as duas anteriores propostas de Plano de Médio Prazo. Esperamos que, em nome dum planeamento minimamente estável e correctamente articulado entre os planos anuais e de médio prazo, esta Assembleia opte por dotar o Governo para a segunda fase do seu mandato, desse instrumento político imprescindível - o P.M.P. 1997/2000.

Muitas das acções, ora propostas, são a continuação do trabalho profícuo e planeado que, durante estes dois anos, as diversas secretarias regionais tem vindo a executar.

São disso exemplo os seguintes projectos ou acções:

- Está assumida por este Governo a ampliação do Aeroporto do Pico para a operação de aviões Boeing 737, afirmando-se e reforçando-se assim, politicamente, a nossa vocação como destino turístico.
- Prosseguirão os trabalhos de reabilitação das estradas regionais da ilha, reiniciando-se em Janeiro a repavimentação com tapete betuminoso, de mais 15 quilómetros de São João às Lajes e de Santana a São Roque, prevendo-se o lançamento de novo concurso para vários troços nomeadamente: Ribeirinha - Santo Amaro, Monte - São Mateus e Cabeço Chão - Ramal Aeroporto.
- Será construída a nova fábrica de lacticínios e foi realizado o saneamento financeiro da Lacto-Pico, bem como implementada a certificação de origem do Queijo do Pico;
- Através do IAMA terão início as obras de beneficiação, reparação e adaptação do Matadouro do Pico;
- A obra de construção do parque de retém, para embarque de gado, no Porto comercial de São Roque, infraestrutura há muito exigida, será finalmente lançada no início do próximo ano pela Junta Autónoma. **Entretanto, embora seja uma obra a realizar com fundos da Junta e por transferência da Secretaria da Economia, julgamos que seria justificável que fosse reforçada a dotação do plano nesta acção**;
- A mesma Junta Autónoma tem em fase de conclusão a Gare Marítima de S. Roque do Pico e tudo se conjuga para que, uma vez concluídos os respectivos projectos em 1999, a obra de **adaptação a zona de passageiros no *cais velho*** da Vila de S. Roque com o **ordenamento operacional da área interior da baía**, assim como o **reforço do molhe/doca daquele Porto do norte do Pico**, e a reparação da rampa do Porto da Madalena sejam candidatados ao III QCA;
- Prevê-se para a próxima primavera, a concretização da obra de **desassoreamento da bacia interior e da entrada do porto das Lajes** no sul da ilha;
- Em vez de se ampliar a existente, será elaborado e aprovado o projecto para a construção de raiz de uma nova escola básica e secundária nas Lajes do Pico, e espera-se para Março a conclusão da escola básica e secundária de São Roque.

- Estando em vias de conclusão o estudo de impacto ambiental da protecção da Orla Costeira das Lajes do Pico, tudo se conjuga para que a respectiva obra seja igualmente candidatada ao III QCA;

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quisemos assim enumerar, dando como realizadas ou como tendo já devidamente equacionada a sua resolução, mais de 70% dos pontos constantes do **compromisso eleitoral** de 1996 dos candidatos do **Partido Socialista**, assumido politicamente com as gentes da nossa ilha, independentemente de nos terem ou não confiado o seu voto, pois a todos sempre temos servido sem distinções.

Não esgotámos contudo, a inventariação de todas as acções previstas para o Pico, contidas na proposta de Plano Regional para o próximo ano.

Serão também concretizados outros empreendimentos:

- É pois nossa convicção, de que uma parte da 1ª fase do Parque Desportivo do Pico deve ser já iniciada, pelo que **será desejável a inclusão neste Plano, duma acção que contemple as verbas necessárias** para a concretização, em cooperação com o Município da Madalena, dum Campo de Futebol relvado naquela vila. Depois seguir-se-ão os campos relvados de Lajes e São Roque;

- Realçamos o **apoio financeiro** que este Governo prestará, através da Secretaria da Economia, à conclusão de infra-estruturas das **zonas industriais (municipais)** de São Roque e Lajes;

- Lembramos que finalmente serão uma realidade em 1999, entre tantas outras:

- a conclusão dos trabalhos de restauro da cobertura do Convento de S. Pedro de Alcântara e será elaborado o projecto de adaptação a novas funções e início da obra; e também queremos referir e realçar a comparticipação vultuosa por parte da Direcção Regional da Cultura para o restauro do altar e capela-mor da Matriz da vila de São Roque, o que possibilitará que a respectiva Comissão Fabriqueira proponha a sua classificação como "imóvel de interesse público". Ainda neste âmbito relevamos as obras da igreja de S. Francisco e da Ermida de S. Pedro nas Lajes do Pico igualmente com o apoio da Direcção Regional da Cultura;

- a conclusão da 1ª fase do Museu do Vinho e o arranque da 2ª com a execução do programa museológico e montagem da exposição permanente;

- o início da integração da casa rural no espaço museológico do Museu dos Baleeiros; e
- o apoio à recuperação do património baleeiro propriedade de particulares;
- Os Equipamentos Sociais, no âmbito da Direcção Regional da Solidariedade e Segurança Social, com a imprescindível cooperação das Misericórdias, serão igualmente levados a efeito:
- Em São Roque - Centro comunitário para idosos, creche e actividades de tempos livres;
- Na Madalena - ampliação do lar de idosos e conclusão do centro de ocupação para deficientes que entrará em funções no 1º semestre de 1999;
- Nas Lajes - definição da implantação e elaboração de projecto do novo centro comunitário de idosos;

Serão também apoiadas pelo Governo Regional, as obras para a Casas do Povo e Junta de Freguesia em Santo Amaro, Remodelação/ampliação do polivalente da Ribeirinha, instalação de serviços nas Lajes e Madalena e melhoramento das Juntas de Freguesia de Piedade, Lajes do Pico e Ribeiras. De referir que no que se refere às Juntas de Freguesia as mesmas obras terão comparticipação dos respectivos municípios.

Demonstramos assim, Senhoras e Senhores Deputados, que os picarotos tem razões fundamentadas, para acreditarem e confiarem na acção deste Governo.

Naturalmente partilhamos duma exigência permanente de novas realizações para a nossa ilha.

Mas, se é sempre exigível a um Deputado reivindicar dos governos, mais desenvolvimento e melhor qualidade de vida para a população que o elegeu e que legitimamente representa nesta Assembleia, também se lhe exige, em nome do rigor e da verdade, que saiba reconhecer neste Parlamento e desta tribuna, a acção positiva que os governos realizam, em prol de melhores condições de vida e de melhor progresso dessas mesmas populações, como agora felizmente vai acontecendo.

Este Governo Regional, pela acção séria, corajosa e persistente, que tem imprimido à resolução de questões fundamentais e há muito reclamadas em relação á ilha do Pico**, merece já e pode contar com o reconhecimento** da população da minha ilha.

Disse.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A engenharia financeira e os malabarismos que escamoteiam o déficit do Orçamento para 99, permite concluir que vamos de "**Buraco em Buraco até ao Buracão Final**".

Estamos a escassas horas do final do debate e não posso deixar de aqui referir que estamos a discutir, como ontem a minha colega Berta Cabral referiu, um Orçamento virtual, situação inédita nesta Casa desde que há Autonomia, situação que é, pela primeira vez, que estamos a discutir um Plano depois da aprovação da Lei das Finanças Regionais para as Regiões Autónomas, cujo objectivo principal é precisamente garantir os meios que permitam consagrar a sua autonomia financeira.

Espantoso! Simplesmente espantoso!

Estamos aqui a discutir o documento, porque temos boa vontade, porque tecnicamente aquele documento vale muito pouco.

Para além do déficit dos 10 milhões de contos, há ainda a acrescentar o resultante de dotações manifestamente insuficientes para satisfazer encargos já assumidos pelo Governo, como ainda ontem tive oportunidade de confirmar relativamente aos 250.000 contos que faltam para as obras

remodelação e ampliação do Hospital da Horta.

Diz o Secretário Regional das Finanças que o Orçamento reflecte uma intenção de contenção das despesas correntes.

E eu digo: Até que enfim!! Já não era sem tempo!!

Secretário Regional das Finanças *(Roberto Amaral):* Vai haver, como já em 97 e em 98!

O Orador: Vamos ver, Sr. Secretário.

Faço notar que desde a última revisão orçamental de 96, já da responsabilidade deste Governo, sem a inclusão dos encargos decorrentes da dívida, **o aumento das despesas correntes foi de 14,4 milhões de contos, a que corresponde um crescimento de 24%, quando no mesmo período a taxa de inflação foi de 4,5%.**

Ou seja, um aumento superior a cinco vezes mais a desvalorização monetária.

Diz o Secretário Regional das Finanças que as despesas de funcionamento apresentam taxas de crescimento negativas.

E eu digo: Nada de Novo!

É precisamente a mesma estratégia seguida nos anteriores orçamentos de apresentar propostas de valores inferiores às dos anos anteriores.

Depois, no decorrer do ano, vêm propôr revisões que alteram radicalmente esta boa intenção.

Só no ano em curso, para a Aquisição de Bens e Serviços Correntes foi proposta uma alteração de mais 5,2% e em Capital mais 13%.

Senhor Secretário Regional das Finanças, será que poderá garantir a esta Assembleia, que este ano não irá acontecer o mesmo?

A ver vamos!

Não posso deixar de insistir sobre a não inscrição dos donativos particulares recebidos para apoiar os estragos do sismo.

Uma vez mais o Governo não cumpre, com o princípio básico da contabilidade pública da unidade e universalidade, como igualmente com o Disposto no Decreto Regional 3/78/A, e agora com a Lei n° 79/98.

Prefere utilizar um saco azul!

Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em tempos, quando o PS estava na oposição elegeu as Pescas como sector prioritário.

Agora que está no governo, parece já não pensar da mesma forma.

Como já aqui foi dito pelo Sr. Deputado Paulo Valadão as embarcações não registadas na Região delapidam os nossos recursos piscatórios com a autorização e a complacência do Governo Regional.

Terão sido os deputados do PSD ou do PP que aprovaram alguma resolução obrigando o Governo a aumentar significativamente a concessão de licenças de pesca, sem efectuar o controlo adequado como seja por exemplo a obrigatoriedade de observadores a bordo e as descargas?

Não foram não!

O Governo não pode desmentir e o PS também não, porque estão conscientes que são os únicos responsáveis por esta grave situação.

Em todas as ilhas não se realizaram obras que estavam previstas para diversos portos de pesca.

Terão sido os deputados do PSD ou do PP que nesta Assembleia aprovaram qualquer alteração de redução das verbas inscritas no Plano 98 e propostas pelo Governo?

Não foram não!

O Governo não pode desmentir e o PS também não porque sabem que são os únicos responsáveis por esta situação.

Perdeu-se assim uma oportunidade para aproveitar as excelentes condições climatéricas, que possivelmente não vão continuar sempre.

A escassos dias do final do ano a Universidade dos Açores ainda não recebeu e não se sabe se irá receber, o prometido apoio de 50.000 contos para as instalações do Departamento de Oceanografia e Pescas. Para além de constar do Plano deste ano foi anunciado com pompa e circunstância pelo Senhor Presidente do Governo na abertura da última Semana das Pescas, tendo afirmado que o "DOP pode contar com o empenhamento do Governo para ajudar a solucionar esse velho e arrastado problema das instalações e do seu futuro".

Terão sido os deputados do PSD ou do PP que alguma vez nesta Assembleia aprovaram a anulação daquela verba?

Não foram não !

O Governo não pode desmentir e o PS também não, porque sabem que são os únicos responsáveis por esta situação.

Finalmente a delegação do IFADAP, pelo menos no que respeita às Pescas, não funciona.

Terão sido os deputados do PSD ou do PP que alguma vez aprovaram medidas que obrigassem os responsáveis daquele Instituto a atrasar os processos de candidatura apresentados por armadores e pescadores para a construção de novas embarcações, com vista à reconversão da frota pesqueira?

Não foram não!

O Governo não desmente e o PS também não, porque sabem e estão conscientes serem os únicos responsáveis pela grave crise que atravessa o sector.

Da **mesma forma que na vigência do Plano deste ano o Governo dispôs das** verbas que propôs, também para 99 **não vai poder ter desculpas para não realizar, seja o que for, porque o PSD não** vai fazer qualquer proposta de alteração de verbas, de acções concretas definidas no Plano.

Como sempre, ficamos atentos à execução do Plano e do Orçamento.

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento *(Roberto Amaral):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Apenas para um esclarecimento muito breve.

Em relação à avaliação da execução do ano de 1998, nós estamos praticamente no fim do ano, dentro de muito pouco tempo teremos os números finais e que serão divulgados e nesta altura, sim, submete-los-emos ao julgamento que incidir sobre os mesmos.

Relativamente ao passado, devo dizer que no Orçamento proposto por este Governo para o ano de 1997 e que já está plenamente executado, como é óbvio, os resultados já são conhecidos e nesta altura, já que falou em gastos com pessoal, os gastos com pessoal excederam, relativamente ao ano anterior, 8,2%, ou seja, um valor ainda inferior em 1,2% à evolução que se tinha verificado de 95 para 96.

Deputada Berta Cabral *(PSD):* E os de 97?

O Orador: Portanto, já houve aqui uma quebra no ritmo de crescimento das despesas com pessoal.

A projecção que nós temos para o ano de 1999, como já foi referido, a taxa de crescimento com as despesas com o pessoal é de 5,38%, dos quais eu tive oportunidade de dizer na minha intervenção que 2,5% se deviam aos ajustamentos salariais normais, ficando o restante para a evolução normal das carreiras, evolução normal, porque é muito provável - e isto depende das negociações que neste momento ainda estão em curso com várias carreiras profissionais - que esta taxa de crescimento que nós temos previsto para o ano de 1999 venha a ser insuficiente. Isto é receio que nós temos, efectivamente, na rubrica de pessoal.

Porquanto, nas outras rubricas que dependem mais da vontade do Governo e são controláveis pelo Governo, que são aquelas despesas variáveis, nomeadamente ajudas de custo e viagens, a taxa de crescimento é de apenas 0,73%. Portanto, aqui sim, há uma efectiva vontade e que será com certeza efectivada - já foi no passado e será no futuro - de contenção das despesas. De qualquer das maneiras há sempre uma variável que nós nem sempre controlamos que são as remunerações que forem acordadas para as várias carreiras profissionais. Estaremos atentos a isto.

Continuaremos a manter uma grande contenção nas nossas despesas e se se revelar esta projecção insuficiente, voltaremos aqui à Assembleia justificando a necessidade dum orçamento suplementar se for caso disso.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

Presidente do Governo Regional *(Carlos César):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apenas um esclarecimento ao Sr. Deputado Eugénio Leal.

É para lhe dizer que a verba de 50 mil contos destinadas a instalações do DOP não foi atribuída à Universidade dos Açores, em primeiro lugar, porque a Universidade no decurso do ano esteve a repensar a sua estratégia em relação às suas instalações na Horta e, em segundo lugar, porque até ao momento - e eu já fiz saber isso ao Sr. Reitor - não foi entregue ao Governo qualquer documento comprovativo de despesa

que nos permitisse instruir, de forma conveniente, a transferência de uma verba que se encontra ainda cativa no âmbito da ciência e tecnologia para transferir para a Universidade dos Açores.

Sei que nestes dias tem havido contactos e insistências da nossa parte para que este assunto fique resolvido. Não tenho de momento a informação se eventualmente até já o terá sido, mas é esta a única explicação para esse efeito.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Registo os esclarecimentos do Sr. Presidente do Governo e do Sr. Secretário das Finanças.

Relativamente ao Sr. Secretário eu nas minhas intervenções tenho tido sempre o cuidado de não falar em despesas com pessoal, porque, enfim, tenho uma opinião muito própria sobre essa matéria e, portanto, nem tão pouco referi as despesas com pessoal, embora elas façam parte do todo corrente. Estava a referir-me, exactamente, mais à aquisição de bens e serviços correntes e de capital onde tem havido os aumentos.

Quanto ao esclarecimento que o Sr. Presidente do Governo me dá, apenas gostaria de acrescentar que é estranho que o Governo, sabendo da situação da Universidade, exija agora um documento comprovativo da despesa efectuada para depois é que fazer, digamos assim, o reembolso.

Julgo mesmo que, por parte deste Governo e relativamente à Universidade e a outras situações, não tem sido sempre assim esse procedimento, mas registo que, e sobretudo por parte do Governo, - e era isso que gostaria de registar - terá havido contactos há pouco tempo, ainda com a Universidade, no sentido de ver se ainda este ano conseguiam concretizar a transferência dos 50 mil contos para apoiar as novas instalações do DOP.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Nascimento Ávila.

Deputado José Nascimento Ávila *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O tema que me trás hoje a esta tribuna prende-se com a problemática da habitação. Decorridos que foram dois anos de Governo da responsabilidade do P.S., a que corresponde meia legislatura, é tempo de fazer um balanço que, pelos números que recolhi, considero-o claramente positivo, não só por corresponder ao programa do Governo, mas também aos legítimos anseios dos Açorianos e ao desígnio constitucional do direito à habitação, habitação que cada vez mais se quer melhor para assim constituir um factor de ambiência que influencie de forma cada vez mais acentuada a saúde das pessoas. Suponho que, nos nossos dias, já ninguém duvida que a habitação adequada é extremamente importante, pelo facto de contribuir para a promoção da saúde física e mental, em ambiente de vida agradável.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Tem sido uma realidade inquestionável, a promoção do investimento nos diversos programas existentes tais como: auto-construção, habitação degradada, apoio aos jovens, custos controlados, aquisição de habitação e realojamentos, que atingiu em 24 meses deste governo 5 milhões de contos. A manter-se como esperamos, este ritmo, tudo indicia face à proposta para 1999, que no final desta legislatura estaremos perante o maior investimento de sempre na habitação que deverá ultrapassar os 10 milhões de contos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Passados que foram dois anos de governação da responsabilidade do P.S., já foram disponibilizados 552 lotes num conjunto de 15 loteamentos distribuídos por várias zonas rurais e urbanas da nossa Região onde estão incluídos loteamentos há muito esperados, nomeadamente nas Angústias, ilha do Faial, Carreirinha na ilha Terceira, Levada em S. Miguel, e noutras ilhas dos Açores. De salientar que nos últimos 20 anos dos Governos anteriores, foram disponibilizados 3.000 lotes a que corresponde 150 lotes/ano, enquanto que com o actual Governo foram postos à disposição dos Açorianos 276 lotes/ano a que corresponde um aumento significativo, ou seja de 84%. Intensificou-se a luta na reabilitação e conservação do Parque habitacional degradado em que foram despachados mais de 2.000 processos, no valor de 800 mil

contos o que permitiu a centenas de famílias renovar e reconverter os seus lares; Realojaram-se mais de 500 pessoas num investimento total de 422 mil contos; A Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos é parceira nos Projectos de intervenção comunitária de luta contra a pobreza em nove projectos no montante de 230 mil contos; Concretizaram-se os Acordos de Colaboração entre o Governo, os Municípios de Ponta Delgada, Lagoa, Ribeira Grande, Vila Franca do Campo e Praia da Vitória e o INH (Instituto Nacional de Habitação) para a construção de 621 fogos onde serão investidos mais de 6 milhões de contos assumindo o Governo 3,5 milhões de contos e o INH 3 milhões de contos; Decorre um segundo pacote de novos acordos de colaboração para um conjunto de 8 municípios que atingirá 900 fogos com vista a erradicar os núcleos habitacionais mais degradados dos Açores. Neste caso serão resolvidos por exemplo, os problemas do sismo de 1980 com novas habitações nos bairros do e da Terra Chã na Ilha Terceira; Fez-se uma alteração legislativa para apoiar com maiores comparticipações no sector da habitação todas as pessoas com deficiência; Estão a decorrer consultas para a adjudicação do PRH (Plano Regional de Habitação) instrumento estratégico do desenvolvimento deste sector onde se avaliará com rigor os factores de financiamento, as questões relativas ao uso do solo. Urbanizações, construções, uso e gestão do Parque Habitacional e em 1997 foram celebrados protocolos com as Juntas de Freguesia no âmbito da recuperação da habitação degradada no montante de 150 mil contos o que certamente terá beneficiado muitas famílias.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Os números falam por si, e sem grande dificuldade, tendo em linha de conta o que foi feito no passado, chegamos facilmente à conclusão que este Governo do P.S. no capítulo da habitação está no bom caminho, sendo pois obrigação de todos nós deixá-lo prosseguir para bem da população dos Açores que nos elegeu.

A tentativa da oposição querer impôr ao Governo alterações muito significativas nesta área, nomeadamente passar para a responsabilidade das Câmaras a habitação degradada, na nossa opinião é um erro.

Tenhamos nesta e noutras situações sempre presente a máxima utilizada pelos adeptos de Futebol: Em equipa que ganha não se mexe.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Dada à limitação de tempo que me assiste neste debate, não posso deixar de reflectir pela positiva, o que o Plano para 1999 consagra e o orçamento que lhe dá o respectivo suporte, no que se prende com o circulo eleitoral que aqui represento.

Assim e muito sucintamente, cumpre-nos salientar o seguinte:

PROGRAMA 12 - Esta dotação deverá assegurar a pavimentação da Estrada Guadalupe/Santa Cruz, que terá o seu início nos princípios do ano que se aproxima, uma vez que esta obra já se encontra adjudicada à firma Tecnovia-Açores.

PROGRAMA 18 - Dotação destinada ao início das obras de ampliação da Escola Básica Integrada com Secundária de Santa Cruz da Graciosa cuja ampliação é reclamada há muitos anos, pela exiguidade da infraestrutura existente. Esta ampliação é essencialmente destinada aos alunos do Ensino Secundário, consubstanciada na Construção de um novo pavilhão que passará a dispôr de novos espaços destinados para 1 sala de aula normal, 5 laboratórios, área de cultura, área de gestão administrativa e comum e área auxiliar e de serviço num total de 1465 m2.

PROGRAMA 25 - Verba para a protecção da orla marítima da Graciosa para concretização da tão necessária e cada vez mais urgente intervenção na fonte da Areia na Freguesia de São Mateus e nas Termas do Carapacho na Freguesia da Luz, correspondendo assim a uma velha aspiração da população da ilha.

Os montantes consignados e as acções a desenvolver, não obstante reconhecermos que houve um aumento relativamente significativo em relação aos planos anteriores, ficam ainda aquém das nossas expectativas, com particular incidência na pavimentação das estradas regionais e no Programa 5 - Estruturas de apoio à actividade da pesca, por isso lamentamos não ser ainda possível inscrever uma verba destinada, numa primeira fase, aos estudos preliminares, nomeadamente os de impacto ambiental com vista à tão almejada construção do Porto de Pescas da Praia, infraestrutura indispensável ao desenvolvimento da pesca na Graciosa.

Dissemos no passado e continuamos a afirmar no presente que a pesca poderá ser um dos pólos de desenvolvimento da Graciosa, pelo facto de existirem muitos jovens interessados em enveredar pela profissão de pescador, uns por vocação e outros por

verificarem ser a única saída profissional, numa ilha que vive nos últimos anos essencialmente da Agro-pecuária.

É pois nossa convicção que se forem criadas as condições que passam inevitavelmente, pela construção de um porto de pescas na Praia, o pescado na Graciosa terá um aumento muito substancial.

No entanto, somos homens de fé, de esperança e de solidariedade, acreditamos no futuro, o futuro será do PS com mais estabilidade, para poder prosseguir e executar as suas próprias políticas, nunca rejeitando porém a colaboração, por vezes indispensável, dos Deputados da Oposição, porque o que é importante é concretizar o que é o objectivo de todos nós que é o desenvolvimento harmonioso da nossa Região.

Continuamos a acreditar no bom senso e nos homens de boa vontade.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Só um esclarecimento, no âmbito da intervenção do Sr. Deputado José Nascimento Ávila.

Diz o Sr. Deputado, duma forma clara e evidente, que não concorda com o projecto de transferência do tratamento da habitação degrada para as autarquias.

Como justifica que aqui o Sr. Secretário, na intervenção que também fez sobre essa matéria, disse que havia já um plano alargado de protocolos com as autarquias para intervir nessa área, porque elas são, de facto, um meio de poder político mais habilitado, mais próximo para, com maior eficiência até, tratar esta matéria por via do protocolo, conforme disse o Sr. Secretário, como é que justifica essa sua opinião e se acha que, de facto, existe erro de cooperação entre o Governo e as autarquias nessa habitação degradada, que vem desde o passado e é mantido por este Governo, onde é que está o erro e qual é a sua solução?

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Nascimento Ávila.

Deputado José Nascimento Ávila *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro:

Eu tenho muito pouco tempo para responder,...

Deputado Mark Marques *(PSD):* Salvo pelo tempo!

O Orador: ...mas muito rapidamente quero lhe dizer que tenho a impressão que o protocolo a ser assinado é de preferência com as Juntas de Freguesia, porque as Câmaras Municipais - eu sou autarca, já fui também presidente duma Junta de Freguesia e agora sou vereador - nomeadamente aquelas de pequena dimensão já têm muito que fazer e por vezes não chegam para tudo.

Na minha opinião esses protocolos deviam ser assinados com as Juntas de Freguesia, principalmente no aspecto administrativo, tendo em vista a organização de processos e como forma de pressão ao Governo, porque as Juntas de Freguesia é que estão nas localidades e não é, por exemplo, na Câmara Municipal que se sabe o que é que se passa nas freguesias, ou seja, por exemplo, quem sabe o que é que se passa na Freguesia da Luz é o Presidente da Junta de Freguesia e não o Presidente da Câmara.

Portanto, na realidade é muito mais eficiente através da Juntas de Freguesia do que das Câmaras Municipais.

A minha opinião é esta: Juntas de Freguesia sim e Câmaras não.

Deputado Mark Marques *(PSD):* A Junta trabalha e o Secretário dá o cheque!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Considero o esclarecimento pouco esclarecedor, todavia, só para lembrar ao Sr. Deputado, as autarquias consultadas sobre essa matéria são todas na generalidade favoráveis a essa competência.

Por outro lado, em matéria de tempo ou até mesmo de capacidade técnica e administrativa, parece-me que nessa matéria as Câmaras Municipais têm mais do que as Juntas. Esse argumento não pode colher, porque tempo e profissionalismo o Sr. Presidente da Câmara ou o Vereador têm mais do que tem o Sr. Presidente da Junta

que trabalha a tempo parcial. Portanto, com esse argumento essa tese não pode colher, Sr. Deputado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado José Manuel Bolieiro já tentou por várias vezes, nesta sessão, trazer para aqui a discussão sobre o diploma de recuperação da habitação degradada...

Deputado Mark Marques *(PSD):* E o Sr. entra em pânico!

O Orador: ... e traz para aqui esta questão, porque quer ver até que ponto é que é a sensibilidade do Grupo Parlamentar do PS para detectar as numerosas falhas, - e vamos ver isso - os numerosos erros, as numerosas asneiras que este diploma tem.

O Sr. Deputado tenha calma, porque em Janeiro vamos discutir, nomeadamente para saber, efectivamente, o que é que é melhor, se é as Câmaras Municipais, se são as Juntas de Freguesia.

E, já que o Sr. Deputado quer ler os pareceres, leia-os todos e vai ver que a esmagadora maioria deles são claros e inequívocos no sentido de dizer que esta é uma competência que deve ser transmitida às juntas de Freguesia, para evitar a burocracia que os Srs. querem introduzir no sistema com a chamada das Câmara Municipais para aqui, mas em Janeiro cá estaremos.

Deputado José Maria Bairos *(PSD):* Cá estaremos. Não tenha problemas nesse aspecto!

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro:

Sabe, às vezes a tentação leva, numa lógica de argumentação flutuante, a que a gente tenha uma tendência para a arrogância, que a gente tenha uma tendência para o uso da lógica argumentativa.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Isto não é arrogância, é objectividade e em Janeiro veremos!

O Orador: Com certeza, aperfeiçoamentos são sempre possíveis.

Agora, Sr. Deputado, nem sequer se trata duma transmissão de competência, porque nem sequer compete a esta Assembleia Legislativa Regional fazer transferência de competências da Administração Regional para o Poder Local. Nem sequer disso se trata, Sr. Deputado.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Então repare naquele que vem no vosso diploma!

O Orador: O que é claro nesta matéria é aquilo que sempre foi afirmado por mim e que é colaboração. O que está aqui em causa é colaboração. O que está aqui em causa é a intervenção do Sr. Deputado José Nascimento Ávila que diz

que não concorda com a passagem disto. Depois defende essa tese, dizendo que era para as Juntas e não para as Câmaras, porque as Câmaras não têm tempo. E, o que eu expliquei foi que este argumento não podia colher, porque em matéria de disponibilidade de tempo, de capacidade técnica, de alguma capacidade financeira, embora isso seja fruto da colaboração com o Governo, não pode colher. Portanto, as Câmaras Municipais têm mais disponibilidade de tempo, mais capacidade técnica do que as Juntas de Freguesia. É um argumento que não colhe. Independentemente disso é sempre possível haver cooperação dentro do Poder Local, ou seja, entre o Município e a Junta de Freguesia.

Portanto, isto é só para demonstrar que o PSD por si, perante os açorianos e o poder local, está disponível a reconhecer que em matéria de eficiência numa intervenção nessa área tão sensível, (habitação degradada) o poder local é, com regras objectivas, capaz de, em colaboração com o Governo, ter eficiência no combate ao parque habitacional degradado e em más condições de habitabilidade e o PS, pelos vistos, não reconhece isso.

Outro argumento pode aqui estar em causa: será que o poder local não é cor-de-rosa? Só pode ser isso.

Todos os argumentos, Sr. Deputado, têm essa condição flutuante: não convencem.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos *(José Contente):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu não quero, de facto, antecipar uma discussão que está marcada para Janeiro, mas gostaria de dizer que em matéria de cooperação com as autarquias este Governo...

Deputado António Meneses de Jorge Valadão *(PSD):* É exemplar!

O Orador: ...tem, de facto, obra concretizada, porque fomos nós que celebrámos acordos de colaboração com o INH e com essas Câmaras que eu há pouco falei e que ultrapassam em muitos milhares de contos o vosso diploma que tem previsto uma verba que, se for aquela percentagem ou outra qualquer, não corresponde minimamente àquilo que nós já temos em vigor.

A nossa questão não é essa, é que nós não podemos estar a duplicar protocolos.

A questão é outra, é que, de facto, nós já temos protocolos com as Câmaras Municipais e também com as juntas de Freguesia e temos previstos outros para 1999, mas não podemos estar a triplicar protocolos.

De resto, a competência constitucional e estatutária no domínio da habitação foi e é do Governo Regional e faz sentido que toda a classe política açoriana perceba a importância do órgão intermediário que há nos Açores, entre as autarquias e o Governo da República, que é o Governo Regional. Foi por isso que no passado essas competências foram firmemente defendidas por quem era do Governo Regional.

Muito obrigado.

Presidente: Eu pedia ao líderes parlamentares que viessem aqui junto à Mesa para programarmos os nossos trabalhos.

(Pausa)

Srs, Deputados, vamos interromper os nossos trabalhos por uma hora e 30 minutos para jantar.

(Eram 20,05 horas)

Presidente: Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 22,00 horas)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos reunidos para discutir o Plano a Médio Prazo e Plano e respectivo Orçamento para o ano de 1999.

São documentos que deveriam ser importantes e deveriam merecer da parte de quem os elabora grande atenção.

Relativamente ao primeiro ou seja o Plano a Médio Prazo ele vem pela terceira vez a esta Casa e depois de já ter sido chumbado duas vezes, persistisse na sua apresentação mas agora amputado em algumas rubricas e respectivas verbas.

A nossa colega de bancada Berta Cabral enumerou, e bem, alguns dos sectores mais penalizados e eu não necessito por isso aqui de repeti-los.

Para mim e para a grande maioria dos senhores deputados ele só merece o desfecho que já teve em anos anteriores porque se não era um instrumento capaz de orientar a sociedade Açoriana em todas as suas vertentes, agora muito menos o é.

Dadas estas ligeiras explicações passemos então para o Plano de 1999 e Orçamento para dizer que é um Plano de intenções vasto mas que não tem a devida correspondência financeira dado faltar-lhe os tais quinze milhões de contos pretendidos pelo Governo Regional mas que os Socialistas da Republica negaram.

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* Olhe que não, Sr. Deputado!

Deputado Mark Marques *(PSD):* Olhe que sim!

O Orador: Olhe que sim! Olhe que sim!

Tenta-se agora remendá-lo com a chamada engenharia financeira mas que a nosso ver não da as garantias que o Governo diz ter.

Esta nega dada pelos Socialistas na Assembleia da República vem com a recomendação de que se ao Poder Central são exigidos esforços de convergência, a Região também deverá participar nesse esforço.

Assim sendo tiram-se as seguintes conclusões:

1° - Este Plano é despesista e irrealista. Não somos nos que o dizemos, são os Socialistas continentais que dão a entender isso

mesmo.

2° - A chamada solidariedade nacional tantas vezes apregoada pelo Governo Regional, essencialmente pelo seu Presidente, afinal não é assim tão grande como se pretende fazer crer.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Não veja as coisas à sua medida!

O Orador: 3° - Este Governo Regional Socialista contrariamente aquilo que dizia no passado, não esta nada preocupado com as dividas que esta Região possa ou não ter.

Chega-se também à triste conclusão que este Orçamento, gordo em verbas fictícias, serve apenas para dar a oportunidade ao Presidente do Governo de dizer: "este é o maior orçamento de sempre da nossa Região".

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* E é!

O Orador: Alguém também disse "ser este um orçamento de contenção de despesas".

Isto é o que se chama uma verdadeira habilidade para esconder mais um desaire socialista.

Deputado Francisco Sousa *(PS):*Não é!

O Orador: Eu não concordo, mas se isto é verdade não se fica a dever a este Governo Regional esse atributo, mas sim à Assembleia da República que soube cortar o apetite despesista dos Socialistas Açorianos.

Deputado Francisco Sousa *(PS):* Isso era se o PPD mandasse!

O Orador: Porque sou dos últimos a pronunciar-me sobre tão importantes documentos e porque muito sobre eles já foi dito, passo agora a apreciar o Plano e Orçamento para o ano que esta próximo de chegar e respectivo orçamento onde desde já devo dizer que não dá as respostas que os Graciosenses esperavam.

No que concerne ao Programa 1 aumentam-se as verbas e nós julgamos que muito bem mas os Graciosenses ficam à espera de serem aplicados na sua ilha, e não noutra, os 61.160 contos previstos. É que no ano que agora finda não se vê a onde foram aplicadas as verbas correspondente ao Plano que termina.

Deputado Francisco Sousa *(PS):* O Sr. precisa de óculos! Eu empresto-lhe os meus!

O Orador: Não preciso, muito obrigado!

Passemos agora ao apoio a Transformação e Comercialização dos Produtos - preste atenção a isto, porque isto é muito importante - Agro Pecuários (Programa 2) para dizer, primeiramente, que estavam previstos para este ano beneficiações para a Casa de Matança. Apesar de já se dizer no relatório de execução do corrente ano, - 1° semestre, - que as obras estão realizadas a verdade é que até agora nada foi feito nem se gastou ali a moeda de um escudo.

Deputado Francisco Sousa *(PS):* Para a Graciosa é ECUS a partir de Janeiro!

O Orador: Não se admire! Ouça com atenção e verá que é assim!

Para 1999 apontam-se 15 mil contos talvez para as tais obras que não feitas em 1998. Só peço que não as "desviem" novamente.

Subindo mais um degrau na escadaria do Plano que é como quem diz o Programa 5 - Apoio à Actividade da Pesca, prevê-se apenas 1250 contos para a Graciosa.

Deputado Francisco Sousa *(PS):* O que é que vão fazer com esse dinheiro todo?!

O Orador: Para que dá isto? Julgamos não serem o suficiente para reparar o sequer Porto Afonso, o tal que o Sr. Secretario das Pescas nem conhecia. Mais uma pergunta deve ser feita: onde se gastaram os 5000 contos previstos para o corrente ano, quando até o guindaste do Porto de Pescas da Praia leva tempos infindos para ser reparado, o que acontece presentemente

Deputado Francisco Sousa *(PS):* Bem bom!

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Também é o Governo que tem culpa do guindaste não funcionar!

O Orador: Já agora e nesta área cabe perguntar: porque se apressou tanto o Director Regional das Pescas a prometer, no inicio deste ano, a execução de casas de aprestos nos Portos da Folga, Praia e Santa Cruz da Graciosa. Não se contentou só com uma, prometeu 3

Verdade a que até hoje nem um bloco foi tapado.

Não deixa de merecer um reparo que para a Graciosa neste Plano em apreciação, se habilite as Estradas Regionais com menos 2.500 contos do que no ano passado. Na execução material do Plano de 1998, apresentado nesta Assembleia diz-se que foram pavimentados diversos troços de estradas regionais quando afinal só se executou 3 arruamentos em Santa Cruz com a vergonhosa extensão de 600 metros.

Deputado Francisco Sousa *(PS):* Isso é um bom troço!

O Orador: Se em 1998 não cumpriram, em matéria de pavimentações, com o que prometeram em 1997 - veja-se o comunicado da Visita do Governo de 1997 - como se fará o milagre das rosas de pavimentar diversos troços de estradas regionais naquela ilha em 1999

Oxalá os 50.000 contos previstos dêem para pavimentar os escassos 3 km de Santa Cruz ao Guadalupe obra também prometida no referido comunicado de 1997, mas na verdade geral ainda se fez apenas meia curva, porque as verbas não chegaram para mais.

Depois de diversas vezes se ter feito algum "show off", na Comunicação Social com noticias de que iriam ser executadas obras na Aerogare da Graciosa a verdade é que não se vê ali aplicado um escudo dos 10.000 contos do Plano que esta em execução, e no Plano em apreciação desaparecem as verbas para aquela infra estrutura. Esperemos para ver o que acontecerá.

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Já está pronta! Vê-se que não percebe nada!

O Orador: O Sr. talvez percebe muito menos, Sr. Secretário! Eu já vi que o Sr. Percebe muito menos e foi só em 2 anos.

Deputado Rui Pedro Ávila *(PSD):* Presunção e água benta...!

O Orador: No tocante ao programa - Desenvolvimento Infra - Estruturas Educacionais teremos 50.000 contos para a Escola EB 2,3 /S de Santa Cruz da Graciosa. Se só há duas semanas atrás foi feito o trabalho de campo referente ao Levantamento Topográfico necessário, concerteza que só para o ano será elaborado o projecto necessário. Pergunta-se então para onde foram desviados os 25.000 mil contos previstos para este ano?

Deputado Francisco Sousa *(PS):* Foram para S. Miguel!

O Orador: Se calhar. Agora desviam tudo para lá!

O Sr. ouça esta com atenção

Terão sido gastos nos Termoacumuladores que a escola necessitava e que deixaram os alunos a tomar banho apenas de água fria durante algum tempo no inicio do ano lectivo corrente?

Este Plano para 1999 tem a virtude revelar que afinal este Governo Socialista, não comprou obra feita na Graciosa conforme já se disse nesta Assembleia. A Santa Casa da Misericórdia da Praia afinal terá mais 10.000 contos para fazer face às obras de Remodelação do prédio já comprado para Lar da 3° Idade.

Como se vê, mais fácil de apanha um mentiroso do que o coxo.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais *(Álamo de Meneses):* É fácil de apanhar, porque está aí!

O Orador: Mas para que o Governo saiba e , para esclarecimento de quem disse que era obra feita, esta verba não corresponde aos anseios da mesa daquela instituição nem permite fazer face às necessárias obras.

De referir que aquando ultima visita do Executivo à Graciosa foram prometidos alguns apoios, - esta é também para si, Sr. Secretário, e o Sr. não fuja da sala, porque fica feio - à Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz da Graciosa que neste plano não tem o devido eco. Se são para cumprir estamos ainda a tempo.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais *(Álamo de Meneses):* Já ouviu falar no orçamento da Segurança Social!?

O Orador: Na qualidade ambiental registo com agrado a preocupação deste Governo ao atribuir 59.900 contos à Ilha Graciosa.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Louvado seja Deus!

O Orador: Espero não sejam para desviar e não deixo de perguntar quais as ribeiras onde se prevêem aplicar 400 contos? Não sei onde é que há ribeira lá.

Deputado Francisco Sousa *(PS):* Isso foi o vento que as levou!

O Orador: Para a protecção da Orla Costeira vemos existirem 50.000 contos. Será pouco para fazer face aos pontos críticos de Fontainhas em Santa Cruz, Rochela e Fenais em São Mateus e Carapacho na Freguesia da Luz.

Na última visita do Governo à Graciosa ficou a promessa de beneficiação das termas do Carapacho. Mas, se permitem, devo dizer que é mais importante proceder-se de imediato à protecção da Orla Costeira da zona onde se encontram implantadas as referidas termas.

Relativamente ao Programa 31 esta a Graciosa contemplada de 28.000 que também nos apraz registar e julgamos serem as necessárias para ampliar o museu daquela ilha e realizar as adequadas obras.

Mas também aqui devo referir, mais uma vez, que a minha ilha viu fugir a quase totalidade das verbas previstas no Orçamento de 1998, já que das verbas previstas apenas se comprou ou vai comprar uma tenda de ferreiro e uma casa de debulhadoras.

Deputado Francisco Sousa *(PS):* Desta vez foi para a Terceira!

O Orador: Vamos agora à habitação.

Se esta vai no resto da Região como vai na minha Ilha, muito

o mal está.

Julgamos que o panorama esta muito cinzento com excepção de alguns Concelhos e Freguesias mais cor-de-rosa, mas não são todas já que por alguns jornais ficamos a saber que alguns presidentes de junta, apesar de Socialistas, negaram-se a receber as vergonhosas verbas que lhe queriam dar, as quais não davam para fazer face às carências.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos *(José Contente):* Está muito mal informado!

O Orador: O Sr. não se recorda. Foi na Terceira, por exemplo!

Mas voltemos à Graciosa. Quem é que fez as medições e orçamentos para certas obras já que para umas faltam os materiais e para outras restam, noutras faltam as verbas para a mão de obra e para outras resta?

E quantos casos atenderam naquela Ilha?

Se for a calcular pelas verbas do Plano de 1998 sei que gastaram algum dinheiro, mas o que é certo é que não se vê bem onde.

E porque não se despacham mais casos carenciados de habitação degradada neste ano?

E porque não se fazem as necessários realojamentos que os senhores já prometeram mas que alguém já deu como resposta não ter boas noticias para dar aos interessados.

Não admira que se leve tanto tempo para dar o devido andamento a estes processos já que dois casos de habitação considerados urgentes repito considerados pelo próprio Governo Socialista em abril de 1997 ainda estão concretizados..

Francisco Sousa *(PS):* Vão ser resolvidos em 6 anos!

O Orador: Mas pior ainda é certas as obras da responsabilidade da Delegação da Secretaria Regional de Habitação e Equipamentos nem satisfazem uma coisa que se chama Regulamento Geral de Edificações Urbanas?

É mesmo caso para dizer como diz o povo: "em boas mãos esta o Senhor Espírito Santo".

(Risos da Câmaras)

Vou finalizar dizendo que este Governo teimosamente não planeia obras importantes que a serem executadas beneficiariam em muito os Graciosenses das quais dou apenas três exemplos a zona de abrigo no Porto das Pescas da Praia da Graciosa, a nova Central Termoeléctrica e o Porto de Recreio a construir na Barra.

Deputado Francisco Sousa *(PS):* Vão ser executados para o outro mandato!

O Orador: Nem vou demagogicamente com antigamente falava o PS, quando era oposição mas que agora quando é Governo também não as pede e pior do que isso não as executa.

Como se pode verificar pelo que atrás fica dito a Graciosa com Planos e Governos Socialistas tem sido expoliada da execução de algumas obras que fazem imensa falta para a melhoria das condições de vida dos Graciosenses e que ao serem executados ajudaria em muito a economia daquela parcela da nossa Região Autónoma. Por essas razões nunca poderemos votar a favor este Plano para 1999 e o seu Orçamento.

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

É uma explicação muito simples e faz-me lembrar aquela série "Alô, Alô". "Só digo isto uma vez".

As aerogares de S. Jorge, da Graciosa são feitas pela SATA. As verbas são transferidas à SATA e a SATA candidata ao PEDRA estas verbas. Portanto, o que está inscrito no Plano são 15% das verbas.

O projecto está pronto. Foi lançado o concurso e é na ordem dos 100 mil contos. A aerogare da Graciosa vai ser duplicada em tamanho.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* E você não merecia!

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais *(Álamo de Meneses):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Mais um pequeno "Alô, Alô", só para dizer uma vez.

Existe um orçamento da Segurança Social e aquela verba que é necessária para a Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória está lá contemplada e não há nenhuma falta de verbas.

Deputado João Cunha *(PSD):* Não é na Praia da Vitória. É em Santa Cruz da Graciosa!

O Orador: Portanto, a obra vai prosseguir a bom ritmo com a velocidade necessária.

Em Santa Cruz da Graciosa é exactamente a mesma coisa. Foi contratado pelo Sr. Director Regional e está resolvido. Não se preocupe com essas questões e aprenda a ler os Orçamentos e os Planos.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A discussão e votação das Proposta de Plano e Orçamento é sempre uma tarefa difícil que exige de todos nós uma responsabilidade, muito consentânea com o bom senso e despida de egoísmos de índole pessoal.

Em consequência do meu manifesto desejo de reflectir sobre as propostas de investimento na área da Protecção Civil e no que se identifica com o meu círculo eleitoral, terei que desdobrar a minha intervenção em duas partes nitidamente distintas.

Antes de entrar no cerne da questão, com toda a sinceridade, devo dizer que em ambas as vertentes gostaria de ver as respectivas dotações orçamentais mais enriquecidas. Todavia as receitas não esticam para mais e a nossa solidariedade deve de ter em conta as áreas de intervenção imediatas resultante das calamidades naturais que assolaram a nossa região. Lembro que só o sismo de 9 de Julho do corrente ano causou prejuízos materiais superiores a 20 milhões de contos.

Muito aligeiradamente, julgo também ser o momento oportuno, para equacionar a diminuição das receitas consequência da redução fiscal.

Com um simples exercício de matemática, conclui-se que em matéria de redução fiscal, a diminuição de receita com que o Governo deixa de contar (por imposição da oposição) é mais do que a importância necessária para melhorar o porto da Calheta, daria para fazer uma escola nova na Vila das Velas, construir as cooperativas de Rosais e Ribeira Seca e ao mesmo tempo executar e melhorar muitos caminhos agrícolas, ou construir uma marina.

Não vou divagar mais sobre este tipo de raciocínio; voltando ao assunto que nos trouxe desta vez aqui passo de imediato às Propostas do Plano a Médio Prazo 1999-2000 e do Plano e Orçamento para 1999 para tecer algumas considerações sobre os investimentos ao nível da Protecção Civil, bem como das acções mais relevantes para o círculo eleitoral que me elegeu.

Chamado à atenção pelas intervenções dos meus colegas da bancada do PDS eleitos por São Jorge começo por comparar esta Proposta de Plano para 1999 com a sua congénere do último ano do anterior Governo e lembrando ainda a respectiva taxa de execução.

Deputado Mark Marques *(PSD):* O Sr. fale deste Plano!

O Orador: Verifica-se que a proposta em discussão apresenta para o referido circulo eleitoral 1.554430 contos, enquanto o último plano anual da responsabilidade do PSD apresentava 1003 contos dos quais só executaram 775.884 contos. Isto significa que esta proposta apresenta aumentos superiores a 64% e a 100%, respectivamente.

- Na interpretação dos senhores deputados do PSD esta Proposta de Plano e Orçamento não presta porque tem um aumento superior a 100% relativamente à última taxa financeira de execução do último ano de governação do partido que suportavam.

No que concerne ás dotações do Programa 24 - PROTECÇÃO CIVIL estamos perante uma importância de 1 100 mil contos, correspondendo também a um aumento superior a 100%, em relação ao último plano anual do anterior Governo.

Deputado Mark Marques *(PSD):* Aí o Sr. sempre falou!

O Orador: Abordando este sector, (na perspectiva da execução do Programa deste Governo, e tendo em evidência que a Protecção Civil é uma tarefa de todos) realço que, já foram desenvolvidas, junto de autoridades locais, comunicação social e associações civis uma série de acções, entre as quais as Jornadas de reflexão para Presidentes de Câmaras e responsáveis do Governo, bem como para os Órgãos da Comunicação Social. Realizaram-se cursos, nomeadamente para formadores na área do socorrismo e Emergência Médica, de tripulantes de ambulância, e cerca de uma dezena de cursos de socorrismo. Efectuaram-se acções de sensibilização junto das escolas. Ainda no âmbito da prevenção, o Laboratório Regional de Engenharia Civil tem prestado um valioso contributo nas áreas de geotécnia rodoviária,, fundações e prospecção, bem como na de materiais de construção e estruturas.

Criou-se a Secção destacada das Lajes das Flores e concluiu-se os Quartéis dos Ginetes e das Lajes do Pico. O Governo deu continuidade ao projecto de aquisição de equipamento para as corporações de bombeiros. Em curso está a construção do campo de treinos na Ilha Terceira.

Tendo em vista a importância da Protecção Civil numa zona, infelizmente, tão sujeita a catástrofes naturais como é a nossa, o Governo propõe à aprovação da Assembleia Legislativa Regional a execução para 1999 de investimentos de extraordinária importância.

Desde logo quero manifestar a minha satisfação pelo facto da presente proposta incluir a aquisição da rede de telecomunicações de emergência do SRPCA/IRBA.

De igual modo pretendo congratular-me com a inclusão, neste documento, das obras referentes à construção do Quartel de Ponta Delgada, a ampliação do Quartel da Vila da Madalena, à Instalação da Secção destacada da AHBV de Santa Cruz nas Lajes da Flores, bem como à construção de anexos de outros quartéis e a continuação das obras na Escola de Formação de BVs/PC.

Ainda registo verbas orçamentadas para dotar as Associações de Bombeiros de Santa Maria, São Miguel, Graciosa, São Jorge, Pico e Flores, com viaturas operacionais, destacando-se a compra de 5 ambulâncias 3 auto tanques médios, 5 auto comandos e um auto sapador ligeiro.

Quanto à Proposta de PMP verificamos que a dotação prevista para o ano 2000 é de 1 400 mil contos que permitirá a conclusão do Quartel de Ponta Delgada, a construção do da Ribeira Grande bem como da Escola de Formação de BVs/PC.

Ainda ao nível da beneficiação de Quartéis, serão contemplados o da Vila Franca, Madalena, Lajes, Velas e as Secções dos Ginetes, Altares e Lajes das Flores.

Debruçando-me sobre a globalidade dos investimentos, previstos (para São Jorge) nas Propostas do PMP 1999-2000 e do Plano e Orçamento para 1999, verificamos que a primeira tem uma dotação de 4.947.495 contos, enquanto a segunda tem 1.554.450 contos.

A título meramente informativo, aproveito para dizer que esta Proposta de PMP representa um aumento superior 336%, comparativamente com o somatório de igual período do último Governo do PSD. Isto é só para quem sabe fazer contas.

Deputado Mark Marques *(PSD):* Eu sei fazer contas!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Referindo-me aos investimentos, com maior interesse para o circulo eleitoral de São Jorge, previstos na Proposta de PMP acima referida, devo dizer que no âmbito do fortalecimento e diversificação do sistema produtivo contempla a verba de 1.754.355 contos para acções de extraordinária importância que vão de encontro ao desenvolvimento económico daquela Ilha.

É pouco (na interpretação dos senhores Deputados do PSD) porque só representa um aumento de 230% em relação à execução financeira dos dois últimos anos da governação laranja.

Devido à sua importância, realço, em primeiro lugar, o abastecimento de água às explorações agrícolas contemplado com uma verba de 82 000 contos.

Em igual período (os últimos dois anos) da Governação PSD nada se investiu (taxa zero) perante a apatia de quem agora acha pouco.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS): Muito bem!*

O Orador: Para os caminhos agrícolas e rurais confrontamo-nos com 301.000 contos. Em igual período da Governação o PSD investiu 50 000 contos.

Os senhores deputados do PSD não estão satisfeitos porque estamos perante um modesto aumento de 600%.

A sanidade animal está dotada com 108.900 contos. Nos dois últimos anos de Governação PSD investiu-se 20.012 contos.

Os senhores deputados do PSD não estão satisfeitos porque trata-se de um simbólico aumento de 1080%

Para a renovação e restruturação de empresas agrícolas prevê-se despender 108 500 contos.

Ao nível dos apoios ao investimento agrícola, ao rendimento, ao sector cooperativo e às organizações de produtores, detectamos, respectivamente, as importâncias de, 78 400 contos, 141 345, contos 82 167 contos e 29 864 contos. Não fiz percentagens, mas gostaria que os Srs. comparassem com os últimos 2 anos da governação do PSD.

Deputado Mark Marques *(PSD):* Compare com 1980!

O Orador: O apoio à indústria agro-alimentar está dotado com a verba de 29 864 contos e para a casa de matança (exclusivamente para obras) encontramos 87.000 contos.

Deputado Mark Marques *(PSD):* O que é que está lá escrito?!

O Orador: Não leu as propostas do P.M.P..

Ainda no âmbito da medidas agro-alimentares, a supracitada proposta apresenta-se com 347 735 contos. Nos últimos dois anos de Governação PSD investiu-se 14 298 contos.

Os senhores deputados do PSD não estão satisfeitos porque significa um pequeníssimo de 2400%

(Risos da bancada do PS)

Mudando mais uma página, muito superficialmente, registo uma dotação de 94 501 contos para as pescas, 32.754 contos para a promoção de produtos regionais, 44.445 contos para o apoio financeiro ao investimento privado e 1.288 359 contos para Infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento económico e social, dos quais 797.359 são para o sistema rodoviário que somados aos investimento das calamidades totalizam 932.359 contos.

Acham uma dotação exígua porque só significa um aumento de 200% em relação a igual período do passado, da responsabilidade do PSD.

Para a consolidação e modernização dos transportes marítimos temos 478 500 contos .

Verifico que a dotação orçamental para o porto da Calheta (com a promessa da sua reabilitação para este mandato) é uma verba exígua mas, tenho a confirmação do Senhor Secretário da Economia que a sua execução será uma realidade, dentro dos prazos já programados, e quero aqui, em nome dos jorgenses, agradecer-lhe a sua coragem e o saber ouvir as populações quanto à melhor solução para esta estrutura portuária, aquilo que os Srs. não souberam fazer no passado. É-me oportuno referir que depois de ensaios feitos sobre más soluções herdadas do passado, deu luz verde à empresa que está a projectar este investimento para estudar uma alternativa (que lhe foi apresentada recentemente) e traduz o desejo dos utentes deste porto, nomeadamente as empresas operadores do serviço de cabotagem e pescadores.

Prevê-se que as obras do Porto da Calheta sejam postas a concurso no final do próximo ano e os Jorgenses, mesmo cansados de terem sido enganados pelos Governos do PSD, num gesto de solidariedade para com a situação dos sinistrados (que perderam as suas casas no passado dia 9 de Julho) aceitam o justificado atraso, de alguns meses, no arranque deste investimento. Todavia peço ao Governo a sua melhor sensibilidade para aceitar uma proposta de alteração respeitante a um modesto

reforço que garanta a preparação de todo o processo por forma a não se verificar mais atrasos quando se abrirem as portas da AGENDA 2000.

Quanto a mim tudo farei para que o actual Governo realize este tão desejado investimento.

Os Senhores Deputados do PSD falar da protecção da orla marítima, referenciando as Fajãs da Caldeira de Santo Cristo, de São João e dos Vimes. Quanto a esta matéria o Governo está a dar-vos aquela oportunidade que o PSD não vos deu de aprovarem verbas para esse fim.

Ao nível da habitação, nos anos de 1995 e 1996 investiu-se 35.442,5 contos. Para os últimos dois anos deste Governo temos 237.488 mais 135.000 para reconstrução o que totaliza 372 488.

Para os senhores deputados do PSD é um insignificante aumento 1040%

Quanto às infra-estruturas educacionais, esta Proposta apresenta 669.505 contos para as 3 escolas integradas de São Jorge. **Refiro que, a taxa de execução dos dois últimos anos de governação PSD apresentou zero escudos,** quando a desgraça daquelas escolas remontam a mais de uma década.

Tendo em vista o acentuado estado de degradação e preocupante da Escola Integrada das Velas, peço a melhor sensibilidade deste Governo para encetar, o mais urgente possível, as obras naquele estabelecimento de ensino

Por limitação de tempo não me alongo mais. Este Governo honra os seus compromissos...

Deputado Mark Marques *(PSD):* Olhe que não!

O Orador: ... e os Açoreanos, que estão lá fora, só esperam que as propostas em discussão sejam aprovadas.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Depois de lida a tabuada pelo Sr. Deputado António Gomes, só lhe queria fazer uma pergunta muito clara.

O Sr. Deputado está contente com aquilo que o Governo socialista investiu até hoje em S. Jorge?

Deputado João Cunha *(PSD):* Não está, porque ele falou foi de programas do PSD!

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Gomes:

Quero-lhe dizer que fiquei espantado com o discurso de V. Exa..

A determinada altura da sua intervenção pensei que estava a fazer aqui o relatório da Associação de Bombeiros desta Região.

Deputado José Humberto Chaves *(PS):* Também faz parte!

O Orador: Numa outra parte dá-me a impressão que meteu os Planos todos do PS dentro dum saco, escolheu ao acaso, tirou o P.M.P. e veio para aqui fazer contas duma coisa que nem tão pouco foi aprovado nesta Assembleia.

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* Ainda pode ser!

O Orador: Portanto, Srs. Deputados, não vamos pegar num PMP que é uma mentira, que é uma fraude, que não está aprovado e não vamos pegar nesse plano e fazer contas. O que V. Exa. fez foi um erro de matemática, é um erro financeiro e só demonstra a incapacidade que tem e a incapacidade que os da sua bancada também têm de baterem palmas nesta Assembleia a um chorrilho de mentiras e números deturpados.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Vocês precisam é de ir para a escola aprender matemática e finanças!

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência *(Francisco Coelho):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No âmbito do programa 31 - Administração Regional e Local, a proposta do Governo Regional agora em apreciação prevê um montante de 934.000 contos para ser executado em 1999, o que é, aliás, bem significativo da importância e relevo dados a

esta área, já que tal quantitativo é, em mais de 50%, superior ao conjunto das verbas aprovadas no mesmo programa para o corrente ano (600.000 contos).

A formação de funcionários públicos, através do Centro de Formação de Administração Pública dos Açores (que no corrente ano ministrou cursos de formação a cerca de 2.000 funcionários públicos), bem como a implementação de projectos de modernização administrativa, como a extensão à RAA do projecto INFOCID, a criação e desenvolvimento dos ficheiros descentralizados dos funcionários, a automatização de arquivos e respectivo acompanhamento, o estudo da implementação na Região do projecto "Loja do Cidadão" são algumas das acções previstas para o ano que se avizinha.

O diagnóstico, adaptação do software e equipamento informático da Administração Publica Regional relativamente à sua compatibilidade com o ano 2000 é uma acção, na prática já iniciada, que merece uma especial atenção, estando dotada de uma verba de 200.000 contos. Ao nível do apoio e actualização do equipamento informático serão igualmente reforçados os apoios técnicos e colaboração com as Autarquias Locais dos Açores.

Aliás, ao nível da cooperação com os Municípios, com vista a apoiar o investimento municipal, através do pagamento de bonificações de juros, em complementaridade com o financiamento dos fundos comunitários prevê-se para 1999, o montante de 420.000 contos, mais 100.000 contos do que no corrente ano.

Este Governo, desde a sua posse, é bom recordar, já estabeleceu com os municípios da Região 32 contratos ARAAL de colaboração e cooperação, sendo 19 desses projectos para a realização de obras de saneamento básico e rede viária, num valor total de investimento de 3,5 milhões de contos.

Ainda no âmbito da cooperação financeira indirecta, também desde o inicio do mandato deste Governo, as Câmaras Municipais da Região contraíram empréstimos num valor superior a 527 mil contos, suportando o Governo Regional, através da bonificação em 70 % dos respectivos juros, cerca de 106 mil contos. Isto para não falarmos na cooperação existente ao nível da reparação de escolas, habitação, turismo e ambiente.

Ao nível do II Quadro Comunitário de Apoio, fundos adstritos aos Açores, mais de 30 milhões de contos foram reafectados aos municípios para investimento de âmbito municipal, sobretudo para saneamento básico, rede viária, reanimação e actividades culturais, ordenamento do território e ambiente.

Apesar de tudo pouco, dirão alguns, sobretudo se pensarmos que as estimativas das Câmaras Municipais, em 1994, previam como intenção de investimento uma verba próxima dos 100 milhões de contos. No entanto, segundo um levantamento feito pela DROAP, já este ano, constata-se que, o total de investimento aprovado era de 32,5 milhões de contos e a despesa realizada de cerca de 24,5 milhões de contos.

Vai igualmente prosseguir a cooperação financeira directa com as freguesias, para aquisição de equipamentos e construção e reparação de sedes.

A cooperação técnica com as Autarquias Locais vê igualmente aumentada a sua dotação prevista para 1999, nomeadamente com vista a possibilitar a realização de visitas de apoio técnico aos municípios e freguesias, realização de acções de formação para eleitos locais das freguesias.

Face ao exposto, também ao nível do programa 31, o Governo Regional dos Açores tem vindo a cumprir a proposta de Plano de Médio Prazo 1993-97, que tempestivamente-apresentou a esta Câmara, totalizando para o quadriénio a dotação prevista o montante de 2.625.513 contos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao nível orçamental, nomeadamente das despesas correntes, e na sequência aliás do já explanado pelo Sr. Secretario Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento, nunca é demais salientar o enorme esforço de contenção que o Governo Regional vem procedendo nesta matéria.

Efectivamente, convém nunca esquecer que os aumentos salariais da função publica, os acréscimos remuneratórios resultantes da normal promoção e progressão dos funcionários, as revalorizações extraordinárias por via da revisão dos respectivos regimes de carreiras, a que neste momento se procede, não só para as carreiras do regime geral, como ainda para as carreiras docente não superior, médica e de enfermagem, com reflexos óbvios no orçamento da Região para 1999, nalguns casos com pagamento de retroactivos a 1 de Janeiro de 1998 - são aspectos a que

obviamente o Governo Regional se encontra adstrito a executar, nem sequer sendo sua a respectiva decisão.

O mesmo terá de ser dito, naturalmente, no que concerne à integração nos quadros da Administração Regional dos trabalhadores sem título jurídico adequado na-sequência de legislação nacional. Refiro-me concretamente à regularização da situação de cerca de um milhar de trabalhadores ao abrigo do Dec-Lei n° 81- A/96 e legislação complementar.

A integração na função publica dos açorianos que aderiram aos programas ocupacionais MEFE e PROSA, desde que cumpram os mesmos requisitos substanciais da legislação supracitada também terá certamente o correspondente impacto orçamental ao nível das despesas correntes já no próximo ano.

Mas certamente a mesma Assembleia que, por unanimidade, aprovou tal diploma se sentira obrigada a autorizar o aumento correspondente nas despesas correntes.

Agora estes casos, tem sido - repito - enorme o esforço de contenção na admissão de novos funcionários. Até porque a situação de quase pleno emprego que actualmente se vive nos Açores nem sequer justifica ou motiva a tentação de fazer da Administração Regional um artificial polo empregador.

A nossa opção tem sido de encontrar a média via entre as necessidades de uma Administração prestadora num território descontinuo e a também necessária racionalização dos recursos humanos na Administração Pública.

Disse.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS): Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do Governo e do PS)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por princípio o debate e discussão das Propostas do Plano e Orçamento é, ou deve ser, um momento estatutária e regimentalmente importante.

Friso, deve ser, porque as circunstâncias caricatas em que se procedeu ao debate destes documentos são elucidativas do desrespeito do Governo por este Parlamento.

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* Como?!

O Orador: Na sequência da quebra de solidariedade nacional ao não ser aceite pelo Governo da República o pedido de autorização da contracção do empréstimo do montante desejado e do consequente pedido deste Governo de adiamento do presente debate era esperado, mais, era politicamente exigível que este Governo ou substituísse os documentos entregues ou apresentasse atempadamente, através do Grupo Parlamentar do Partido que o apoia, as imprescindíveis propostas de alteração face à previsível diminuição das receitas.

Significa dizer que durante três dias discutimos, analisámos e debatemos documentos, quando previamente se sabe que serão outras as propostas que irão ser votadas.

O Governo com esta atitude não só desrespeita este Parlamento, como acima de tudo, procura desacreditar e descredibilizar esta Assembleia.

Deputado Victor Cruz *(PSD): Muito bem!*

O Orador: Apesar dessa condenável estratégia aqui procurámos, duma forma séria, empenhada e responsável apreciar os documentos que nos foram entregues, procurando sermos porta-vozes das preocupações, anseios e aspirações daqueles que em nós confiaram.

Mesmo nestas circunstâncias verdadeiramente circenses - e especialmente nestas circunstâncias - não é compreensível que se façam opções no investimento a efectuar e se inscrevam as respectivas verbas que suscitam tantas vezes um debate acalorado e confrontar-se, posteriormente, na maioria das vezes, a sua deficiente execução.

Governar não se limita ao exercício de programar.

É, antes de mais, a capacidade de gerir, administrar e executar.

Não basta, nesta perspectiva, que se elenque nesses documentos programas e acções que traduzem compromissos assumidos ou promessas eleitorais, quando, muitas vezes, não têm correspondência na sua execução material.

Não se aceita tão pouco uma mera elencagem como medidas avulsas sem corresponderem a um projecto político definido e correctamente perspectivado.

Não basta, neste enquadramento, que se assista a um desfile de intervenções de Deputados, - uns apoiantes do Governo - que cumprem o ritual, desobrigando-se de ano para ano dizendo "Amen"!, ou até numa perspectiva mais seguidista de elogiar duma forma tão cortês quanto incontida e, por outro lado, de outros deputados que, duma forma construtiva, mas por vezes incompreendida, manifestam ou as suas reservas ou as suas críticas às opções propostas.

Nesta perspectiva, se é importante a análise destes documentos é fundamental o debate dos respectivos relatórios de execução.

Aí sim, poder-se-á confrontar o Governo entre as acções propostas e as medidas concretizadas.

A eficácia governativa não pode nem deve ser aferida pela mera inscrição de verbas para determinada acção - algumas das quais são mera reinscrição das verbas não executadas - mas sim pela forma, modo e tempo da sua concretização.

Por isso, e pela incapacidade demonstrada relativamente à fraca execução de muitas acções previstas para o corrente ano, é-me legítimo duvidar da execução de muitas medidas anunciadas.

Só espero que este Governo, perante a previsível inexequibilidade de muitas acções constantes deste Plano, não atribua a responsabilidade dessa não concretização aos Governos anteriores como quantas vezes, duma forma abusiva, e até despodorada, o actual executivo do PS procura camuflar e encobrir a sua deficiente capacidade concretizadora e ineficácia governativa.

A estratégia deste Governo é fazer constar que o que de positivo tem sido feito é mérito seu e os fracassos e erros que comete são culpa do passado.

Cometeram-se erros no passado, mas muito de positivo e fundamental para o nosso actual desenvolvimento económico e social deve-se às políticas dos anteriores Governos.

Cometeram-se erros, mas muito do que é executado no presente foi estudado, reflectido e perspectivado no passado, do mesmo modo que muito do que é analisado e ponderado hoje será concretizado no futuro por um qualquer Governo.

Escamotear esta realidade é ser politicamente desonesto.

Este Governo propagandeia muito, mas concretiza pouco.

Para este Governo o mais importante do que fazer é parecer fazer.

Não há dúvida que este Governo faz do marketing político a sua bandeira.

Este é um Governo que se assusta com a palavra mentira por ser a expressão correctamente aplicada para a sua falta de verdade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As medidas positivas que têm sido tomadas - apesar de serem escassas - devem-se em grande parte à solidariedade que por vezes tem tido do Governo da República.

Sem lhe retirar o mérito, são medidas "fáceis" porque resultam duma decisão política e administrativa, facilitadas, algumas, por imposição comunitária, outras pela solidariedade nacional, e outras ainda pela favorável conjuntura económica nacional e internacional.

No entanto, e ao invés, aquelas medidas que exigem acima de tudo capacidade de acção, coragem na decisão e determinação na execução, têm encontrado um Governo que baqueia perante as adversidades e que é ineficaz na sua solução.

Os exemplos mais flagrantes são a confrangedora incapacidade deste Governo perante a adversidade que foi o sismo que assolou algumas ilhas desta Região, e a manifesta negligência e falta de empenho na escandalosa e caricata situação relacionada com a Marina de Angra do Heroísmo.

É inconcebível - é até chocante - o marasmo deste Governo perante a imperiosa e urgente necessidade de reconstruir, incapacidade esta que já foi, inclusivé, expressamente reconhecida pelo responsável do PS e Presidente da Câmara Municipal da Horta.

Nesta situação, muito me admira que o Senhor Secretário da Habitação - que é maestro nesta táctico/estratégia - não comparar a capacidade de reconstrução na sequência do sismo de Julho passado relativamente à do dia 1 de Janeiro de 1980.

Não me admiraria nada que V. Ex. dissesse que aos Governos não pode ser assacada qualquer responsabilidade pela eficaz ou ineficaz capacidade de resposta, devendo os actuais atrasos serem imputados aos Faialenses, Picarotos e Jorgenses e a outrora rapidez de execução serem mérito exclusivo dos terceirenses, graciosenses e jorgenses...

Relativamente à Marina é uma situação que atinge foros de escândalo, pelo dinheiro envolvido, pelos compromissos empresariais assumidos, e pela boa imagem desta Região, pelo que se exige um empenhamento sério deste Governo, de quem solicito que me esclareçam agora qual a solução que se perspectiva e para quando.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apesar de descontente com muito do que foi programado e não executado no circulo por onde fui eleito, não me vou debruçar sobre as soluções adiadas nem sobre o prometido e não concretizado.

Não posso, no entanto, deixar de manifestar a minha profunda preocupação perante eventuais medidas que venham a ser tomadas por este Governo em defesa dos interesses de uma empresa que implicam efectivos e inquantificáveis prejuízos para algumas Ilhas, nomeadamente Terceira e Faial.

Reside esta minha preocupação no facto de constar que se preparam as alterações aos horários da SATA, na perspectiva de se despejarem os passageiros das diversas ilhas na de S. Miguel, em detrimento da Terceira e da Horta, de forma que, independentemente da sua origem, os passageiros se sintam motivados a sair para o Continente nos aviões da SATA.

Essa situação, a ocorrer, é preocupante e deve merecer o nosso mais veemente repúdio.

É legítimo que este Governo proteja e defenda esta empresa, mas não o pode fazer à custa dos interesses de algumas parcelas desta Região.

Os custos que o Governo paga à SATA pela prestação do serviço público são para a satisfação das necessidades dos Açorianos nas suas deslocações inter-ilhas, e não para privilegiar quaisquer interesses empresariais.

Por isso, e agora, é-me legítimo solicitar a este Governo uma garantia formal de que tais alterações horárias com os referidos propósitos não serão concretizadas.

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS):* Ó Sr. Deputado, os horários já estão publicados!

O Orador: Pode ser uma preocupação infundada - e espera que o seja - mas terão de reconhecer que é uma preocupação legitima.

Mas fundada é sem duvida a minha revolta e indignação pelo facto dos Açorianos que se deslocam para o Continente da Terceira e da Horta pagarem mais do que aqueles que para ai se desloquem idos de S. Miguel.
É inaceitável.
O Governo terá de dar resposta a esta gritante injustiça que cria uma situação de privilégio de uns Açorianos relativamente aos demais.
É imperioso que o Governo esclareça aqui e agora que medidas irão ser tomadas para repor a justiça nos princípios e a igualdade nos direitos de todos os Açorianos
Fico, entretanto, na expectativa que este engrossado Governo demonstre no futuro que pertence ao seu passado a sua actual fraca capacidade concretizadora e que os problemas e preocupações ora manifestados tenham sido objecto de decisão e solução na mira do bem estar da população e desenvolvimento da Região.
Se assim for aqui estarei para me congratular e elogiar.
Se assim não ocorrer, espero que se tenha a verticalidade de denunciar e a coragem de construtivamente criticar.
Disse.
Vozes do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD e do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro)

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.
Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:
Peço desculpa não ter percebido bem, porque só entrei na sala quase no fim da sua intervenção.
Aquilo que eu percebi foi o seguinte:
Que a SATA estaria a fazer voos directos de S. Jorge directamente para S. Miguel. Posso-lhe dizer que vai fazer, porque é essa a política da SATA. Cada vez mais as pessoas querem viajar, parando menos nos diversos sítios, ou seja, querem viajar mais directamente. Isto está a acontecer com a Horta/S. Miguel e Flores/S. Miguel.

Portanto, à medida que o volume de passageiros aumenta é natural que isso aconteça. As pessoas querem ser melhor servidas.

Antigamente para irmos para o Continente tínhamos que ir para Santa Maria. Hoje as pessoas viajam directamente de S. Miguel para Lisboa e na Terceira é a mesma coisa. As pessoas que não querem ir para S. Miguel via Terceira, vão directamente para S. Miguel. Sempre que justifique o tráfego é isso que vai acontecer.

Só será feito quando o tráfego o justificar, mas logo que haja um "break-even" que permita fazer isso, será feito, porque isto vem na melhor qualidade de serviço das pessoas.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, eu por acaso tenho aqui os horários que se perspectivam da SATA e o que eu vejo aqui é um esvaziamento completo do aeroporto da ilha Terceira.

É curioso que só agora, depois de 2 anos deste executivo, se preocupem que as pessoas têm que ir mais rapidamente da origem ao destino.

É curioso que só numa altura em que a SATA ganha um concurso para a saída de Ponta Delgada para o Continente, é que se perspectiva e se preocupa com os residentes das diversas ilhas.

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Esses horários já estão publicados há muito tempo!

O Orador: Ó Sr. Secretário, as pessoas que vivem no Pico, S. Jorge ou na Graciosa também podem sair para o Continente via Lajes.

O que se vê aqui e que se perspectiva, e vão-me dar razão, é fazer os horários da Graciosa, do Pico e de S. Jorge directamente para S. Miguel de forma a que as pessoas deixem de frequentar a Horta, deixem de frequentar a Terceira.

Essa política é uma política consciente deste Governo e foi no sentido de esvaziar o tráfego aéreo, quer na Terceira quer no Faial.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O erro que o Sr. está a cometer é grave.

Deputado Jorge Valadão *(PSD):* Não é verdade.

O Orador: O Sr. veja bem as reduções que estão a ser feitas. A Terceira é sempre privilegiada. Veja só: Corvo/Flores 20,5%; Corvo/Horta 20,8%, Corvo/Terceira 21,6% de desconto; ...

Deputado Jorge Valadão *(PSD):* Não é disso que estou a falar.

O Orador: Ouça, que eu já vou lá.

... Corvo/Ponta Delgada 16,7% de desconto. O desconto também é importante.

Mais:

Flores/Horta 21% de desconto, Flores/Terceira 22% de desconto, Flores/Ponta Delgada 17% de desconto; Graciosa/Horta 18% de desconto; Graciosa/Terceira 18% de desconto; Graciosa/Ponta Delgada 17% de desconto.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Vocês sabem que não é isso!

O Orador: Eu acho que isto é claro. As pessoas que querem viajar para S. Miguel não têm que parar na Terceira.

Logo que o tráfego o justifique isso será feito, quer o Sr. queira quer não queira, porque as pessoas querem é assim. É um direito que as pessoas têm de serem melhor servidas.

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário:

Eu não tenho muito tempo para estar aqui a discutir isso, mas tenho aqui horários em que, por exemplo, ao Domingo um terceirense para ir a S. Miguel tem que ir via S. Jorge e o micaelense para vir à Terceira tem que vir também via S. Jorge.

A preocupação, acima de tudo, é pôr as pessoas das diversas ilhas no aeroporto de Ponta Delgada. Essa é uma realidade.

Eu posso discutir estes documentos que aqui estão com o Sr. Secretário. Espero que eles sejam repensados acima de tudo, para que haja um equilíbrio...

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Sempre houve!

O Orador: ... entre os diversos pólos de escoamento das pessoas da Região para o Continente.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois da intervenção do meu colega de bancada e embora não conhecendo as perspectivas e as propostas de horários, eu gostaria de aqui também deixar um alerta, uma vez que o aeroporto da Horta praticamente é servido com os voos internos, que é o serviço público que a SATA presta aos açorianos e que é pago pelo Orçamento do Governo, é no sentido de que o serviço inter-ilhas que existe todos os dias, existindo um voo que faz Ponta Delgada/Terceira/Horta de manhã, que isso não venha a ser prejudicado.

Receio que com essa estratégia que, eventualmente, esteja a ser preparada, em termos internos, a ilha do Faial venha a ser prejudicada.

Portanto, deixo aqui também o meu alerta para que, com essa estratégia de canalizar todos os passageiros para a SATA levar para S. Miguel e depois para Lisboa, essa situação não seja posta em causa.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu acho que esta discussão não tem qualquer razão de ser. São fantasmas que estão a ser lançados...

Deputado Jorge Valadão *(PSD):* É preferível prevenir do que remediar!

O Orador: ... que não têm mesmo qualquer razão de ser, porque estes horários foram feitos muito antes de saber o resultado do concurso. O concurso soube-se há 10 dias e estes horários já estavam há muito tempo feitos.

Mais:

A redução que também já foi feita há bastante tempo, aponta claramente para que todas as ilhas tenham descontos especiais para as primeiras "gate ways". Como S.

Miguel está na ponta, só é privilegiada em relação a Santa Maria. Todas as outras ilhas são privilegiadas para a primeira "gate way". A Terceira é mais privilegiada nos descontos e o Faial também. Repare bem nos descontos que nós estamos a fazer, há excepção de Santa Maria que está mais próxima de S. Miguel que tem um desconto maior. É sempre assim.

O desconto é sempre maior para a Horta e para a Terceira. S. Miguel que está mais afastado o desconto é menor.

A nossa política é aproximar as ilhas que estão mais afastadas das primeiras "gate ways". Isto é que mostra claramente a forma de nós unirmos os Açores.

Unir os Açores é servir melhor os açorianos.

Servir melhor os açorianos é não transformar o transporte aéreo num comboio correio com muitos apeadeiros, mas sim transformar os comboios que estão actualmente com meio correio cada vez mais comboios expressos.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro *(PP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Segui atentamente a questão colocada pelo Sr. Deputado Jorge Valadão e as respostas do Sr. Secretário Regional.

Gostaria, Sr. Secretário, para meu esclarecimento, de pôr a seguinte questão:

Estou perfeitamente de acordo com V. Exa. que é do interesse da nossa população, dos utentes que consigam o trajecto aéreo directo em alternativa às situações de paragens sucessivas.

Nós como utentes frequentes do transporte aéreo da Região somos exemplo disso: Segunda-feira para chegarmos à Horta viemos por S. Jorge e isto não foi do agrado de nenhum de nós.

Agora, Sr. Secretário, dentro dessa política que tem o apoio do Partido Popular, pergunto a V. Exa. o seguinte:

Na filosofia de horários da SATA, Air, Açores está previsto que, por exemplo, os passageiros de S. Jorge e Graciosa possam sair e entrar nas ligações com Lisboa pelo Aeroporto das Lajes com os tais voos corridos, directos, ou seja, se esse horário

garante que um passageiro que sai de S. Jorge e apanha o voo nas Lajes e vai para Lisboa, vem de Lisboa, chega às Lajes e vai para a sua Ilha - quem diz em relação a estas ilhas, diz em relação às Flores ou ao Pico ou a outras com o aeroporto mais próximo de ligação com o Continente - se tem essa ligação diária? Se o objectivo é garantir isso parece-me que se está a dar um passo para melhorar o serviço junto dos utentes das ilhas pequenas não servidas directamente por voos nacionais.

Portanto, era este tipo de pergunta que fazia ao Sr. Secretário.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr, Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu devo dizer que sobre isto vou ser muito simples.

A SATA e a TAP estão reunidas para acertar um conjunto de processos, desde horários e transferes entre as duas empresas.

Nós quando soubermos os horários duma empresa nós vamos adaptar os horários da SATA a essa empresa.

O objectivo da SATA é servir sempre melhor os açorianos. Portanto, vai encontrar os horários e as ligações que melhor sirvam os açorianos, seja pela TAP ou pela SATA. É este o nosso objectivo e é esse o objectivo que está presente na comissão conjunta da SATA e da TAP.

Estes espantalhos lançados pelo Sr. Deputado Jorge Valadão não têm qualquer fundamento. É apenas para servir melhor os açorianos. Se nós estivermos enganados, vamos tentar melhorar.

A verdade é esta:

Nós temos nos Açores nove ilhas e é possível fazer 36 ligações diferentes, os horários são sempre muito complicados de fazer e são consequência disso as eternas discussões que nós temos tido com os Srs. Deputados das Flores e do Corvo. Nós temos 3 aviões, temos que percorrer diversas ilhas, pára aqui ou pára acolá, se vai a uma ilha não vai à outra. Portanto, é complexo fazer um horário da SATA.

Agora, não é neste fórum que vamos discutir esse horário. Acredito na boa vontade da SATA e da TAP em encontrar a forma mais correcta de servir os Açores. Ambas as empresas pretendem servir melhor os açorianos.

Nós não estamos em luta com a TAP neste processo, mas a tentar encontrar as melhores formas para resolver esta questão dos horários. É essa a nossa orientação política.

Muito obrigado.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

Deus queira que essa preocupação que eu aqui manifestei não venha a ter, em termos práticos, aquilo que eu receio, porque feita uma análise superficial aos horários que tenho aqui à minha frente, é muito fácil conciliar as diversas deslocações directas, que existem e que estão previstas, de S. Jorge, do Pico, da Graciosa e até das Flores para Ponta Delgada, com o avião da SATA que sai de Ponta Delgada.

O que eu vejo...

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* O Sr. já sabe os horários da TAP?

O Orador: ...é que há aqui uma perspectiva de fazer um escoamento dos voos directos para Ponta Delgada, em detrimento do escoamento através das Terceira.

É muito fácil o Sr. Secretário dizer que se preocupa com a possibilidade das pessoas fazerem uma viagem corrida até ao Continente, pondo os aviões a chegar uma hora ou uma hora e meia antes a S. Miguel e as pessoas que vão pela Terceira terem que esperar 3 ou 4 horas pelo avião da TAP. Sendo assim é natural que as pessoas se sintam motivadas a ir de avião para Ponta Delgada, esperando uma hora pelo voo da SATA com ligação ao Continente, do que irem pela Terceira ou Faial quando sabem que têm que esperar 3 ou 4 horas por essa ligação.

Espero que esta preocupação seja infundada.

Quanto à outra questão que eu referi e que o Sr. Secretário não estava presente, gostaria de saber se há ou não, da parte do Governo, neste momento alguma medida pensada e reflectida de forma a compensar os açorianos que vão pagar mais para ir para Lisboa relativamente a outros que vão pagar menos e que têm o mesmo destino.

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Quais?

O Orador: Ou seja, tanto quanto julgo saber a SATA praticará preços de 31 mil escudos e a TAP 32 mil escudos.

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Isto é a lei da concorrência!

Presidente: Para intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Pinto.

Deputado Guilherme Pinto *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Passados que são cerca de dois anos da tomada de posse do VII Governo Regional, é altura de fazermos um balanço da actividade governativa, em relação à ilha do Faial, tendo por base os objectivos propostos no Programa do Governo, aprovado nesta Assembleia.

As calamidades que neste curto período de tempo, se abateram sobre os Açores, e só por si, poderiam justificar uma mudança dos objectivos propostos, não alteraram as intenções do Governo de cumprir as promessas de 1996.

De entre os diversos sectores de actividade económica com maior importância para a Região e, para esta ilha em particular, capaz de gerar riqueza e potenciar o emprego é, sem dúvida, o Turismo. Neste domínio, foram tomadas medidas estratégicas fundamentais ao desenvolvimento desta actividade. O elevado custo das tarifas aéreas, estava identificado, desde há muito, como um factor impeditivo do crescimento do fluxo Turístico para esta Região.

O Governo Regional, presidido por Carlos César, conseguiu em dois anos, inverter uma situação que nos últimos 20 anos de governos do P.S.D., se tinha caracterizado por aumentos sucessivos. A partir do dia 1 do próximo mês de Janeiro, a nova tarifa de residente para a ligação Açores-Lisboa, passará a custar no máximo 32 contos, sendo a de não residente 38.000$00. Também o tarifário a praticar nas ligações inter-ilhas, baixará significativamente, especialmente para as ilhas mais periféricas da Região.

Tendo em conta, que numa Região caracterizada pela sua descontinuidade, como são os Açores, os transportes marítimos assumem um papel fundamental para o desenvolvimento do sector produtivo e do Turismo, o Governo Regional, implementou no corrente ano, com grande sucesso uma experiência inovadora neste domínio. A par do barco rápido "Independência" que assegurava as ligações regulares

entre as ilhas do grupo Central, o Ferry "Lady of Mann", sulcava os mares dos Açores, de um extremo ao outro, em verdadeiros cruzeiros Turísticos, a preços bastantes acessíveis.

No domínio das estruturas físicas de apoio ao desenvolvimento do Turismo, a construção do campo de golfe da ilha do Faial, permitirá dinamizar este sector, contribuindo para a inversão da tendência sazonal que tem caracterizado o Turismo desta ilha.

A marina da Horta, a mais importante infraestrutura de apoio ao iatismo internacional dos Açores, verá a sua capacidade quase duplicar.

Obra, mais que justificada, se tivermos em conta o número crescente de embarcações entradas. Neste ano, a marina da Horta, atingiu novo recorde, com 1110 iates, o que a torna um autêntico hotel flutuante de grande capacidade.

O Pavilhão dos Açores na EXPO 98, que mereceu de todos quantos o visitaram, os maiores elogios pela sua qualidade, dignificando o nome da Região nesta exposição mundial, será reinstalado na cidade da Horta, contribuindo para a valorização desta cidade e da ilha do Faial.

Deputado Rui Pedro Ávila *(PS): Muito bem!*

O Orador: A defesa e valorização do nosso património arquitectónico e cultural, está contemplado no plano de 1999, com verbas destinadas a financiar algumas obras fundamentais para o Faial. Refiro-me à consolidação e recuperação da Igreja do Carmo, sem dúvida, um dos mais importantes monumentos arquitectónicos da nossa ilha e Região, onde futuramente será instalado o Museu da Arte Sacra.

As obras de adaptação da Casa Grande da Rua Walter Bensaúde, a Biblioteca Pública, Arquivo e Casa da Cultura, irão definitivamente resolver uma das situações mais degradantes e atentatórias ao respeito que nos deve merecer a preservação do património documental legado pelos nossos antepassados. A ilha do Faial, finalmente vai passar a dispôr de uma estrutura de apoio às actividades culturais, capaz de cumprir a sua missão com a dignidade que todos desejamos e que os faialenses merecem.

No domínio da saúde, apraz-me registar, com grande satisfação, a recente assinatura do contrato para a realização de uma empreitada de construção de um novo bloco no

Hospital da Horta, onde será instalado uma unidade de cuidados intermédios de hemodiálise e hematooncologia. Esta obra, que atinge as 520 mil contos, permitirá aos doentes abrangidos pela área de influência desta unidade hospitalar, verem melhorar significativamente as suas condições de tratamento. Mas, o apetrechamento e modernização do Hospital da Horta, não se fica por aqui. A breve trecho, será instalado um aparelho de TAC, que tornará possível não só melhorar os cuidados de saúde prestados, mas também, fará reduzir o número de doentes que necessitam de se deslocar a outras ilhas, com todos os inconvenientes daí resultantes.

As instituições particulares de solidariedade social desta ilha, irão beneficiar de importantes apoios.

O Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia é contemplado com uma verba de 100.000 contos destinado à reconstrução da sua parte antiga. Além disso, esta instituição verá, em breve, concretizada uma velha aspiração: a construção do centro de cuidados geriátricos.

A Casa de Infância de Stº António será apoiada com 75.000 contos e o Lar das Criancinhas com 30.000 contos.

No programa desenvolvimento das infra-estruturas educacionais, está consagrada a construção da Escola Básica/Jardim de Infância da Matriz, com seis salas de aula e a ampliação da Escola Básica/Jardim de Infância dos Flamengos.

Neste domínio, sem dúvida, a obra mais importante, em virtude da sua real necessidade e, tendo em conta a população escolar abrangida, é a construção da nova escola secundária.

Os faialenses, aguardam esta obra, há pelo menos 12 anos, altura em que foi prometida, pela primeira vez pelos Governos do PSD.

No Programa Desenvolvimento Desportivo, a ilha do Faial verá melhorar de maneira significativa as suas instalações desportivas, com a construção do Parque Desportivo do Faial. Obra de maior importância, capaz de potenciar o desenvolvimento desportivo desta ilha, sendo também uma velha aspiração desta Terra.

Por sua vez, o pavilhão desportivo da Horta, sofrerá diversas obras de beneficiação, incluindo a construção de uma pista de atletismo de dimensões reduzidas e da construção de um tanque de aprendizagem de natação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

No Programa calamidades - sismo, a ilha do Faial é contemplada no Plano para 1999, com uma verba de 6.165.000 contos, destinada às tarefas de reconstrução.

Esta, é sem dúvida, uma tarefa complexa e extremamente difícil pelos múltiplos problemas que se lhe colocam.

O primeiro grande desafio a ultrapassar é sem dúvida, o do realojamento definitivo dos sinistrados, porque para o Partido Socialista, as pessoas estão primeiro. Porque reconstruir, não significa apenas alojar pessoas, o primeiro grande problema que se coloca, é o de reedificar comunidades, com relações sociais consolidadas ao longo de anos, com uma vida própria, em que os laços de vizinhança assumem um papel primordial.

O nosso passado histórico, do mais remoto, ao mais recente, ensina-nos que as crises sísmicas têm sido a nossa companhia quase permanente ao longo dos séculos. Daí, uma segunda ilação: a necessidade de que as casas a construir, reabilitar ou reparar, sejam anti-sísmicas, por forma a garantir boas condições de segurança.

No Faial, já se iniciaram as pequenas reparações, estando já instruídos cerca de 300 processos, o que nos permite afirmar que a reconstrução está em marcha.

Mas a tragédia que se abateu sobre nós, atingiu também severamente igrejas e impérios do Senhor Espírito Santo.

É imperioso não repetir erros cometidos, neste domínio, no passado. Que nos sirva de exemplo a adulteração levada a cabo em templos e impérios nas povoações atingidas pelo Vulcão dos Capelinhos.

O nosso património arquitectónico, que já não era rico, ficou mais pobre. A reconstrução destes edifícios deve respeitar os modelos tradicionais que nos foram legados pelos nossos antepassados.

Os apoios a conceder à igreja estão definidos em protocolo assinado entre a Diocese e o Governo Regional, sendo estabelecidos contratos programa com cada paróquia, sendo as prioridades de reconstrução definidas pela Diocese.

Tudo isto exige, o esforço de todos, a começar pelas autoridades regionais, no âmbito das suas competências e a acabar em cada um de nós.

Os apoios a conceder pelo Governo Regional não têm precedentes em situações semelhantes, o que permitirá, estamos certos, reedificar a nossa comunidade de forma capaz e com futuro.
Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.
Deputado Madruga da Costa *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:
O Plano para 1999 consigna no seu Programa 33 - Calamidades, para a ilha do Faial, o montante de 6.166 milhões de contos, que visam fazer face aos prejuízos causados pelo sismo de 9 de Julho.
Esta verba destina-se aos apoios a prestar aos sinistrados nas áreas da agricultura, pescas e ambiente - 250.000 contos; na recuperação dos edifícios classificados ou de interesse arquitectónico (Igrejas, ermidas e casas do Espírito Santo) - 400.000 contos; recuperação de edifício das instituições particulares de solidariedade social (IPSS) - 205.000 contos; 705.000 para o Porto da Horta; 50.000 para a Marina.
Para a reconstrução de estradas regionais e dos portos reservam 1.975.000 contos e, finalmente, 2.130.000 contos para a reconstrução de habitação.
Trata-se, sem dúvida, dum conjunto de verbas significativo.
Diria mesmo que, por ser tão elevado, causa alguma perplexidade.
Impõe aos seus proponentes pesadas responsabilidades na sua utilização e sobretudo no sismo da sua execução.
Trazemos destes últimos meses uma amarga experiência, que decorreu da verificação da total inoperância dos serviços que têm a seu cargo a promoção da reconstrução.
Como é possível ouvir falar ainda em fazer mais um levantamento desta ou daquela situação?
Como é possível, passados quase seis meses sobre a data do sismo, que ainda não saibam os sinistrados o que lhes vai acontecer? Que tipo de intervenção terão de fazer nas suas casas e com que apoio podem contar?

Como é possível passado todo este tempo, passar ao redor desta ilha e não ver o afã duma reconstrução que ainda não começou.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Não há explicação que chegue, nem desculpa que sirva.

Não tenho das coisas a visão catastrófica com que, por vezes, têm tentado rotular os Deputados do PSD destas ilhas, ou quem não alinha com a louvaminhas vazia e barata de quem sempre quer estar encostado ao poder. Mas não posso deixar de referir que o tempo tem vindo a dar razão à grande maioria das nossas posições e às questões que sucessiva e oportunamente temos levantado e continuaremos a levantar sempre que estejam em causa os interesses daqueles que nesta casa legitimamente representamos.

Temos sentido a preocupação das nossas comunidades relativamente à reparação e reconstrução das suas igrejas paroquiais.

O montante envolvido nessas obras vai naturalmente elevar-se a mais de um milhão e meio de contos (1.500.000 contos).

Não podemos deixar de salientar o elevado valor destas obras, que naturalmente peca por defeito e, por outro lado os valores estimados da comparticipação já negociado com a Diocese, e que deixam sobre as paróquias e as comissões fabriqueiras a responsabilidade por valores muito elevados que constituirão um pesado encargo para comunidades de pequena dimensão.

Deixamos já aqui este alerta, associando-me, aliás, às declarações de membros da comissão da ouvidoria da Horta, encarregada da coordenação da reconstrução das igrejas do Faial, que já manifestaram a sua apreensão sobre esta matéria.

Estimamos que com as verbas inscritas no Plano para 1999 o processo da Reconstrução conheça uma nova fase.

Que se conheça outra capacidade de resposta às solicitações das pessoas.

Que cada um dos sinistrados saiba, com a maior brevidade, o que tem de fazer e com o que pode contar!

Para isso é necessário que o Centro de Promoção da Reconstrução conheça os ajustamentos de ordem técnica e administrativa, já que se lhe não deu autonomia, nem dignidade política, - nomeando para a sua coordenação um Secretário Regional,

um Sub-Secretário ou um Comissário -, que o tempo também vai aconselhando e que passam, sem dúvida e quanto antes, pela contratação de técnicos que venham introduzir neste processo outra dinâmica e outro ritmo de execução das tarefas que enfrentamos, transmitindo-se também às pessoas a credibilização de uma estrutura que tem de ser o principal polo impulsionador da recuperação de quanto se perdeu em 9 de Julho último.

Que finalmente se comece a Reconstruir!

Por nossa parte continuaremos a dedicar a este assunto o melhor da nossa atenção e estaremos sempre com os que mais duramente foram atingidos pelo sismo.

Compreendendo, embora, que as verbas, nesta fase, não possam ainda conhecer uma maior desagregação, consideramos ser útil que, pelo menos, a verba relativa às estradas venha a ser oportunamente discriminada conforme os traços e o tipo da reparação a que se destina.

Passado já um prazo razoável sobre a data do sismo julgamos que seria tempo de definir que tipo de apoios se podem prestar aos proprietários não residentes, nomeadamente aos emigrantes.

E, já que ponho um ponto final nesta questão do sismo e só para lembrar duas coisas ao Sr. Secretário da Habitação e Obras Públicas que há pouco não tive oportunidade de chamar à atenção.

São duas minorências a que convinha acentuar que das 600 casas contratadas com o Instituto Nacional de Habitação, 500 já vinham do Governo anterior.

Em relação dos loteamentos talvez também seja necessário aludir que o loteamento da Levada, o das Angústias, já estavam em processo do Governo anterior. Este aparte é só para uma questão de clarificação e para que fique aqui registado.

Repete este Plano alguns Projectos que os anteriores já consagravam e que não conheceram qualquer desenvolvimento sensível.

É o caso da verba destinada à Escola Secundária da Horta e Parque Desportivo, cujo projecto só recentemente foi adjudicado, não se prevendo que qualquer destes importantes empreendimentos possa iniciar-se na vigência deste Plano.

É também o caso da verba destinada à adaptação do edifício da Rua Walter Bensaúde - Casa Grande - cuja 1.ª fase já foi adjudicada em meados do corrente ano e cujas obras não se vê que se tenham iniciado.

De notar que já no Plano para 1998 se anunciava o início da 2.ª fase desta obra que nem começou.

É o caso do Campo de golfe de cujo o projecto se não tem qualquer notícia e que estimaríamos ver avançar, pela sua importância, ainda no corrente ano, para aproveitar a verba de 100.000 contos que lhe era destinada para a aquisição de terrenos e que naturalmente terá sido utilizada para outro fim.

Não podemos deixar de salientar, com o maior ênfase, que este Plano para 1999 não contenha qualquer verba para apoiar a Cooperativa de Lacticínios do Faial na construção da sua nova unidade fabril, agora mais do que nunca fundamental na vida económica desta ilha.

Não temos qualquer dúvida que os dirigentes desta Cooperativa têm demonstrado ao longo dos anos, particular capacidade de inovação e gestão, sendo por isso credores do apoio que é necessário garantir para avançar com tão vultuoso quanto importante empreendimento.

Não deixa de ser estranho não encontrar no Plano para 1999 qualquer verba destinada ao suporte financeiro das obras, há muito adjudicadas, e só recentemente iniciadas, do abastecimento de água ao perímetro de ordenamento agrário da Feteira/Castelo Branco.

Tendo em conta a verba consagrada no Plano para as obras de ampliação da Marina da Horta não me ficam dúvidas de que o seu início não se verificará tão breve quanto seria de desejar, sendo certo que, acreditamos, já se poderiam ter iniciado.

No tocante à Ilha do Faial o documento que temos vindo a apreciar e com excepção das verbas destinadas a fazer face aos prejuízos provocados pelo sismo ou para a montagem Pavilhão da Expo 98, recolheu os mesmos projectos que o Plano de 1998 já consagrou, não apresentando por isso novidades.

Aproveito para mais uma vez referir, até para que mais uma vez fique registado no Diário das Sessões, que o Pavilhão destinado a instalar a exposição dos Açores na Expo 98, se deveria implantar em espaço a ganhar ao mar entre o topo sul de novo

porque de contentores e o Monte da Guia, este Plano dizia eu, recolhe os mesmos projectos que o Plano de 98, não apresentando por isso novidades de maior.

De qualquer forma o que se pede e espera é que a acção governativa que faz a articulação e a gestão de todas estas intenções de investimento tenha em conta as necessidades de desenvolvimento desta ilha, de forma a que, sem prejuízo dos legítimos interesses de todas as outras, o Faial mantenha o lugar, a responsabilidade e o posicionamento que ganhou no quadro regional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

No terceiro dia do debate destes importantes documentos não posso deixar de me interrogar sobre a sua solidez já que o suporte financeiro em que se vai mover é de todo impreciso e resulta duma previsão de receitas que está por demonstrar.

Esta é uma proposta do Governo.

Cabe-lhe naturalmente a responsabilidade de o executar.

Deputado Francisco Sousa *(PS):* E assim o fará!

O Orador: Nós não deixaremos de fiscalizar o seu cumprimento.

(Aplausos da bancada do PSD e PP)

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos *(José Contente):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É só para dar um esclarecimento breve ao Sr. Deputado Madruga da Costa, porque algumas dessas matéria nós até já discutimos no âmbito da Comissão de Acompanhamento da crise sísmica.

De qualquer modo, o Sr. Deputado Madruga da Costa, deputado do Faial, se quiser ver obra feita pode passar na Rua Comendador Macedo n.º 8, na Rua da Igreja n.º 45, na freguesia de Pedro Miguel, na Rua Dr. Neves n.º 10, na freguesia dos Cedros, na Estrada Regional n.º 69, freguesia dos Cedros, na Estrada Regional n.º 47, freguesia dos Cedros e, portanto, há um conjunto de obras que estão em andamento.

Eu não vou, naturalmente, fazer este tipo de observações, mas queria-lhe dizer que a nossa preocupação é, e também é a sua, no montante do investimento que está previsto e também nas taxas de realização.

Nós já dissemos várias vezes que a estratégia que adoptámos para a reconstrução não tem a ver com a distribuição de materiais e, provavelmente, por isso não se vê esses amontoados, mas tudo está a ser planeado para que, sob o regime da grande, a média e a pequena empreitada como já está decorrendo, e eu hoje já falei nalguns dados aqui, as coisas vão correr a partir de Janeiro nessa medida e, naturalmente, também com as verbas necessárias para que se possa lançar esses empreendimentos.

Relativamente às obras públicas, elas até já começaram, nomeadamente a ponte dos Espalhafatos já se iniciou e tem um montante bastante elevado.

A nossa preocupação é a sua, no sentido da boa fé, das taxas de realização serem compatíveis com verbas que são vultuosas. Temos as mesmas preocupações.

De resto, esta matéria deve ser bem avaliada quando o ano terminar, e vamos ter oportunidade, no âmbito das Comissão de Acompanhamento, de vermos isso, porque eu penso que as pessoas e os deputados das ilhas do Faial e do Pico, que estão com boa fé neste processo, o que querem é que ele tenha sucesso, porque o sucesso do processo, é o sucesso das pessoas que, de facto, precisam destes investimentos.

E, por isso, a palavra de esperança e de confiança, nesta altura, reflecte também o trabalho que nós temos a montante e esse trabalho é um trabalho sério, devidamente informado por técnicos. Já temos mais gabinetes a tratar dos projectos de reabilitação, as pequenas reparações já se iniciaram e há prática já nesse tipo de intervenção.

Temos ainda mais dois tipos de situações: as grandes reparações e a reabilitação da própria cidade da Horta que vai exigir especialização em termos da intervenção e temos, naturalmente, a questão das novas construções num regime de grandes empreitadas.

Como sabe, temos a possibilidade de fazer ajustes directos até 350 mil contos. Isso vai ser motivador para grandes empresas virem também para o Faial uma vez que não é possível resolver, no tempo que nós todos queremos, esta situação só com o mercado local ou o mercado das ilhas afectadas.

Por isso dêem tempo ao tempo, porque nós tivemos uma primeira fase que foi difícil, porque foram 502 módulos em 4 meses e basta fazer a média por mês para ver que são muitas situações que gravitam à volta disso. Há situações ainda que merecem que se pense em realojamento provisório. São poucas, sob o ponto de vista do nosso entendimento se a marcha da pequena reparação, da reabilitação e da construção de raiz começar rapidamente. Estão criadas todas as condições em termos orçamentais e em termos técnicos, a montante, para que isso se verifique.

Deixemos o ano de 1999 começar a rolar e avaliemos na Comissão de Acompanhamento do Sismo e, naturalmente, o Governo estará sempre disponível nesta Casa para dar conta daquilo que está andando e do que está a correr bem, mas também do que está a correr mal no sentido da rectificação.

É com esta perspectiva que nós entendemos a questão do sismo que ocorreu nestas ilhas e é com esta perspectiva desprovida de qualquer cariz político-partidário. Há muitas outras margens no orçamento para podermos ter esse tipo de intervenção.

Muito obrigado.

Presente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais *(Álamo de Meneses):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas dois rápidos esclarecimentos ao Sr. Deputado Madruga da Costa.

Em relação à Escola Secundária da Horta, o projecto, neste momento, está numa fase já avançada de elaboração. Antes da assinatura do respectivo contrato, foi acordado com a empresa de arquitectura responsável pelo projecto que ele se iniciasse.

Portanto, ele está em execução e ainda demorará alguns meses até ficar totalmente executado. Nós logo que o tenhamos em condições de lançar o concurso de empreitada, assim o faremos.

Em relação ao edifício da Biblioteca Pública da Horta, o contrato já foi assinado e está-se neste momento à espera do visto do Tribunal de Contas, algo que eu espero para os próximos dias. Logo que isso esteja feito a obra será consignada e arrancará.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Três pontos muito simples:

Porto da Horta

- Espera-se a sua conclusão para o próximo ano;

Marina da Horta

- O projecto está pronto, o concurso público já está feito e as propostas estão numa fase de análise. Também soube agora há bem pouco tempo que, de facto, os valores são um pouco mais elevados que aqueles que colocamos no próximo ano. Esta obra vai ser iniciada no próximo e, como tem um prazo de execução de um ano, será concluída também no próximo ano:

Campo de Golfe

- O projecto está numa fase final e está a ser revisto por uma empresa da especialidade;
- Já foram comprados terrenos este ano e vamos continuar a comprar no próximo ano.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

Deputado Madruga da Costa *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu devo saudar com apreço as explicações que são dadas pelo Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos que, aliás, vem no seguimento da forma como se trabalhou na Comissão.

Se o Sr. Secretário reparou e os Srs. Deputados, em dois parágrafos da minha intervenção comecei exactamente pelo verbo "estimar", estimar no sentido de avaliar, no sentido de gostar de..., gostaria que... e, portanto, as suas preocupações, que também são as minhas e que penso que todos nesta Casa comungamos, vão no sentido de que as coisas andem o melhor possível.

É evidente que o Governo, com toda a legitimidade, tomou a opção que quis tomar nesta matéria. É uma opção que já aqui, por várias vezes, conversámos sobre ela e que não teria sido a opção que nós preferíamos ter visto tomada. De qualquer maneira as coisas estão feitas e a responsabilidade será do Governo.

A nós caberá fiscalizar a boa execução destas coisas e não há dúvida nenhuma que - também o disse na minha intervenção - cabe uma pesada responsabilidade a quem tem que executar isto, porque as verbas não desagregadas são de tal montante que a isso conduz.

Por outro lado, também já tive ocasião de salientar e de o dizer ao Sr. Secretário em sede de Comissão que não tenho dúvidas das suas orientações, agora, todos nós que já andámos também nessas andanças, sabemos que desde o gabinete do responsável político até ao último escaninho da administração vai, às vezes, um longo e tortuoso percurso pelo qual nem sequer o próprio membro do Governo pode ser acusado. É uma coisa que o Sr. Secretário com o tempo há-de ir aprendendo.

Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais, fico ciente da sua nota.

Como sabe a autorização da adjudicação do projecto da Escola Secundária da Horta e do Parque Desportivo tem data de 10 de Abril e foi assinado pelo Sr. Secretário da Habitação e Equipamentos em 10 de Julho e foi publicado em 13 de Outubro.

Portanto, eu como cidadão que sigo a actividade do Governo pelo Jornal Oficial, não a posso seguir por outro lado, fiquei ciente de que só nessa altura o contrato foi assinado, independentemente de estar já a decorrer o projecto. Não ponho sequer isso em causa.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais *(Álamo de Meneses):* Infelizmente houve um recurso!

O Orador: Eu sabia que tinha havido recurso.

Portanto, temos a noção de como as coisas estão a decorrer. Ainda bem que é assim.

Sr. Secretário Regional da Economia, é evidente que quem já passou por essas coisas, nalgumas ocasiões, sabe que por vezes para avançar com determinadas obras e haver cabimento para o visto do Tribunal de Contas quando se metem capítulos e artigos do orçamento que algumas têm que esperar para outras avançarem.

Portanto, a marina não avançou, mas há-de avançar no próximo ano. Já estão os concursos lançados e as propostas estão apreciadas. Como era conveniente, do ponto de vista administrativo, que houvesse aqui uma pausa, arranjou-se mais um estudo de impacto ambiental que também há-de correr os seus trâmites. Só que a marina há-de começar lá para o fim do ano que vem, porque tem que se lançar a concurso...

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte):* O concurso já está feito!

O Orador: ... e todas as outras coisas que também nós sabemos como é. Portanto, só lá para Outubro de 99 havemos de ter a adjudicação da marina. Estamos entendidos.

Presidente: Srs. Deputados antes de terminarmos os nossos trabalhos de hoje, gostaria de anunciar a ordem do dia para amanhã.

Vai proceder-se ao encerramento do debate amanhã com as intervenções finais, seguido da votação.

Temos um pedido de urgência...

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Meneses para interpelar a Mesa.

Deputado Fernando Meneses *(PS):* É para informar que esse pedido de urgência vai ser retirado por consenso de todos os partidos.

Presidente: Portanto, retomaremos os nossos trabalhos amanhã pelas 10 horas com as intervenções finais e a votação das Propostas do PMP 1997/2000, Plano e Orçamento para 1999.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Muito boa noite.

(Eram 11,40 horas)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Ana Carolina Gomes da **Silva**

Eugénio Manuel Pereira **Leal**

Jorge Manuel Leão Themudo **Valadão dos Santos**

Deputada que faltou à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Maria de **Fátima** Rocha Furtado Moniz **Sousa**

——

O Redactor de 1.ª Classe, *José Rodrigues da Costa*